

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA
SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E COMPRAS - SMLIC
SUPERINTENDÊNCIA DE CENTRALIZAÇÃO DE DEMANDA -SUCED
DIVISÃO DE EDITAIS E INSTRUMENTOS CONVOCATÓRIOS -DEIC
UASG: 980301



EDITAL
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90059/2026
REGISTRO DE PREÇOS
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 001849/2026 - SEMADS

DO OBJETO: EVENTUAL AQUISIÇÃO DE BENS DIVERSOS.

VALOR TOTAL ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO: R\$ 64.015,72 (sessenta e quatro mil quinze reais e setenta e dois centavos).

CRITÉRIO DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS:
MENOR PREÇO POR GRUPOS E ITENS.

MODO DE DISPUTA: ABERTO.

INÍCIO DE RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: 08/06/2026.

HORA INICIAL: 09:00h (HORÁRIO DE BRASÍLIA – DF).

DATA DA SESSÃO PÚBLICA (DISPUTA): 17/06/2026.

HORA INICIAL: 09:30h (HORÁRIO DE BRASÍLIA – DF).

DEMAIS INFORMAÇÕES:

E-mail: pregao.pmbv@gmail.com

CONTATO TELEFÔNICO: (95) 98410-6664

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA - SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E COMPRAS - UASG: 980301.
Palácio 9 de julho, Rua General Penha Brasil, 1011. Boa Vista – RR

Documento assinado eletronicamente por MIGUEL FAUSTINO DE CARVALHO NETTO em 01/06/2026 às 09:21
Documento assinado eletronicamente por CLEICE MENDONÇA DA SILVA em 01/06/2026 às 08:41
Conforme decreto municipal nº 114/E de 02 de agosto de 2018 e decreto federal nº 8539, art. 7 de 08 de outubro de 2015
Verifique a autenticidade deste documento em <https://portalcidadao.prefeitura.boavista.br/verificacao.aspx> informando o código: 3242AF7FF



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA
SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E COMPRAS - SMLIC
SUPERINTENDÊNCIA DE CENTRALIZAÇÃO DE DEMANDA -SUCED
DIVISÃO DE EDITAIS E INSTRUMENTOS CONVOCATÓRIOS -DEIC
UASG: 980301



PREÂMBULO:

O **MUNICÍPIO DE BOA VISTA – RR**, doravante denominado simplesmente **MUNICÍPIO**, inscrito no C.G.C./MF sob o nº 05.943.030/0001 – 55, com sede no Palácio 9 de Julho, situada na rua General Penha Brasil nº 1011, nesta cidade, torna pública a realização da licitação, na modalidade **PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, para REGISTRO DE PREÇOS**, cujo critério de julgamento das propostas será: **MENOR PREÇO** por **GRUPOS E ITENS**, a ser realizada as **09:30 horas** (Horário de Brasília - DF), no dia **17/06/2026**, regida pela **Lei Federal nº 14.133/2021, pela Lei Complementar nº 123/2006, pelo Decreto Municipal nº 083E/2025, Decreto Municipal SRP 093E/2025, pela IN SEGES/ME nº 73/2022** (quando a licitação envolver recursos federais oriundos de transferências voluntárias), e demais condições fixadas neste instrumento convocatório.

ESTA LICITAÇÃO SERÁ DESTINADA EXCLUSIVAMENTE ÀS MICROEMPRESAS-ME E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE - EPP, CONFORME DISPOSTO NO ART. 48, INCISO I, DA LEI COMPLEMENTAR Nº 123/2006, COM REDAÇÃO DADA PELA LEI COMPLEMENTAR Nº 147/2014, TENDO EM VISTA QUE O VALOR TOTAL ESTIMADO PARA CONTRATAÇÃO É INFERIOR A R\$ 80.000,00(OITENTA MIL), LIMITE ESTABELECIDO NA REFERIDA LEI.

1. DISPOSIÇÕES PRELIMINARES:

1.1. O Pregão será realizado em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, mediante condições de segurança – criptografia e autenticação – em todas as suas fases;

1.2. A licitação será conduzida pelo(a) Pregoeiro(a) do Município de Boa Vista/RR, o(a) Sr(a) **ADRIANA ROCHA DE MEDEIROS**, designado pela **Portaria n.º 0715-2026-SMAG**, publicado no **DOM Nº 6577 de 16/04/2026**, mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos, por meio de Sistema Eletrônico: **www.gov.br/compras**.

2. DO OBJETO:

2.1 O Objeto da presente licitação é **EVENTUAL AQUISIÇÃO DE BENS DIVERSOS**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no **Termo de Referência** (Anexo I deste Edital) e seus anexos;

2.2 A licitação será dividida em **GRUPOS E ITENS**, conforme tabela constante do **Termo de Referência** (Anexo I deste Edital), facultando-se ao licitante a participação em quantos grupos e itens forem de seu interesse.

3. ÁREA SOLICITANTE:

3.1. Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social – SEMADS

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA - SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E COMPRAS - UASG: 980301.
Palácio 9 de julho, Rua General Penha Brasil, 1011. Boa Vista – RR

Documento assinado eletronicamente por MIGUEL FAUSTINO DE CARVALHO NETTO em 01/06/2026 às 09:21

Documento assinado eletronicamente por CLEICE MENDONÇA DA SILVA em 01/06/2026 às 08:41

Conforme decreto municipal nº 114/E de 02 de agosto de 2018 e decreto federal nº 8539, art. 7 de 08 de outubro de 2015

Verifique a autenticidade deste documento em <https://portalcidadao.prefeitura.boavista.br/verificacao.aspx> informando o código: 3242AF7FF



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA

SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E COMPRAS - SMLIC
SUPERINTENDÊNCIA DE CENTRALIZAÇÃO DE DEMANDA -SUCED
DIVISÃO DE EDITAIS E INSTRUMENTOS CONVOCATÓRIOS -DEIC
UASG: 980301



4. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO:

4.1. Cópia deste instrumento convocatório estará disponível nos sítios eletrônicos: **www.gov.br/compras**; **http://transparencia.boavista.rr.gov.br/licitacoes**; e **www.gov.br/pncp**;

4.1.1. Os licitantes e demais interessados deverão acompanhar o andamento da licitação e as devidas publicações nos sítios eletrônicos: **www.gov.br/compras** e **www.gov.br/pncp**; no Diário Oficial da União (DOU); no Diário Oficial do Município de Boa Vista (DOM); e no Jornal Folha de Boa Vista **https://www.folhabv.com.br**; quando for o caso, com vista a possíveis alterações e avisos.

4.2. Qualquer pessoa é parte legítima para IMPUGNAR este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133/2021 ou para solicitar ESCLARECIMENTO sobre seus termos, devendo **protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis** antes da data da abertura do certame, conforme o art. 164 da Lei Federal nº 14.133/2021, de forma eletrônica, por meio do endereço eletrônico: **pregao.pmbv@gmail.com**;

4.2.1. A inobservância do prazo legal citado no **subitem 4.2** decairá o direito de impugnação e do pedido de esclarecimentos aos termos deste edital.

4.3 O agente de contratação ou a comissão de contratação responderá as solicitações de esclarecimentos e impugnações aos editais até o último dia útil anterior à data prevista da abertura do certame;

4.3.1 As **respostas das solicitações de esclarecimentos e impugnações** serão **divulgadas** no sistema eletrônico que operacionaliza o certame licitatório, podendo ser consultadas nos sítios eletrônicos oficiais **www.gov.br/compras** e/ou **www.gov.br/pncp**.

4.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos **não suspendem os prazos** previstos no certame;

4.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo(a) Pregoeiro(a), nos autos do processo de licitação.

4.5. Quando o pedido de impugnação ou de esclarecimento se tratar especificamente de temas alheios a competência do(a) Pregoeiro(a), ou seja, temas quanto as especificações técnicas ou vinculados ao **Termo de Referência** (Anexo I deste Edital), este poderá encaminhar o referido pedido à Secretaria Demandante para que o mesmo se pronuncie acerca do questionamento, devendo respondê-lo no prazo preestabelecido. Caso não o faça, o certame será suspenso **Sine-Die**, até que os questionamentos sejam sanados;

4.6. Acolhido o pedido de impugnação contra o ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame;

4.7. O Município não se responsabilizará pelas impugnações e pedidos de esclarecimentos que forem apresentados em endereços diversos dos indicados no **subitem 4.2** deste Edital, e que por esta razão não foram apresentados dentro do prazo legal;

4.8. A contagem do **prazo de até 3 (três) dias úteis** antes da data prevista de abertura do certame será realizada conforme o art. 183 da Lei Federal 14133/2021 e art. 56 do Decreto Municipal 083/E de 11 de agosto de 2025.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA

SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E COMPRAS - SMLIC
SUPERINTENDÊNCIA DE CENTRALIZAÇÃO DE DEMANDA -SUCED
DIVISÃO DE EDITAIS E INSTRUMENTOS CONVOCATÓRIOS -DEIC
UASG: 980301

**5. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO:**

5.1. Poderão participar desta licitação: Pessoa jurídica; Profissionais organizados sob a forma de Cooperativa, nos termos do artigo 16, da Lei nº 14.1333/2021; Microempresas - ME e Empresas de Pequeno Porte – EPP, que se enquadrem nos termos do art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006 e suas alterações; cujo o ramo de atividade seja compatível com o objeto da licitação e que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras);

5.1.1. Será admitida a participação de empresas em recuperação judicial, desde que amparadas em certidão emitida pela instância judicial competente afirmando que a respectiva está apta econômica e financeiramente a participar de procedimento licitatório;

5.1.2. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas;

5.1.3. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros;

5.1.4. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados;

5.1.5. A não observância do disposto no **subitem 5.1.4** poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação;

5.1.6. Será concedido tratamento favorecido e diferenciado para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto n.º 8.538, de 2015;

5.1.7. Será concedido tratamento diferenciado e favorecido para as Microempresas - ME e Empresas de Pequeno Porte-EPP, conforme as disposições constantes na Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto n.º 8.538, de 2015, desde que observado:

- a) se o valor estimado da licitação não ultrapassa a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como Empresa de Pequeno Porte- EPP (art.4º, inciso II, da Lei nº 14.133/2021);
- b) se as Empresas de Pequeno Porte - EPP, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como Empresa de Pequeno Porte-EPP (art.4º, §2º, da Lei nº 14.133/2021).

5.1.7.1. Nas contratações com prazo de vigência superior a 1 (um) ano, será considerado o valor anual do contrato na aplicação dos limites previstos nas **alíneas “a” e “b”, do item 5.1.7.**

5.2. Não poderá participar da presente licitação empresa:

- a) aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) Anexo(s);



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA**SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E COMPRAS - SMLIC****SUPERINTENDÊNCIA DE CENTRALIZAÇÃO DE DEMANDA -SUCED****DIVISÃO DE EDITAIS E INSTRUMENTOS CONVOCATÓRIOS -DEIC****UASG: 980301**

- b) autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;
- c) empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;
- d) pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
- e) aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
- f) empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
- g) pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;
- h) agente público do órgão ou entidade licitante ou contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º, do artigo 9º, da Lei nº 14.133, de 2021;
- i) Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;
- j) **Pessoas jurídicas reunidas em consórcio**, conforme justificativa no **subitem 10.1.5.1 do Termo de Referência** (Anexo I deste Edital), fulcrada no art. 15, caput, da Lei nº 14.133, de 2021;
- k) Que se declarar ME/EPP e estiver incluída em alguma das hipóteses previstas no art. 3º, §4º da Lei Complementar nº 123/06 e suas alterações;
- l) **Pessoa(s) Física(s)**, conforme justificativa apresentada no **subitem 10.1.1.2 e subitens do Termo de Referência** (Anexo I deste Edital);
- m) Sociedade que desempenhe atividade incompatível com o objeto da licitação;
- n) empresas estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente.

5.2.1. O impedimento de que trata a **alínea “d”** será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante;

5.2.2. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem as **alíneas “b” e “c”** poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade;

5.2.3. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico;

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA - SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E COMPRAS - UASG: 980301.

Palácio 9 de julho, Rua General Penha Brasil, 1011. Boa Vista – RR

Documento assinado eletronicamente por MIGUEL FAUSTINO DE CARVALHO NETTO em 01/06/2026 às 09:21

Documento assinado eletronicamente por CLEICE MENDONÇA DA SILVA em 01/06/2026 às 08:41

Conforme decreto municipal nº 114/E de 02 de agosto de 2018 e decreto federal nº 8539, art. 7 de 08 de outubro de 2015

Verifique a autenticidade deste documento em <https://portalcidadao.prefeitura.boavista.br/verificacao.aspx> informando o código: 3242AF7FF



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA

SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E COMPRAS - SMLIC
SUPERINTENDÊNCIA DE CENTRALIZAÇÃO DE DEMANDA -SUCED
DIVISÃO DE EDITAIS E INSTRUMENTOS CONVOCATÓRIOS -DEIC
UASG: 980301



5.2.4. O disposto nas **alíneas “b” e “c”** não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução;

5.2.5. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021;

5.2.6. A vedação de que trata a **alínea “h”** estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

5.3. A observância das vedações constantes no **item 5.2**, suas alíneas e subitens é de inteira responsabilidade do licitante que, pelo descumprimento, sujeita-se às penalidades cabíveis.

6. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA:

6.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento;

6.1.1 - Após a divulgação do edital nos meios eletrônicos, os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta **com o preço**, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

6.2. No cadastramento da proposta inicial, o licitante **declarará**, em campo próprio do sistema, que:

6.2.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta, vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

6.2.2. inexistem fatos impeditivos para habilitação no presente processo licitatório, e que está ciente da obrigatoriedade de declarar a superveniência de ocorrência impeditiva;

6.2.3. cumpre com o disposto no inciso XXXIII, do artigo 7º, da Constituição Federal, que proíbe o trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos;

6.2.4. está ciente em relação a todas as informações e condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação;

6.2.5. observa os incisos III e IV, do artigo 1º e cumpre o disposto no inciso III, do artigo 5º, todos da Constituição Federal, que veda o tratamento desumano e degradante;

6.2.6. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas;

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA - SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E COMPRAS - UASG: 980301.
Palácio 9 de julho, Rua General Penha Brasil, 1011. Boa Vista – RR

Documento assinado eletronicamente por MIGUEL FAUSTINO DE CARVALHO NETTO em 01/06/2026 às 09:21

Documento assinado eletronicamente por CLEICE MENDONÇA DA SILVA em 01/06/2026 às 08:41

Conforme decreto municipal nº 114/E de 02 de agosto de 2018 e decreto federal nº 8539, art. 7 de 08 de outubro de 2015

Verifique a autenticidade deste documento em <https://portalcidadao.prefeitura.boavista.br/verificacao.aspx> informando o código: 3242AF7FF



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA
SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E COMPRAS - SMLIC
SUPERINTENDÊNCIA DE CENTRALIZAÇÃO DE DEMANDA -SUCED
DIVISÃO DE EDITAIS E INSTRUMENTOS CONVOCATÓRIOS -DEIC
UASG: 980301



6.2.7. cumpre a reserva de cargos prevista em Lei para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas, quando cabíveis.

6.3. O licitante organizado em **cooperativa** deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021;

6.4. O fornecedor enquadrado como **microempresa, empresa de pequeno porte** ou **sociedade cooperativa** deverá **declarar**, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que não ultrapassou o limite de faturamento e cumpre os requisitos estabelecidos no art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006, sendo apto a usufruir do tratamento diferenciado previsto nos artigos 42 ao 49 da Lei Complementar nº 123/2006, bem como de que não possui contratos com a Administração Pública cujo os valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para enquadramento como empresa de pequeno porte.

6.4.1. nos **grupos e itens exclusivos** para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item.

6.5. Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, a pessoa jurídica:

- a) de cujo capital participe outra pessoa jurídica;
- b) que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;
- c) de cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;
- d) cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada pela Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;
- e) cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;
- f) constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo;
- g) que participe do capital de outra pessoa jurídica;
- h) que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;
- i) resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores;
- j) constituída sob a forma de sociedade por ações;
- k) cujos titulares ou sócios guardem, cumulativamente, com o contratante do serviço, relação de pessoalidade, subordinação e habitualidade.

6.6 - A falsidade da declaração de que tratam os **itens 6.2 e 6.4** sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133/2021, e neste Edital;



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA
SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E COMPRAS - SMLIC
SUPERINTENDÊNCIA DE CENTRALIZAÇÃO DE DEMANDA -SUCED
DIVISÃO DE EDITAIS E INSTRUMENTOS CONVOCATÓRIOS -DEIC
UASG: 980301



6.7 - Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública;

6.8. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances;

6.9. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances;

6.10. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão;

6.11. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso;

6.12. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

6.12.1. Valor total do **GRUPO E ITEM**;

6.12.2. **Marca e Modelo**, conforme **subitem 6.3.4 do Termo de Referência** (Anexo I deste Edital);

6.12.3. Descrição detalhada do objeto.

6.13. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

6.13.1. O licitante não poderá oferecer proposta em quantitativo **inferior** ao máximo previsto para contratação.

6.14. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto;

6.15. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto;

6.16. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses;

6.17. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente;

6.18. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o **Termo de Referência** (Anexo I deste Edital), assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição;

6.19.1. O prazo de validade da proposta será de no **mínimo 90 (noventa) dias corridos**, a contar da data de sua apresentação (art. 90, §3º, e art. 155, VI, da Lei nº 14.133/2021);

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA - SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E COMPRAS - UASG: 980301.
Palácio 9 de julho, Rua General Penha Brasil, 1011. Boa Vista – RR

Documento assinado eletronicamente por MIGUEL FAUSTINO DE CARVALHO NETTO em 01/06/2026 às 09:21

Documento assinado eletronicamente por CLEICE MENDONÇA DA SILVA em 01/06/2026 às 08:41

Conforme decreto municipal nº 114/E de 02 de agosto de 2018 e decreto federal nº 8539, art. 7 de 08 de outubro de 2015

Verifique a autenticidade deste documento em <https://portalcidadao.prefeitura.boavista.br/verificacao.aspx> informando o código: 3242AF7FF



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA
SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E COMPRAS - SMLIC
SUPERINTENDÊNCIA DE CENTRALIZAÇÃO DE DEMANDA -SUCED
DIVISÃO DE EDITAIS E INSTRUMENTOS CONVOCATÓRIOS -DEIC
UASG: 980301



6.19.2. A proposta que não apresentar o prazo de validade, será considerada válida por no **mínimo 90 (noventa) dias corridos**;

6.19.3. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

6.19.3.1. Considerando que o critério de julgamento será o de **MENOR PREÇO**, os licitantes devem respeitar os preços máximos previstos no **Termo de Referência** (Anexo I deste Edital);

7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

7.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados no preâmbulo deste Edital;

7.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema, até a data e horário definidos no edital para abertura da sessão pública;

7.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o(a) Pregoeiro(a) e os licitantes;

7.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro;

7.5. O lance deverá ser ofertado pelo **valor unitário do ITEM**;

7.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas neste Edital;

7.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema;

7.8. A proposta e os lances deverão referir-se à integralidade do **GRUPO E ITEM, ademais, o GRUPO não deverá possuir itens com valores superiores ao estimado**;

7.8.1. Os valores deverão ser expressos em moeda corrente do país, com 2 (duas) casas decimais;

7.8.2. Para efeito de julgamento, serão desconsiderados os valores a partir da terceira casa decimal, caso apresentado.

7.9. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances;

7.10. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de 0,01 (um centavo);

7.11. O licitante poderá, **uma única vez**, excluir seu último lance ofertado, **no intervalo de quinze segundos** após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível;

7.12. O procedimento seguirá o modo de disputa **ABERTO**;

7.12.1. Por se tratar de **modo de disputa aberto**, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

7.12.1.1. A etapa de lances da sessão pública terá **duração de dez minutos** e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos **dois minutos** do período de duração da sessão pública;

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA - SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E COMPRAS - UASG: 980301.

Palácio 9 de julho, Rua General Penha Brasil, 1011. Boa Vista – RR

Documento assinado eletronicamente por MIGUEL FAUSTINO DE CARVALHO NETTO em 01/06/2026 às 09:21

Documento assinado eletronicamente por CLEICE MENDONÇA DA SILVA em 01/06/2026 às 08:41

Conforme decreto municipal nº 114/E de 02 de agosto de 2018 e decreto federal nº 8539, art. 7 de 08 de outubro de 2015

Verifique a autenticidade deste documento em <https://portalcidadao.prefeitura.boavista.br/verificacao.aspx> informando o código: 3242AF7FF



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA**SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E COMPRAS - SMLIC
SUPERINTENDÊNCIA DE CENTRALIZAÇÃO DE DEMANDA -SUCED
DIVISÃO DE EDITAIS E INSTRUMENTOS CONVOCATÓRIOS -DEIC
UASG: 980301**

7.12.1.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o **subitem anterior**, será de **dois minutos** e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários;

7.12.1.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida **nos itens anteriores**, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação;

7.12.1.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos **5% (cinco por cento)**, o Pregoeiro (a), auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da **disputa aberta**, para a definição das demais colocações;

7.12.1.5. Após o reinício previsto no **item supra**, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

7.13. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores;

7.14. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar;

7.15. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante;

7.16. No caso de desconexão com o (a) Pregoeiro (a), no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances;

7.17. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o(a) Pregoeiro(a) persistir por tempo **superior a dez minutos**, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas **vinte e quatro horas** da comunicação do fato pelo(a) Pregoeiro(a) aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação;

7.18. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta;

7.19. Em relação aos **GRUPOS E ITENS não exclusivos** para participação de Microempresas - ME e Empresas de Pequeno Porte-EPP, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial, caso a contratação não se enquadre nas vedações dos §§1º e 2º do art. 4º da Lei nº 14.133/2021. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538/2015;

7.19.1. Nessas condições, as propostas de Microempresas - ME e Empresas de Pequeno Porte-EPP que se encontrarem na faixa de **até 5% (cinco por cento)** acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada;

7.19.2. A mais bem classificada nos termos do **subitem anterior** terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de **5 (cinco) minutos** controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto;

7.19.3. Caso a Microempresas - ME e Empresas de Pequeno Porte - EPP melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de **5% (cinco por**

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA - SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E COMPRAS - UASG: 980301.

Palácio 9 de julho, Rua General Penha Brasil, 1011. Boa Vista – RR

Documento assinado eletronicamente por MIGUEL FAUSTINO DE CARVALHO NETTO em 01/06/2026 às 09:21

Documento assinado eletronicamente por CLEICE MENDONÇA DA SILVA em 01/06/2026 às 08:41

Conforme decreto municipal nº 114/E de 02 de agosto de 2018 e decreto federal nº 8539, art. 7 de 08 de outubro de 2015

Verifique a autenticidade deste documento em <https://portalcidadao.prefeitura.boavista.br/verificacao.aspx> informando o código: 3242AF7FF



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA**SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E COMPRAS - SMLIC
SUPERINTENDÊNCIA DE CENTRALIZAÇÃO DE DEMANDA -SUCED
DIVISÃO DE EDITAIS E INSTRUMENTOS CONVOCATÓRIOS -DEIC
UASG: 980301**

cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior;

7.19.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas Microempresas - ME e Empresas de Pequeno Porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado **sorteio** entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta;

7.19.5. A obtenção do benefício a que se refere o **subitem 7.19.4** fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

7.20. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances);

7.20.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133/2021, nesta ordem:

a) disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

b) avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

c) desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

d) desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

7.20.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

a) empresas estabelecidas no Estado de Roraima;

b) empresas brasileiras;

c) empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

d) empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

7.20.3. Esgotados todos os demais critérios de desempate previstos em Lei, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por **sorteio**, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo, nos termos do § 2º do artigo 28 da IN SEGES/ME nº 73, de 2022, incluído pela IN SEGES/MGI nº 79, de 2024.

7.21. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo definido para a contratação, o(a) Pregoeiro(a) poderá **negociar** condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento;

7.21.1. Não será admitida a previsão de preços diferentes em razão de local de entrega, forma de acondicionamento, tamanho de lote ou quaisquer outras condições, conforme consta no **subitem 13.3 do Termo de Referência** (Anexo I deste Edital);

7.21.2. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA
SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E COMPRAS - SMLIC
SUPERINTENDÊNCIA DE CENTRALIZAÇÃO DE DEMANDA -SUCED
DIVISÃO DE EDITAIS E INSTRUMENTOS CONVOCATÓRIOS -DEIC
UASG: 980301



desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração;

7.21.3. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes;

7.21.4. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório;

7.21.5. O (a) Pregoeiro (a) solicitará ao licitante mais bem classificado que, no **prazo mínimo de 2 (duas) horas**, envie, por meio do sistema, a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, e, se necessário, os documentos complementares;

7.21.5.1. É facultado ao(a) Pregoeiro(a) prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo, por igual período previsto no item 7.21.5 do Edital.

7.21.6. Na proposta reformulada deverá constar a mesma marca da proposta eletrônica inicialmente apresentada, sob pena de desclassificação.

7.22. Após a negociação do preço, o (a) Pregoeiro (a) iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

8. DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS:

8.1. Encerrada a etapa de negociação, o(a) Pregoeiro(a) verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no artigo 14, da Lei nº 14.133/2021, demais legislações correlatas, e no **item 5.2, subitens e alíneas deste Edital**, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros, nos termos do artigo 91, §4º, da Lei nº 14.133/2021:

a) SICAF;

b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e

c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

8.2. A consulta aos cadastros será realizada no nome e no CNPJ da empresa licitante;

8.2.1. A consulta no CNEP quanto às sanções previstas na Lei nº 8.429/1992, também ocorrerá no nome e no CPF do sócio majoritário da empresa licitante, se houver, por força do art. 12 da citada Lei.

8.3 - Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o(a) Pregoeiro(a) diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (IN nº 3/2018, art. 29, caput);

8.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (IN nº 3/2018, art. 29, §1º);

8.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. (IN nº 3/2018, art. 29, §2º);



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA
SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E COMPRAS - SMLIC
SUPERINTENDÊNCIA DE CENTRALIZAÇÃO DE DEMANDA -SUCED
DIVISÃO DE EDITAIS E INSTRUMENTOS CONVOCATÓRIOS -DEIC
UASG: 980301



8.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

8.4. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido e diferenciado às ME/EPP, o(a) Pregoeiro(a) verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os **itens 5.1.7 e 6.4** deste edital;

8.5. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o(a) Pregoeiro(a) examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos;

8.6. Será **desclassificada** a proposta vencedora que, nos termos do artigo 59, da Lei nº 14.1333/2021:

- a) conter vícios insanáveis;
- b) não obedecer às especificações técnicas contidas no **Termo de Referência** (Anexo I deste Edital);
- c) apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
- d) não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- e) apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus Anexos, desde que insanável.

8.8. A verificação da conformidade das propostas poderá ser feita exclusivamente em relação à proposta mais bem classificada;

8.8. O (a) Pregoeiro (a) poderá realizar diligências para aferir a exequibilidade das propostas ou exigir dos licitantes que ela seja demonstrada;

8.9. A inexecuibilidade só será considerada após diligência do (a) Pregoeiro (a), que comprove:

- a) que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e
- b) inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

8.10. Em contratação de **bens e serviços em geral**, além das disposições contidas no **item 8.9 e alíneas**, é indício de inexecuibilidade das propostas valores **inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado** pela Administração;

8.11. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta;

8.12. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

8.12.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA**SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E COMPRAS - SMLIC
SUPERINTENDÊNCIA DE CENTRALIZAÇÃO DE DEMANDA -SUCED
DIVISÃO DE EDITAIS E INSTRUMENTOS CONVOCATÓRIOS -DEIC
UASG: 980301**

8.12.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

8.13. Quando houver necessidade, o (a)Pregoeiro(a) encaminhará a proposta adequada ao último lance ofertado na etapa de negociação pela arrematante e a planilha de composição de preços e demais solicitadas neste edital, **à Secretaria Municipal demandante, para análise e parecer quanto à disposição dos preços e custos apresentados**, considerando o atendimento das especificações do objeto, que determinará a aceitabilidade ou a recusa das mesmas, devidamente fundamentada;

8.14. A desclassificação da proposta será sempre fundamentada e registrada no sistema, acompanhado em tempo real por todos os participantes;

8.15. Encerrada a fase de julgamento, após a verificação de conformidade da proposta, o **(a) Pregoeiro (a)**, verificará a documentação de **habilitação** do licitante conforme disposições neste edital.

9. DA FASE DE HABILITAÇÃO:

9.1 – Será exigida a apresentação dos documentos de habilitação **apenas pelo licitante vencedor**, exceto quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento, devendo ser apresentada pelo licitante, exclusivamente por meio do sistema eletrônico Compras.Gov, no prazo e no campo específicos estabelecidos neste edital, sob pena de inabilitação. (art. 63, inciso II, da Lei nº 14.133/2021);

9.2 - Serão exigidos para fins de habilitação, os documentos previstos no **item 10, subitens, alíneas e incisos do Termo de Referência** (Anexo I deste Edital) necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133/2021;

9.2.1 - A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF ou por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

9.2.1.1 - A consulta a registros cadastrais oficiais, tais como o Sistema de Cadastramento de Fornecedores – SICAF, será considerada como procedimento secundário e subsidiário, devendo ser realizada apenas se o licitante **declarar expressamente** que os documentos exigidos no sistema Compras.Gov encontram-se atualizados e constantes em seu cadastro, dentro do prazo de validade.

9.3 – Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência para:

- a)** complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame;
- b)** atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

9.3.1 - Na análise dos documentos de habilitação, o(a) pregoeiro(a) poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA - SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E COMPRAS - UASG: 980301.
Palácio 9 de julho, Rua General Penha Brasil, 1011. Boa Vista – RR

Documento assinado eletronicamente por MIGUEL FAUSTINO DE CARVALHO NETTO em 01/06/2026 às 09:21

Documento assinado eletronicamente por CLEICE MENDONÇA DA SILVA em 01/06/2026 às 08:41

Conforme decreto municipal nº 114/E de 02 de agosto de 2018 e decreto federal nº 8539, art. 7 de 08 de outubro de 2015

Verifique a autenticidade deste documento em <https://portalcidadao.prefeitura.boavista.br/verificacao.aspx> informando o código: 3242AF7FF



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA
SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E COMPRAS - SMLIC
SUPERINTENDÊNCIA DE CENTRALIZAÇÃO DE DEMANDA -SUCED
DIVISÃO DE EDITAIS E INSTRUMENTOS CONVOCATÓRIOS -DEIC
UASG: 980301



fundamentado registrado e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

9.4 - Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação e as demais exigidas neste edital e anexos, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, sob pena de inabilitação (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021);

9.5 - A habilitação será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos;

9.5.1 - Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir (IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º);

9.5.2 - É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. (IN nº 3/2018, art. 7º, caput);

9.5.3 - A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação, quando esse fizer composição dos documentos de habilitação, conforme **subitem 9.2.1.1**. (IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único);

9.5.4 - A verificação **pelo(a) pregoeiro(a)**, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

9.6 - Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SICAF deverão ser enviados por meio do sistema, em formato digital, no **prazo de 2 (duas) horas**, a contar da convocação do(a) pregoeiro(a);

9.6.1 - É facultado ao(à) Pregoeiro(a) prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo, por igual período previsto no item 9.6 do Edital.

9.6.1.1 - O não cumprimento do prazo estabelecido para a entrega da documentação, ou a apresentação de documentação incompleta ou irregular, implicará na inabilitação do licitante, sem prejuízo de outras sanções previstas neste edital e na legislação aplicável.

9.7 - A verificação no SICAF ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor. Ainda, os registros cadastrais oficiais, como o SICAF, poderão ser utilizados como fonte de consulta subsidiária, exclusivamente para verificar informações complementares às apresentadas pelo licitante, desde que haja manifestação expressa do mesmo nesse sentido;

9.7.1 - Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

9.8 - Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o(a) pregoeiro(a) examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no **subitem 9.6**;

9.9 - Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o **subitem anterior**;



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA
SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E COMPRAS - SMLIC
SUPERINTENDÊNCIA DE CENTRALIZAÇÃO DE DEMANDA -SUCED
DIVISÃO DE EDITAIS E INSTRUMENTOS CONVOCATÓRIOS -DEIC
UASG: 980301



9.10 - A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das Microempresas - ME e das empresas de Pequeno Porte - EPP somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação (artigos 42 e 43 da Lei Complementar nº 123/2006);

9.10.1 As microempresas e as empresas de pequeno porte, por ocasião da participação em certames licitatórios, deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição;

9.10.2 Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de **cinco dias úteis**, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da administração pública, para regularização da documentação, para pagamento ou parcelamento do débito e para emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa;

9.10.3 A não-regularização da documentação, no prazo previsto no **subitem 9.10.2**, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no artigo 90, §5º, da Lei nº 14.133/2021, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

9.11 – Todos os documentos apresentados para habilitação deverão estar em nome do licitante, com o número do CNPJ e, preferencialmente, com endereço respectivo, observando-se ainda o seguinte:

a) se o licitante for a **matriz**, todos os documentos deverão estar com o número do CNPJ da **matriz**, ou;

b) se o licitante for a **filial**, todos os documentos deverão estar com o número do CNPJ da **filial**, **exceto** quanto à Certidão Negativa de Débitos Relativos às Contribuições Previdenciárias e Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, por constar no corpo das certidões supra, serem válidas para **matriz** e **filiais**, assim como quanto ao Certificado de Regularidade do FGTS, quando o licitante tenha o recolhimento dos encargos **centralizado**, devendo, desta forma, apresentar o documento comprobatório de autorização para a **centralização**, ou;

c) se o licitante for à **matriz** e o **executor do objeto** for à **filial**, os documentos deverão ser apresentados com o número de CNPJ da **matriz** e da **filial**, simultaneamente. A mesma situação fica configurada quando o licitante for à **filial** e o **executor do objeto** for a **matriz**, observando-se o disposto na **alínea “a” deste item**, quanto à centralização de recolhimentos dos encargos;

d) serão dispensados da apresentação de documentos com o número do CNPJ da **filial** aqueles documentos que, pela própria natureza, forem emitidos somente em nome da **matriz**.

9.12 – Quando houver necessidade, o(a) Pregoeiro(a) encaminhará os documentos de habilitação à **Secretaria demandante**, para análise e parecer das exigências técnicas dispostas no **Termo de Referência** (Anexo I deste Edital);

9.12.1 - Após a manifestação da Secretaria demandante, o(a) Pregoeiro(a) fará a conferência das demais documentações e procederá com o julgamento da fase habilitatória.

9.13 - Constatado o atendimento às exigências estabelecidas no edital, o licitante será declarado vencedor.

9.14 - Deverão ser observadas as demais regras estabelecidas no **Termo de Referência** (Anexo I deste Edital).



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA
SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E COMPRAS - SMLIC
SUPERINTENDÊNCIA DE CENTRALIZAÇÃO DE DEMANDA -SUCED
DIVISÃO DE EDITAIS E INSTRUMENTOS CONVOCATÓRIOS -DEIC
UASG: 980301



10. DOS RECURSOS:

10.1. Dos atos da Administração decorrentes da aplicação da Lei nº 14.133/2021 caberá a interposição de **recurso**, no **prazo de 03 (três) dias úteis**, contado da data de intimação ou da lavratura da ata, em face de (artigo 165, da Lei nº 14.133/2021):

- a) ato que defira ou indefira pedido de pré-qualificação de interessado ou de inscrição em registro cadastral, sua alteração ou cancelamento;
- b) julgamento das propostas;
- c) ato de habilitação ou inabilitação de licitante;
- d) anulação ou revogação da licitação;
- e) extinção do contrato, quando determinada por ato unilateral e escrito da Administração.

10.1.1. Caberá o **pedido de reconsideração**, no prazo de **03(três) dias úteis**, contado da data de intimação, relativamente a ato do qual não caiba recurso hierárquico.

10.2. Quando o recurso apresentado impugnar o **julgamento das propostas** ou o **ato de habilitação ou inabilitação** do licitante, serão observadas as seguintes disposições:

10.2.1. Qualquer licitante poderá, no prazo de **até 10 (dez minutos)**, de forma imediata, após o término do **julgamento das propostas e do ato de habilitação ou inabilitação**, em campo próprio do sistema, **manifestar sua intenção de recorrer**, sob pena de preclusão, ficando a autoridade superior autorizada a adjudicar o objeto ao licitante declarado vencedor;

10.2.2. As **razões do recurso** deverão ser apresentadas em momento único, em campo próprio no sistema, no prazo de **03 (três) dias úteis**, contados a partir da data de intimação ou de lavratura da ata de **habilitação ou inabilitação**;

10.2.3. A apreciação do recurso dar-se-á em fase única.

10.3. Os demais licitantes ficarão intimados para se desajarem, apresentar suas **contrarrazões**, no prazo de **03 (três) dias úteis**, contado da data de intimação pessoal ou de divulgação da interposição do recurso;

10.4. O recurso de que trata o **subitem 10.1 e alíneas** deste edital será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de **03 (três) dias úteis**, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a **autoridade superior**, a qual deverá proferir sua decisão no **prazo de 10 (dez) dias úteis**, contado do recebimento dos autos;

10.5. Será assegurado ao licitante vista dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses, o qual deverá solicitar os respectivos por meio do endereço eletrônico: **pregao.pmbv@gmail.com**;

10.6. O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos que não possam ser aproveitados;

10.7. O recurso e o pedido de reconsideração terão **efeito suspensivo** do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente, nos termos do artigo 168 da Lei nº 14.133/2021;

10.8. Da aplicação das sanções previstas no **item 18.2** deste edital caberá recurso, conforme disposto nos **subitens 18.12 e 18.13**.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA
SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E COMPRAS - SMLIC
SUPERINTENDÊNCIA DE CENTRALIZAÇÃO DE DEMANDA -SUCED
DIVISÃO DE EDITAIS E INSTRUMENTOS CONVOCATÓRIOS -DEIC
UASG: 980301



11. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO:

11.1. Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e esgotados os recursos administrativos, o processo de compras e contratações será encaminhado para a Secretaria Municipal de Controle e Transparência – SMCT, ou seja, o órgão de Controle Interno da Administração Pública Municipal direta, autárquica e fundacional, como terceira linha de defesa de que trata o inciso III do art. 169 da Lei Federal n. 14.133/2021, para análise técnica dos procedimentos licitatórios realizados, considerando o artigo 72 do Decreto Municipal nº 083/E 2025, no que tange:

11.1.1 A análise técnica, de que trata o subitem anterior, será dispensada quando a contratação, oriunda de procedimento licitatório, inexigibilidade ou dispensa de licitação, não ultrapassar o valor de R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais).

11.2. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

12. DO CONTRATO E DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:

12.1. Após a homologação, o licitante vencedor será convocado para assinar o termo de contrato ou a ata de registro de preços, ou aceitar ou retirar o instrumento equivalente, no prazo de **05 (cinco) dias úteis**, conforme estabelecido no **subitem 13.5.1 do Termo de Referência** (Anexo I deste Edital), sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133/2021, e em outras legislações aplicáveis;

12.1.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação da parte durante seu transcurso, devidamente justificada, e desde que o motivo apresentado seja aceito pela Administração.

12.2. Na hipótese de o vencedor da licitação não assinar o contrato ou a ata de registro de preços, ou não aceitar ou não retirar o instrumento equivalente no prazo e nas condições estabelecidas, outro licitante poderá ser convocado, respeitada a ordem de classificação, para celebrar a contratação ou a ata de registro de preços, ou instrumento equivalente, nas condições propostas pelo licitante vencedor, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas na Lei nº 14.133/2021, e em outras legislações aplicáveis;

12.3. Caso nenhum dos licitantes aceite a contratação nos termos do **item 12.2** deste edital, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital de licitação, poderá:

a) convocar os licitantes remanescentes para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço ou inferior ao desconto do adjudicatário;

b) adjudicar e celebrar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

12.4. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades legalmente estabelecidas e à imediata perda da garantia de proposta, se houver, em favor do órgão ou entidade promotora da licitação;



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA
SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E COMPRAS - SMLIC
SUPERINTENDÊNCIA DE CENTRALIZAÇÃO DE DEMANDA -SUCED
DIVISÃO DE EDITAIS E INSTRUMENTOS CONVOCATÓRIOS -DEIC
UASG: 980301



12.4.1. A regra do **item 12.4** não se aplicará aos licitantes remanescentes convocados na forma da **alínea “a”**, do **item 12.3**.

12.5. Será facultada à Administração a convocação dos demais licitantes classificados para a contratação de remanescente de obra, de serviço ou de fornecimento em consequência de **rescisão contratual**, observados os mesmos critérios estabelecidos nos **subitens 12.2 e 12.3**;

12.6. Não será admitida a **subcontratação** do objeto contratual, conforme justificativa constante no **subitem 6.1 e subitens do Termo de Referência** (Anexo I deste Edital);

12.7. Durante a vigência do contrato, é vedado ao contratado contratar cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do órgão ou entidade contratante ou de agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, devendo essa proibição constar expressamente do edital de licitação. (art. 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133/2021);

12.8. As regras aplicáveis ao Sistema de Registro de Preços, no âmbito do presente certame, estão disciplinadas no **Termo de Referência** (Anexo I deste Edital) e na **Minuta da Ata de Registro de Preços** (Anexo III deste Edital), em conformidade com o disposto no Decreto Municipal nº 093/E, de 26 de agosto de 2025.

12.8.1. A gestão, a formalização e a utilização da Ata de Registro de Preços observarão, no que couber, as disposições da Lei Federal nº 14.133/2021, bem como demais normas regulamentares aplicáveis;

12.8.2. Os casos omissos serão resolvidos pela Administração com fundamento na legislação federal, municipal e demais instrumentos normativos pertinentes, aplicando-se subsidiariamente as regras gerais de licitações e contratos administrativos.

13. DA GARANTIA DO CONTRATO:

13.1 - Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133/2021, pelas razões constantes no **subitem 6.2 e subitens do Termo de Referência** (Anexo I deste Edital).

14. DA EXECUÇÃO DO OBJETO / GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO:

14.1. A execução, gestão e fiscalização do objeto será conforme apresentado nos **itens 7 e 8 e seus respectivos subitens e alíneas do Termo de Referência** (Anexo I deste Edital);

14.2. Além das previstas neste edital deverão ser observadas as regras estabelecidas no art. 140 da Lei 14.133/2021, no **Termo de Referência** (Anexo I deste Edital) e na **Minuta do Contrato** (Anexo III deste Edital);

14.3. As atividades de gestão e de fiscalização dos contratos deverão ser realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática e exercidas por agentes públicos, por equipe de fiscalização ou por agente público único, de acordo com a complexidade da contratação, assegurada a distinção das atividades, conforme regras estabelecidas no **Termo de Referência** (Anexo I deste Edital) e na **Minuta do Contrato** (Anexo III deste Edital).



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA
SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E COMPRAS - SMLIC
SUPERINTENDÊNCIA DE CENTRALIZAÇÃO DE DEMANDA -SUCED
DIVISÃO DE EDITAIS E INSTRUMENTOS CONVOCATÓRIOS -DEIC
UASG: 980301



15. DO PAGAMENTO:

15.1 – O pagamento decorrente da concretização do objeto desta licitação será efetuado conforme as formas, condições e prazos estabelecidos nos **subitens 9.1 e 9.2, subitens, alíneas e incisos do Termo de Referência** (Anexo I deste Edital);

15.2 - Deverão ser observadas as demais regras estabelecidas no **Termo de Referência** (Anexo I deste Edital) e na **Minuta do Contrato** (Anexo III deste Edital).

16. DO REAJUSTE:

16.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado **da data do orçamento estimado em 06/04/2026**, conforme mencionado no **subitem 9.3.1 do Termo de Referência** (Anexo I deste Edital);

16.2. Após o interregno de um ano, os preços poderão ser reajustados, se houver solicitação ou ressalva ao direito de reajuste pelo contratado, até antes da celebração do aditamento de vigência, sendo considerado o silêncio como renúncia ou preclusão lógica;

16.3. Em caso de solicitação de reajuste pelo contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do **Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA**, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade;

16.4. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor;

16.5. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo;

16.6. O reajuste será realizado por apostilamento, sem obrigatoriedade de remessa dos autos para consulta jurídica à Procuradoria Geral do Município;

16.7. Deverão ser observadas as demais regras estabelecidas no **Termo de Referência** (Anexo I deste Edital) e na **Minuta do Contrato** (Anexo III deste Edital).

17. DA GARANTIA DO OBJETO:

17.1. O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor);

17.2. Deverão ser observadas as demais regras estabelecidas no **Termo de Referência** (Anexo I deste Edital) e na **Minuta do Contrato** (Anexo III deste Edital).

18. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:

18.1. O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pela prática das infrações dispostas no artigo 155, e incisos, da Lei nº 14.133/2021;



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA
SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E COMPRAS - SMLIC
SUPERINTENDÊNCIA DE CENTRALIZAÇÃO DE DEMANDA -SUCED
DIVISÃO DE EDITAIS E INSTRUMENTOS CONVOCATÓRIOS -DEIC
UASG: 980301



18.2. Serão aplicadas, ao(s) responsável(eis) pelas infrações administrativas, garantida a prévia defesa, as seguintes sanções, observados os dispositivos contantes no §1º, do artigo 156, da Lei nº 14.1333/2021, e sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

- a) advertência;
- b) multa;
- c) impedimento de licitar e contratar;
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

18.3. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados à Administração;

18.4. Na aplicação das sanções serão observadas:

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

18.5. A sanção de multa, não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no artigo 155, da Lei nº 14.1333/2021;

18.5.1. No caso de infrações cometidas na fase licitatória, para aplicação da sanção de multa serão observados os percentuais definidos no **item 18.5** e na Lei nº 14.133/2021, levando em consideração o princípio da razoabilidade;

18.5.2. Nos demais casos, para a aplicação de sanção de multa, serão observados os percentuais estabelecidos pela autoridade máxima do órgão ou entidade demandante, discriminadas no **subitem 8.3.5 e alíneas do Termo de Referência** (Anexo I deste Edital), bem como a regra estabelecida no **item 18.5** e o princípio da razoabilidade.

18.6. Na aplicação da sanção de multa, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação;

18.7. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa;

18.8. A sanção de advertência será aplicada exclusivamente pela infração administrativa discriminada no inciso I, do artigo 155, da Lei nº 14.133/2021, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

18.9. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII, do caput, do art. 155, da Lei nº 14.133/2021, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do **Município de Boa Vista/RR, pelo prazo máximo de 3 (três) anos;**

18.10. A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII, do **caput**, do art. 155 da Lei nº 14.133/2021, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII, do caput, do referido artigo que justifiquem a imposição de penalidade



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA**SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E COMPRAS - SMLIC
SUPERINTENDÊNCIA DE CENTRALIZAÇÃO DE DEMANDA -SUCED
DIVISÃO DE EDITAIS E INSTRUMENTOS CONVOCATÓRIOS -DEIC
UASG: 980301**

mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo **prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos**;

18.11. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir;

18.12. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos;

18.13. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento;

18.14. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente;

18.15. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente;

18.16. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133/2021 ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos na referida Lei;

18.17. A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos na Lei nº 14.133/2021 ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia;

18.18. No caso de aplicação de sanção de impedimento de contratar ou de declaração de inidoneidade enquanto ainda em curso prazo decorrente de sanção anteriormente imposta importará no somatório dos períodos, não sendo admitido qualquer tipo de compensação ou redução, exceto nos casos de reabilitação nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021;

18.19. Será admitida a reabilitação do licitante ou contratado perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, exigidos, cumulativamente, com o disposto nos incisos I ao V, do artigo 163, da Lei nº 14.133/2021;



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA
SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E COMPRAS - SMLIC
SUPERINTENDÊNCIA DE CENTRALIZAÇÃO DE DEMANDA -SUCED
DIVISÃO DE EDITAIS E INSTRUMENTOS CONVOCATÓRIOS -DEIC
UASG: 980301



18.20. A sanção pelas infrações previstas nos incisos VIII e XII do art. 155 da Lei nº 14.133/2021, exigirá, como condição de reabilitação do licitante ou contratado, a implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade pelo responsável;

18.21. Compete à Secretaria Municipal de Licitações e Compras – SMLIC a instauração e condução de processo administrativo destinado à apuração de infrações eventualmente cometidas pelos licitantes durante a fase de licitação, assegurados o contraditório e a ampla defesa, com observância dos procedimentos e prazos legais.

18.21.1. A aplicação das sanções observará o disposto nos arts. 155 a 163 da Lei Federal nº 14.133/2021, bem como as disposições constantes no Decreto Municipal nº 083/E, de 11 de agosto de 2025;

18.21.2. Nos casos específicos de procedimentos relacionados ao Sistema de Registro de Preços, aplicar-se-á, ainda, o Decreto Municipal nº 093/E, de 26 de agosto de 2025, em especial quanto às regras próprias de gestão e penalidades;

18.21.3. Nos demais casos, caberá à autoridade máxima do órgão ou entidade demandante realizar todo o procedimento para abertura de processo para apuração e aplicação das penalizações previstas em Lei.

18.22 - A SMLIC e a autoridade máxima do órgão ou entidade demandante, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, deverão informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por eles aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP). (art. 161 da Lei nº 14.133/2021);

18.23 - Deverão ser observadas as demais regras estabelecidas no **Termo de Referência** (Anexo I deste Edital) e na **Minuta do Contrato** (Anexo III deste Edital).

19. DISPOSIÇÕES GERAIS:

19.1. O licitante é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase desta licitação. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará na imediata desclassificação ou inabilitação do proponente, ou a rescisão contratual, sem prejuízo das sanções administrativas, civis e penais cabíveis;

19.2. Toda a documentação apresentada neste instrumento convocatório e seus anexos são complementares entre si, de modo que qualquer detalhe que se mencione em um documento e se omita em outro será considerado especificado e válido;

19.3. O(a) Pregoeiro(a), no interesse da administração, poderá adotar medidas saneadoras durante o certame e, em especial, na sessão do pregão, relevar omissões puramente formais observadas na documentação e proposta, desde que não contrariem a legislação vigente e não comprometam a lisura da licitação, sendo possível a promoção de diligências junto aos licitantes, destinadas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, conforme disposto nos incisos I e II do art. 64, da Lei Federal nº 14.133, de 2021;

19.3.1. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento referente as propostas de preços e os documentos de habilitação, o seu

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA - SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E COMPRAS - UASG: 980301.
Palácio 9 de julho, Rua General Penha Brasil, 1011. Boa Vista – RR

Documento assinado eletronicamente por MIGUEL FAUSTINO DE CARVALHO NETTO em 01/06/2026 às 09:21

Documento assinado eletronicamente por CLEICE MENDONÇA DA SILVA em 01/06/2026 às 08:41

Conforme decreto municipal nº 114/E de 02 de agosto de 2018 e decreto federal nº 8539, art. 7 de 08 de outubro de 2015

Verifique a autenticidade deste documento em <https://portalcidadao.prefeitura.boavista.br/verificacao.aspx> informando o código: 3242AF7FF



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA**SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E COMPRAS - SMLIC
SUPERINTENDÊNCIA DE CENTRALIZAÇÃO DE DEMANDA -SUCED
DIVISÃO DE EDITAIS E INSTRUMENTOS CONVOCATÓRIOS -DEIC
UASG: 980301**

reinício somente poderá ocorrer mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, **24h (vinte e quatro horas) de antecedência**, e a ocorrência será registrada em ata;

19.3.2. Se houver solicitação de documentos em diligências, deverão ser apresentados via sistema;

19.3.3. O não cumprimento da diligência poderá ensejar a inabilitação do licitante ou a desclassificação da proposta.

19.4. A participação do licitante nesta licitação implica o conhecimento integral dos termos e condições inseridos neste instrumento convocatório, bem como das demais normas legais que disciplinam a matéria;

19.5. A presente licitação não importa, necessariamente, em contratação, podendo o Município **revogá-la**, no todo ou em parte, por razões de conveniência e oportunidade, derivadas de fato superveniente devidamente comprovado ou **anulá-la** por ilegalidade insanável, de ofício ou por provocação de terceiros mediante ato escrito e fundamentado, disponibilizado na SMLIC para conhecimento dos participantes da licitação;

19.6. Qualquer modificação no presente edital será divulgada pelo mesmo instrumento de publicação em que se deu o texto original, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas;

19.7. Em casos de equívocos de digitação no texto do presente edital ou em seus anexos, será publicado um adendo retificador e/ou esclarecedor, contendo as devidas correções para melhor compreensão dos licitantes, evitando possíveis desentendimentos;

19.8. Fica o licitante ciente que a simples apresentação da proposta implica na aceitação de todas as condições estabelecidas neste edital, não podendo invocar nenhum desconhecimento, como elemento impeditivo da formulação de sua proposta ou do perfeito cumprimento do ajuste;

19.9. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo(a) Pregoeiro(a);

19.10. O licitante deverá obedecer rigorosamente aos termos deste Edital e seus Anexos. E em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital;

19.11. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF;

19.12. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação;

19.13. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório;

19.14. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração;

19.15. Fica eleito o foro da Comarca de Boa Vista, Estado de Roraima, para solucionar quaisquer questões oriundas desta licitação;

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA - SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E COMPRAS - UASG: 980301.
Palácio 9 de julho, Rua General Penha Brasil, 1011. Boa Vista – RR

Documento assinado eletronicamente por MIGUEL FAUSTINO DE CARVALHO NETTO em 01/06/2026 às 09:21

Documento assinado eletronicamente por CLEICE MENDONÇA DA SILVA em 01/06/2026 às 08:41

Conforme decreto municipal nº 114/E de 02 de agosto de 2018 e decreto federal nº 8539, art. 7 de 08 de outubro de 2015

Verifique a autenticidade deste documento em <https://portalcidadao.prefeitura.boavista.br/verificacao.aspx> informando o código: 3242AF7FF



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA
SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E COMPRAS - SMLIC
SUPERINTENDÊNCIA DE CENTRALIZAÇÃO DE DEMANDA -SUCED
DIVISÃO DE EDITAIS E INSTRUMENTOS CONVOCATÓRIOS -DEIC
UASG: 980301



19.16. Constituem anexos deste instrumento convocatório, dele fazendo parte integrante:

- a) Anexo I – Termo de Referência;
- b) Anexo II – Minuta de Ata de Registro de Preços;
- c) Anexo III – Minuta Contratual;
- d) Anexo IV – Modelo de Planilha / Proposta de Preço.

Boa Vista – RR, data constante no sistema.

Elaborado por:

Assinatura Eletrônica
Cleice Mendonça da Silva
Divisão de Editais e Instrumentos Convocatórios – DEIC
Matrícula: 960552-1

Aprovado por:

Assinatura Eletrônica
Miguel Faustino de Carvalho Netto
Secretário Municipal de Licitações e Compras SMLIC/PMBV

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA - SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E COMPRAS - UASG: 980301.
Palácio 9 de julho, Rua General Penha Brasil, 1011. Boa Vista – RR

Documento assinado eletronicamente por MIGUEL FAUSTINO DE CARVALHO NETTO em 01/06/2026 às 09:21
Documento assinado eletronicamente por CLEICE MENDONÇA DA SILVA em 01/06/2026 às 08:41
Conforme decreto municipal nº 114/E de 02 de agosto de 2018 e decreto federal nº 8539, art. 7 de 08 de outubro de 2015
Verifique a autenticidade deste documento em <https://portalcidadao.prefeitura.boavista.br/verificacao.aspx> informando o código: 3242AF7FF



Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social (SEMADS)

Superintendência de Processos

Gerência de Compras



484

TERMO DE REFERÊNCIA**1. APRESENTAÇÃO**

1.1. Este Termo de Referência engloba o conjunto de elementos necessários e suficientes para a caracterização do objeto.

1.2. Sugere-se a adoção da modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, para **REGISTRO DE PREÇOS**.

1.3. O julgamento das propostas será realizado pelo critério: **MENOR PREÇO** por **GRUPO** e por **ITENS**.

1.4. Por se tratar de Sistema de Registro de Preços, o critério de aceitabilidade de preços unitários máximos, deverá ser o valor unitário estimado (artigo 82, §1º, da Lei 14.133/2021).

1.4.1. Na hipótese de que trata o item 1.4, observados os parâmetros estabelecidos nos parágrafos 1º, 2º e 3º, do art. 23, da Lei 14.133/2021, a contratação posterior de item específico constante de grupo de itens exigirá prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou entidade.

2. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

2.1. Este Termo de Referência foi elaborado em conformidade com a Lei 14.133/2021, especialmente quanto às disposições relativas à modalidade Pregão Eletrônico, ao Sistema de Registro de Preços, à gestão e fiscalização contratual e ao recebimento do objeto, bem como com a Lei Complementar 123/2006, o Decreto Municipal 83-E/2025, o Decreto Municipal 93-E/2025, o Decreto Municipal 14-E/2026, a Instrução Normativa SEGES/ME 73/2022 (quando envolver recursos federais oriundos de transferências voluntárias), a Instrução Normativa SEGES/ME 116/2021, e demais normas correlatas aplicáveis.

3. DO OBJETO

3.1. O presente Termo de Referência tem por objeto a **EVENTUAL AQUISIÇÃO DE BENS DIVERSOS**.

3.2. As especificações, unidades e quantidades do presente objeto estão descritas no Anexo I deste Termo.

3.3. Trata-se de aquisição de bens de natureza comum, cujos padrões de desempenho e qualidade estão objetivamente definidos neste instrumento, por meio de especificações usuais de mercado, conforme inciso XIII, art. 6º da Lei 14.133/2021.

3.4. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto Municipal 83-E/2025.

4. JUSTIFICATIVA**4.1. DA NECESSIDADE DO OBJETO**E-mail: compras.semads@gmail.com

Telefone: (95) 98413-6826

Avenida Major Williams, 1687 – Centro
Boa Vista-RR | CEP: 69.301-365

Documento assinado eletronicamente por MIGUEL FAUSTINO DE CARVALHO NETTO em 01/06/2026 às 09:21

Documento assinado eletronicamente por CLEICE MENDONÇA DA SILVA em 01/06/2026 às 08:41

Conforme decreto municipal nº 114/E de 02 de agosto de 2018 e decreto federal nº 8539, art. 7 de 08 de outubro de 2015

Verifique a autenticidade deste documento em <https://portalcidadadao.prefeitura.boavista.br/verificacao.aspx> informando o código: 3242AF7FF

Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social (SEMADS)

Superintendência de Processos

Gerência de Compras



485

A Prefeitura Municipal de Boa Vista (PMBV) é responsável pela administração dos interesses da cidade, incluindo a formulação e execução de políticas públicas voltadas ao bem-estar, à qualidade de vida e à assistência social dos munícipes. Esta última encontra-se sob a responsabilidade direta da Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social (SEMADS), que, para o cumprimento de suas atribuições institucionais, desenvolve ações, campanhas e projetos destinados ao atendimento de pessoas em situação de vulnerabilidade econômica e social, buscando assegurar condições mínimas de dignidade humana, por meio de suporte, atenção, acolhimento e assistência adequada.

Nesse contexto, a Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social (SEMADS), por intermédio da Superintendência de Proteção Social Especial, executa ações voltadas ao atendimento dos seguintes serviços, os quais demandam os itens objeto da presente contratação:

1. Serviço de Acolhimento Institucional de Longa Permanência para Idosos;
2. Serviço de Acolhimento Infantil Condomínio Pedra Pintada.

Tais serviços materializam as políticas públicas de proteção integral e assistência social, sendo essenciais para garantir acolhimento seguro e provisório, bem como a proteção dos direitos de crianças, adolescentes e idosos atendidos.

O Serviço de Acolhimento Institucional de Longa Permanência para Idosos é um serviço público municipal destinado ao acolhimento de idosos de ambos os sexos, independentes ou com diferentes graus de dependência. Trata-se de medida de caráter provisório e, quando esgotadas as possibilidades de autossustento e convivência familiar, de longa permanência, voltada a idosos que não dispõem de condições para permanecer com suas famílias, vivenciam situações de violência, negligência, abandono, situação de rua ou possuem vínculos familiares fragilizados ou rompidos. Idosos com deficiência também são incluídos no serviço, com vistas à prevenção de práticas segregacionistas e à garantia da proteção integral.

Além das ações básicas de acolhimento, o serviço prevê a realização de atividades que assegurem direitos relacionados à saúde, alimentação, educação, cultura, esporte, lazer, dignidade, respeito e convivência comunitária, conforme preconizado pelo Estatuto da Pessoa Idosa, demandando ambientes adequados e dotados de mobiliário, materiais e itens compatíveis com essas finalidades.

De forma complementar, o Serviço de Acolhimento Infantil Condomínio Pedra Pintada, instituído pela Lei 1.028, de 27 de março de 2008, pela Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), Lei 8.742/93, e pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Lei 8.069/90, com alterações posteriores, configura-se como serviço público municipal de medida protetiva aplicada por determinação do Juizado da Infância e da Juventude. Possui capacidade para atender até 36 crianças de 0 a 12 anos incompletos, bem como seus grupos de irmãos, encaminhados pelo Conselho Tutelar, Juizado e Promotoria da Infância, em razão de vínculos familiares rompidos ou fragilizados.

E-mail: compras.semads@gmail.com

Telefone: (95) 98413-6826

Avenida Major Williams, 1687 – Centro
Boa Vista-RR | CEP: 69.301-365

Documento assinado eletronicamente por MIGUEL FAUSTINO DE CARVALHO NETTO em 01/06/2026 às 09:21

Documento assinado eletronicamente por CLEICE MENDONÇA DA SILVA em 01/06/2026 às 08:41

Conforme decreto municipal nº 114/E de 02 de agosto de 2018 e decreto federal nº 8539, art. 7 de 08 de outubro de 2015

Verifique a autenticidade deste documento em <https://portalcidadao.prefeitura.boavista.br/verificacao.aspx> informando o código: 3242AF7FF

Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social (SEMADS)

Superintendência de Processos

Gerência de Compras



486

A instituição tem como obrigação assegurar proteção integral às crianças acolhidas, oferecendo condições adequadas de moradia, vestuário, calçados, brinquedos, lazer, material escolar, itens de cama, mesa e banho, além de alimentação adequada, indispensável ao pleno crescimento e desenvolvimento físico, emocional e social.

A presente solicitação visa fundamentar a abertura de processo para aquisição de itens como colchões, pufes, almofadas, itens decorativos, materiais de artes e pintura para atividades de lazer, itens temáticos de Natal, entre outros, necessários ao adequado funcionamento dos serviços de acolhimento ao idoso e infantil, sob responsabilidade da Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social (SEMADS). A aquisição desses itens se justifica pela necessidade de assegurar ambientes seguros, confortáveis, funcionais e humanizados, compatíveis com a natureza dos serviços prestados.

No que se refere aos colchões e materiais correlatos, evidencia-se a necessidade de reposição em razão do desgaste natural decorrente do uso intensivo, sendo imprescindível garantir condições adequadas de higiene, ergonomia e qualidade do descanso, fatores diretamente relacionados à saúde física e ao bem-estar emocional dos acolhidos.

Os itens de decoração, pufes, almofadas e materiais de artes e pintura contribuem significativamente para a humanização dos espaços institucionais, promovendo acolhimento, estímulo à convivência, fortalecimento de vínculos afetivos, desenvolvimento da criatividade e melhoria da qualidade de vida dos usuários. Da mesma forma, a aquisição de itens natalinos justifica-se pela importância simbólica e emocional do período, especialmente para crianças, adolescentes e idosos afastados do convívio familiar, favorecendo a construção de um ambiente mais afetivo, acolhedor e integrado.

Diante do exposto, evidencia-se a necessidade da abertura de processo para aquisição de bens diversos, com vistas a garantir o adequado funcionamento do Serviço de Acolhimento Infantil Condomínio Pedra Pintada e do Serviço de Acolhimento Institucional de Longa Permanência para Idosos, assegurando conforto, segurança, bem-estar e dignidade aos usuários atendidos pela Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social (SEMADS).

4.2. DE FORNECIMENTO CONTINUADO

Ressalta-se que a presente contratação não se caracteriza, em sua integralidade, como fornecimento continuado. Todavia, à luz do art. 6º, inciso XV, da Lei 14.133/2021, que conceitua fornecimento continuado como aquele destinado a atender necessidades recorrentes da Administração, verifica-se que os itens integrantes do **GRUPO I – ITENS DE ARTES E PINTURAS** possuem natureza consumível e são utilizados de forma reiterada nas atividades desenvolvidas pelos serviços de acolhimento.

Os materiais de artes e pinturas são empregados de maneira frequente nas atividades educativas, recreativas e socioassistenciais, compondo ações voltadas ao estímulo cognitivo, emocional e social dos acolhidos, o que demanda reposição periódica em razão do desgaste natural decorrente do uso contínuo. Dessa forma, o **GRUPO I – ITENS DE ARTES E PINTURAS**

E-mail: compras.semads@gmail.com

Telefone: (95) 98413-6826

Avenida Major Williams, 1687 – Centro
Boa Vista-RR | CEP: 69.301-365

Documento assinado eletronicamente por MIGUEL FAUSTINO DE CARVALHO NETTO em 01/06/2026 às 09:21

Documento assinado eletronicamente por CLEICE MENDONÇA DA SILVA em 01/06/2026 às 08:41

Conforme decreto municipal nº 114/E de 02 de agosto de 2018 e decreto federal nº 8539, art. 7 de 08 de outubro de 2015

Verifique a autenticidade deste documento em <https://portalcidadao.prefeitura.boavista.br/verificacao.aspx> informando o código: 3242AF7FF

Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social (SEMADS)

Superintendência de Processos

Gerência de Compras



487

enquadra-se como fornecimento continuado, por atender a uma necessidade permanente e previsível da Administração, sendo indispensável à manutenção das atividades institucionais.

Nesse sentido, a adoção do fornecimento continuado para os referidos itens encontra amparo nos arts. 106 e 107 da Lei 14.133/2021, que autorizam a celebração de contratos com vigência compatível com a natureza do objeto, especialmente quando se tratar de necessidades permanentes, permitindo a adequada gestão contratual, o planejamento do consumo e a continuidade dos serviços públicos prestados.

Por sua vez, os demais itens contemplados nesta contratação configuram aquisições pontuais de bens diversos, cuja demanda não se apresenta de forma contínua ou regular, sendo requerida conforme necessidades específicas e eventuais dos serviços de acolhimento, não se enquadrando, portanto, como fornecimento continuado.

4.3. DO PARCELAMENTO DA SOLUÇÃO

Nos definição quanto ao parcelamento da solução observa o planejamento das compras públicas, nos termos do art. 40 da Lei 14.133/2021, considerando a expectativa de consumo, a natureza dos bens, a forma de utilização, as condições de fornecimento e o atendimento aos princípios da padronização, do parcelamento tecnicamente viável e da economicidade.

Nesse contexto, o objeto foi estruturado de forma parcelada, com a organização dos itens em grupos e contratações avulsas, conforme autoriza o art. 40, inciso V, alínea b, e o parágrafo 2º do referido artigo, que determinam a adoção do parcelamento sempre que tecnicamente viável e economicamente vantajoso, com vistas à ampliação da competição e à mitigação da concentração de mercado.

O **GRUPO I** – Itens de Artes e Pinturas reúne materiais de características semelhantes, destinados a atividades contínuas e integradas, cuja contratação conjunta favorece a padronização técnica e funcional dos produtos, conforme o art. 40, inciso V, alínea a, além de facilitar o controle, a logística e o planejamento do consumo, admitindo-se o fornecimento contínuo, nos termos do art. 40, inciso III, da Lei 14.133/2021.

O **GRUPO II** – Itens Natalinos contempla bens destinados a ações específicas e sazonais, concentradas em período determinado, sendo recomendável sua contratação em conjunto, de modo a assegurar uniformidade estética, compatibilidade entre os itens e adequado planejamento das atividades temáticas, em consonância com os princípios da eficiência e da padronização previstos na legislação.

Os demais itens, por não apresentarem correlação direta entre si nem integração funcional com os grupos mencionados, serão licitados de forma avulsa, medida que se mostra mais adequada para atender às peculiaridades do mercado fornecedor, ampliar a competitividade e possibilitar a obtenção de propostas mais vantajosas, conforme dispõe o art. 40, parágrafo 2º, incisos I e III, da Lei 14.133/2021.

Ressalta-se que não se verificam, no caso concreto, as hipóteses impeditivas do parcelamento previstas no art. 40, § 3º, da Lei 14.133/2021, uma vez que o objeto não configura sistema

E-mail: compras.semads@gmail.com

Telefone: (95) 98413-6826

Avenida Major Williams, 1687 – Centro
Boa Vista-RR | CEP: 69.301-365

Documento assinado eletronicamente por MIGUEL FAUSTINO DE CARVALHO NETTO em 01/06/2026 às 09:21

Documento assinado eletronicamente por CLEICE MENDONÇA DA SILVA em 01/06/2026 às 08:41

Conforme decreto municipal nº 114/E de 02 de agosto de 2018 e decreto federal nº 8539, art. 7 de 08 de outubro de 2015

Verifique a autenticidade deste documento em <https://portalcidadao.prefeitura.boavista.br/verificacao.aspx> informando o código: 3242AF7FF

Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social (SEMADS)

Superintendência de Processos

Gerência de Compras



488

único e integrado, não há fornecedor exclusivo, nem se evidencia vantagem econômica relevante na contratação integral com um único fornecedor.

Dessa forma, o parcelamento adotado atende aos princípios da economicidade, da eficiência, da competitividade e do interesse público, revelando-se a solução mais adequada para garantir o atendimento regular e planejado das demandas da Administração, em conformidade com os arts. 40 a 44 da Lei 14.133/2021.

4.4. A contratação está alinhada ao planejamento estabelecido pelo Decreto Municipal 83/2025, que institui o Plano de Contratações Municipal (PCM). A demanda encontra-se prevista no PCM 2026, atendendo à obrigatoriedade de planejamento prévio e garantindo conformidade com o fluxo processual e as diretrizes de gestão das contratações da Administração Municipal.

5. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

5.1. A solução adotada para atendimento da presente demanda consiste na aquisição de bens diversos, por meio de procedimento licitatório na modalidade Pregão Eletrônico, com vistas a atender, de forma planejada e eficiente, as necessidades do Serviço de Acolhimento Institucional de Longa Permanência para Idosos e do Serviço de Acolhimento Infantil Condomínio Pedra Pintada, ambos vinculados à Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social (SEMADS).

5.2. O objeto contempla a aquisição de bens diversos, abrangendo materiais de diferentes naturezas, tais como colchões, pufes, almofadas, itens de decoração, itens natalinos e materiais destinados a atividades educativas, recreativas e terapêuticas, devidamente especificados, observadas as quantidades e características técnicas necessárias ao adequado funcionamento das unidades.

5.3. A escolha do Pregão Eletrônico fundamenta-se no fato de que os itens a serem adquiridos configuram bens comuns, cujas especificações são objetivas, padronizáveis e amplamente disponíveis no mercado, permitindo o julgamento das propostas pelo critério de menor preço, conforme previsto no art. 6º, inciso XLI, e no art. 28, inciso I, da Lei 14.133/2021. A adoção da forma eletrônica amplia a competitividade, assegura maior transparência ao certame e favorece a obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração.

5.4. No âmbito da solução, destaca-se que apenas o GRUPO I – Itens de Artes e Pinturas apresenta natureza consumível, demandando fornecimento contínuo, em razão do uso recorrente nas oficinas e atividades desenvolvidas nos serviços de acolhimento, o que exige reposição periódica para garantir a continuidade das ações socioeducativas. Os demais grupos correspondem a aquisições pontuais de bens diversos, destinadas ao atendimento de necessidades específicas e eventuais das unidades.

5.5. A contratação prevê a entrega dos bens mediante Ordem de Fornecimento, encaminhada conforme a necessidade da Administração, observados os prazos, condições de entrega, padrões

E-mail: compras.semads@gmail.com

Telefone: (95) 98413-6826

Avenida Major Williams, 1687 – Centro
Boa Vista-RR | CEP: 69.301-365

Documento assinado eletronicamente por MIGUEL FAUSTINO DE CARVALHO NETTO em 01/06/2026 às 09:21

Documento assinado eletronicamente por CLEICE MENDONÇA DA SILVA em 01/06/2026 às 08:41

Conforme decreto municipal nº 114/E de 02 de agosto de 2018 e decreto federal nº 8539, art. 7 de 08 de outubro de 2015

Verifique a autenticidade deste documento em <https://portalcidadadao.prefeitura.boavista.br/verificacao.aspx> informando o código: 3242AF7FF

Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social (SEMADS)

Superintendência de Processos

Gerência de Compras



489

mínimos de qualidade, critérios de sustentabilidade e procedimentos de recebimento e fiscalização estabelecidos no instrumento contratual.

5.6. Sob o aspecto da governança das contratações públicas, a solução adotada está alinhada aos princípios da eficiência, economicidade, planejamento, transparência e interesse público, previstos na Lei 14.133/2021, permitindo maior controle sobre os quantitativos, mitigação de riscos, segurança jurídica e adequada gestão da execução contratual.

5.7. A solução adotada possibilita o adequado planejamento das aquisições, assegura a padronização e a qualidade dos itens fornecidos, promove a eficiência administrativa e a economicidade dos recursos públicos, além de garantir condições adequadas de acolhimento, conforto, segurança e bem-estar aos usuários dos serviços, em consonância com as diretrizes da política de assistência social e com os princípios que regem a Administração Pública.

5.8. Havendo divergência entre o CATMAT e as especificações constantes neste Termo de Referência, prevalecerá o descrito neste Termo para fins de formulação de proposta, fornecimento e recebimento do objeto.

6. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**6.1. DA SUBCONTRATAÇÃO**

6.1.1. Não será permitida a subcontratação do objeto desta contratação, uma vez que se trata do fornecimento direto de bens diversos, destinados ao atendimento das necessidades do Serviço de Acolhimento Institucional de Longa Permanência para Idosos e do Serviço de Acolhimento Infantil Condomínio Pedra Pintada, ambos vinculados à Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social (SEMADS).

6.1.2. A vedação à subcontratação visa assegurar o controle efetivo da Administração quanto à procedência, qualidade, padronização e conformidade dos bens fornecidos com as especificações técnicas estabelecidas, considerando a diversidade dos itens e a necessidade de compatibilidade com o uso institucional e com o público atendido.

6.1.3. A admissão de subcontratação poderia comprometer a rastreabilidade dos produtos, a uniformidade do fornecimento, o cumprimento dos prazos e a conformidade técnica dos bens entregues, gerando riscos à adequada execução contratual. Assim, a execução direta do fornecimento pela contratada garante maior confiabilidade, controle administrativo, economicidade e aderência aos requisitos da contratação.

6.2. DA GARANTIA CONTRATUAL

6.2.1. Não será exigida garantia contratual, nos termos dos arts. 96 e seguintes da Lei 14.133/2021, considerando que o objeto da contratação consiste na eventual aquisição de bens diversos, compreendendo materiais de consumo e bens permanentes, sem elevado grau de complexidade técnica ou risco significativo à execução contratual.

6.2.2. Ressalta-se que os itens a serem fornecidos estão amparados pela garantia legal quanto a vícios, defeitos de fabricação ou desconformidade com as especificações técnicas, cabendo à

E-mail: compras.semads@gmail.com

Telefone: (95) 98413-6826

Avenida Major Williams, 1687 – Centro
Boa Vista-RR | CEP: 69.301-365

Documento assinado eletronicamente por MIGUEL FAUSTINO DE CARVALHO NETTO em 01/06/2026 às 09:21

Documento assinado eletronicamente por CLEICE MENDONÇA DA SILVA em 01/06/2026 às 08:41

Conforme decreto municipal nº 114/E de 02 de agosto de 2018 e decreto federal nº 8539, art. 7 de 08 de outubro de 2015

Verifique a autenticidade deste documento em <https://portalcidadao.prefeitura.boavista.br/verificacao.aspx> informando o código: 3242AF7FF

Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social (SEMADS)

Superintendência de Processos

Gerência de Compras



490

contratada a substituição imediata daqueles que não atendam às condições estabelecidas no contrato.

6.2.3. Dessa forma, a exigência de garantia contratual adicional não se mostra necessária, sendo suficiente a previsão de cláusulas contratuais de responsabilização da contratada, em observância aos princípios da razoabilidade, da economicidade e da eficiência administrativa.

6.3. DAS CONDIÇÕES DAS PROPOSTAS

6.3.1. A proposta deverá contemplar todos os custos necessários para o fornecimento dos bens diversos, incluindo tributos, embalagens, frete, transporte, logística de entrega, encargos e quaisquer outras despesas indispensáveis ao cumprimento integral do objeto.

6.3.2. A proposta deverá indicar o prazo de entrega dos itens após o recebimento da Ordem de Fornecimento, respeitado o prazo máximo de até 45 (quarenta e cinco) dias corridos.

6.3.3. A proposta deverá possuir validade mínima de 90 (noventa) dias corridos.

6.3.4. A proposta deverá conter a indicação da marca, modelo, quando aplicável, e descrição técnica completa dos itens ofertados, incluindo material, dimensões, forma de apresentação, unidade de fornecimento e demais características relevantes, de modo a possibilitar a verificação da conformidade com as especificações exigidas.

6.3.5. Os itens ofertados deverão ser novos, de primeira qualidade, adequados ao uso institucional e atender às normas técnicas, sanitárias e regulatórias vigentes, quando aplicável.

6.3.6. A proposta deverá conter, obrigatoriamente, as informações completas da empresa proponente, incluindo razão social, número de inscrição no CNPJ, endereço completo, telefone e e-mail para contato, devendo estar devidamente datada e assinada por seu representante legal.

6.3.7. O não atendimento às condições e especificações estabelecidas implicará a desclassificação da proposta, nos termos da legislação vigente e do instrumento convocatório.

7. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**7.1. DA SOLICITAÇÃO DO OBJETO**

7.1.1. Os materiais serão requisitados após a assinatura do contrato, conforme a necessidade de cada unidade demandante, mediante emissão de Ordem de Fornecimento, a ser encaminhada à contratada por meio eletrônico (e-mail).

7.1.2. A Ordem de Fornecimento produzirá efeitos a partir de seu recebimento pela contratada, iniciando-se, a partir desta data, a contagem do prazo para entrega.

7.2. DO LOCAL E HORÁRIO DE ENTREGA

7.2.1. Os materiais deverão ser entregues, sem qualquer custo adicional de transporte, no Departamento de Gestão de Patrimônio e Suprimentos (DGPS), localizado à Rua Sebastião Diniz, 243 – Centro, CEP: 69.301-040, no Município de Boa Vista-RR.

7.2.2. O horário para recebimento dos materiais será de segunda-feira a sexta-feira, das 8h30 às 12h, observado o prazo estabelecido na Ordem de Fornecimento.

E-mail: compras.semads@gmail.com

Telefone: (95) 98413-6826

Avenida Major Williams, 1687 – Centro
Boa Vista-RR | CEP: 69.301-365

Documento assinado eletronicamente por MIGUEL FAUSTINO DE CARVALHO NETTO em 01/06/2026 às 09:21

Documento assinado eletronicamente por CLEICE MENDONÇA DA SILVA em 01/06/2026 às 08:41

Conforme decreto municipal nº 114/E de 02 de agosto de 2018 e decreto federal nº 8539, art. 7 de 08 de outubro de 2015

Verifique a autenticidade deste documento em <https://portalcidadao.prefeitura.boavista.br/verificacao.aspx> informando o código: 3242AF7FF

Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social (SEMADS)

Superintendência de Processos

Gerência de Compras



491

7.3. DO PRAZO DE ENTREGA

7.3.1. A entrega dos materiais deverá ocorrer no prazo máximo de até 45 (quarenta e cinco) dias corridos, contados do recebimento da Ordem de Fornecimento.

7.3.2. Excepcionalmente, a contratada poderá solicitar prorrogação do prazo de entrega, mediante justificativa formal, a ser encaminhada por e-mail ou protocolada junto à Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social (SEMADS), com antecedência mínima de 10 (dez) dias do término do prazo originalmente estabelecido, ficando a análise e decisão a critério da Administração.

7.4. DAS CONDIÇÕES E MATERIAIS A SEREM DISPONIBILIZADOS

7.4.1. Os custos com logística, transporte, carga, descarga e demais despesas necessárias ao fornecimento dos materiais deverão estar integralmente abrangidas na proposta apresentada pela contratada, não cabendo ao contratante qualquer ônus adicional.

7.4.2. A contratada deverá comunicar previamente à Superintendência de Proteção Social Especial (SPSE), por meio eletrônico, pelo e-mail spse.semges@hotmail.com, o dia e o horário previstos para a entrega dos materiais.

7.4.3. Caso não seja possível a entrega na data inicialmente prevista, a contratada deverá comunicar formalmente à Contratante, apresentando as razões que justifiquem o impedimento, com antecedência mínima de 15 (quinze) dias, para análise quanto à possibilidade de prorrogação do prazo, ressalvadas as hipóteses de caso fortuito ou força maior.

7.5. DO RECEBIMENTO

7.5.1. O recebimento do objeto será realizado em duas etapas:

a) Provisoriamente, no ato da entrega dos materiais, para efeito de posterior verificação da conformidade com as especificações técnicas, mediante Termo de Recebimento Provisório. Havendo divergências ou irregularidades, o objeto será rejeitado para correção ou substituição, caso não esteja em conformidade com a proposta apresentada;

b) Definitivamente, mediante atesto na(s) Nota(s) Fiscal(is), após o decurso do prazo de 10 (dez) dias úteis contados do recebimento provisório, na hipótese de não haver qualquer irregularidade, o que não exime a contratada da responsabilidade por eventuais defeitos ou divergências constatados posteriormente.

7.5.2. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo estabelecido, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do referido prazo.

7.5.3. A aceitação do objeto somente será efetivada após ser considerado satisfatório pela fiscalização do(s) contrato(s), ficando a empresa fornecedora obrigada a substituí-lo, no todo ou em parte, em tempo hábil, sempre que forem constatadas falhas.

7.5.4. A Administração rejeitará, no todo ou em parte, a entrega dos materiais ou produtos em desacordo com as especificações técnicas exigidas.

E-mail: compras.semads@gmail.com

Telefone: (95) 98413-6826

Avenida Major Williams, 1687 – Centro
Boa Vista-RR | CEP: 69.301-365

Documento assinado eletronicamente por MIGUEL FAUSTINO DE CARVALHO NETTO em 01/06/2026 às 09:21

Documento assinado eletronicamente por CLEICE MENDONÇA DA SILVA em 01/06/2026 às 08:41

Conforme decreto municipal nº 114/E de 02 de agosto de 2018 e decreto federal nº 8539, art. 7 de 08 de outubro de 2015

Verifique a autenticidade deste documento em <https://portalcidadao.prefeitura.boavista.br/verificacao.aspx> informando o código: 3242AF7FF

Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social (SEMADS)

Superintendência de Processos

Gerência de Compras



492

7.5.5. Os custos relacionados à logística, incluindo transporte e demais encargos, deverão estar incluídos na proposta apresentada, não cabendo à contratante qualquer responsabilidade por tais despesas.

7.5.6. O recebimento provisório ou definitivo não afasta a responsabilidade da contratada por vícios, defeitos ou inconformidades identificadas posteriormente, na forma da legislação vigente.

7.5.7. A fiscalização da execução contratual será exercida por servidor formalmente designado, a quem competirá acompanhar o fornecimento, atestar o recebimento e registrar ocorrências, adotando as providências cabíveis.

7.6. CRITÉRIOS E PRÁTICAS DE SUSTENTABILIDADE

7.6.1. A contratação deverá observar critérios de sustentabilidade, sempre que tecnicamente viáveis, visando à redução dos impactos ambientais decorrentes da produção, transporte, uso e descarte dos bens diversos.

7.6.2. Os itens ofertados deverão, preferencialmente, ser fabricados com materiais duráveis, recicláveis ou reutilizáveis, sem prejuízo da qualidade, segurança e funcionalidade.

7.6.3. As embalagens deverão, sempre que possível, permitir destinação ambientalmente adequada, priorizando a redução da geração de resíduos.

7.6.4. A contratada deverá adotar práticas logísticas que minimizem impactos ambientais, como o planejamento eficiente das entregas e a otimização do transporte.

7.6.5. A adoção de critérios de sustentabilidade não poderá comprometer a qualidade, o desempenho ou o atendimento das necessidades dos serviços de acolhimento.

8. DO MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**8.1. VIGÊNCIA E CONDIÇÕES DO CONTRATO**

8.1.1. A vigência contratual será estabelecida de forma distinta, em razão da natureza dos objetos licitados, observando-se o disposto na Lei 14.133/2021:

8.1.1.1. GRUPO I – ITENS DE ARTES E PINTURAS: Terá vigência inicial de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogada sucessivamente, nos termos dos arts. 106 e 107 da Lei 14.133/2021, por se tratar de fornecimento contínuo necessário à manutenção das atividades da Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social (SEMADS).

a) A vigência poderá ser prorrogada até o limite de 5 (cinco) anos, admitida, ainda, prorrogação excepcional até o limite de 10 (dez) anos, desde que devidamente justificada e demonstrada a vantajosidade para a Administração, mantidas as condições originalmente pactuadas e assegurada a disponibilidade orçamentária.

8.1.1.2. GRUPO II – ITENS NATALINOS E ITENS AVULSOS (ITENS 20 A 33): Terão vigência de 12 (doze) meses, contados da data de assinatura do contrato, por se tratarem de aquisições de natureza pontual, destinadas ao atendimento de demandas específicas e eventuais da Administração, nos termos do art. 105 da Lei 14.133/2021.

E-mail: compras.semads@gmail.com

Telefone: (95) 98413-6826

Avenida Major Williams, 1687 – Centro
Boa Vista-RR | CEP: 69.301-365

Documento assinado eletronicamente por MIGUEL FAUSTINO DE CARVALHO NETTO em 01/06/2026 às 09:21

Documento assinado eletronicamente por CLEICE MENDONÇA DA SILVA em 01/06/2026 às 08:41

Conforme decreto municipal nº 114/E de 02 de agosto de 2018 e decreto federal nº 8539, art. 7 de 08 de outubro de 2015

Verifique a autenticidade deste documento em <https://portalcidadao.prefeitura.boavista.br/verificacao.aspx> informando o código: 3242AF7FF

Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social (SEMADS)

Superintendência de Processos

Gerência de Compras



493

a) Nos casos em que a contratação envolver a conclusão de escopo predefinido, o prazo de vigência será automaticamente prorrogado quando o objeto não for concluído no período inicialmente estabelecido, conforme disposto no art. 111 da Lei 14.133/2021.

b) Quando a não conclusão do objeto decorrer de culpa da contratada, esta será constituída em mora, ficando sujeita às sanções administrativas cabíveis, podendo a Administração optar pela extinção do contrato, adotando as medidas legalmente previstas para assegurar a continuidade da execução contratual.

8.1.2. As eventuais prorrogações contratuais deverão ser formalizadas por meio de termo aditivo, precedidas de justificativa técnica, manifestação favorável da Administração e comprovação da manutenção das condições vantajosas para o interesse público.

8.2. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

8.2.1. São obrigações da Contratante as previstas na minuta do contrato padronizada.

8.2.2. São obrigações da Contratada além das previstas na minuta do contrato padronizada:

a) Cumprir integralmente as condições estabelecidas no Termo de Referência, no edital e no contrato, responsabilizando-se pelo fornecimento dos bens conforme especificações técnicas, quantidades e prazos definidos;

b) Realizar a entrega dos itens dentro do prazo estipulado, no local indicado pela Administração, arcando com todos os custos de transporte, logística e demais despesas necessárias;

c) Garantir que os produtos fornecidos sejam novos, de primeira qualidade, adequados ao uso institucional e em conformidade com as normas técnicas e regulatórias vigentes, quando aplicável;

d) Substituir, no prazo estabelecido pela Administração, os itens que apresentarem defeitos, vícios, inconformidades ou que estejam em desacordo com as especificações exigidas, sem ônus adicional;

e) Manter, durante toda a execução contratual, as condições de habilitação e qualificação exigidas no processo licitatório;

f) Responsabilizar-se por quaisquer danos causados à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato;

g) Comunicar previamente à Contratante quaisquer situações que possam comprometer o cumprimento das obrigações contratuais, inclusive quanto a eventuais atrasos na entrega;

h) Atender prontamente às solicitações da fiscalização do contrato, prestando as informações e esclarecimentos necessários;

i) Cumprir as normas de segurança, ambientais e sanitárias aplicáveis ao objeto contratado;

j) Não transferir a terceiros, no todo ou em parte, as obrigações assumidas, salvo nos casos expressamente autorizados pela Administração.

8.3. DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

8.3.1. O licitante ou a contratada será responsabilizado administrativamente pela prática das infrações dispostas no artigo 155, e incisos, da Lei 14.133/2021.

E-mail: compras.semads@gmail.com

Telefone: (95) 98413-6826

Avenida Major Williams, 1687 – Centro
Boa Vista-RR | CEP: 69.301-365

Documento assinado eletronicamente por MIGUEL FAUSTINO DE CARVALHO NETTO em 01/06/2026 às 09:21

Documento assinado eletronicamente por CLEICE MENDONÇA DA SILVA em 01/06/2026 às 08:41

Conforme decreto municipal nº 114/E de 02 de agosto de 2018 e decreto federal nº 8539, art. 7 de 08 de outubro de 2015

Verifique a autenticidade deste documento em <https://portalcidadao.prefeitura.boavista.br/verificacao.aspx> informando o código: 3242AF7FF

Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social (SEMADS)

Superintendência de Processos

Gerência de Compras



494

8.3.2. Serão aplicadas, ao(s) responsável(eis) pelas infrações administrativas, garantida a prévia defesa, as seguintes sanções, observados os dispositivos constantes no §1º, do artigo 156, da Lei 14.133/2021, e sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

- a) Advertência;
- b) Multa;
- c) Impedimento de licitar e contratar;
- d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar;

8.3.3. A aplicação das sanções previstas no item anterior não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados à Administração;

8.3.4. Na aplicação das sanções serão observadas:

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

8.3.5. No caso de **sanção de multa**, serão estabelecidos os seguintes percentuais:

- a) Moratória de **1%** (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de **30 (trinta) dias corridos**;
- a.1) O atraso superior a **30 (trinta) dias corridos** autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei 14.133/2021.
- b) Compensatória, de **0,5% a 30%** do valor do Contrato, estabelecida por decisão da autoridade máxima do órgão.

8.3.6. Na aplicação da sanção de multa, será facultada a defesa do interessado no prazo de **15 (quinze) dias úteis**, contado da data de sua intimação.

8.3.7. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

8.3.8. A sanção de advertência será aplicada exclusivamente pela infração administrativa discriminada no inciso I, do artigo 155, da Lei 14.133/2021, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

8.3.9. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII, do caput, do art. 155, da Lei 14.133/2021, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo **prazo máximo de 3 (três) anos**.

E-mail: compras.semads@gmail.com

Telefone: (95) 98413-6826

Avenida Major Williams, 1687 – Centro
Boa Vista-RR | CEP: 69.301-365

Documento assinado eletronicamente por MIGUEL FAUSTINO DE CARVALHO NETTO em 01/06/2026 às 09:21

Documento assinado eletronicamente por CLEICE MENDONÇA DA SILVA em 01/06/2026 às 08:41

Conforme decreto municipal nº 114/E de 02 de agosto de 2018 e decreto federal nº 8539, art. 7 de 08 de outubro de 2015

Verifique a autenticidade deste documento em <https://portalcidadao.prefeitura.boavista.br/verificacao.aspx> informando o código: 3242AF7FF

Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social (SEMADS)

Superintendência de Processos

Gerência de Compras



495

8.3.10. A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII, do **caput**, do art. 155 da Lei 14.133/2021, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII, do caput, do referido artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

8.3.11. A apuração de responsabilidades relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de **15 (quinze) dias úteis**, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

8.3.12. Caberá recurso no prazo de **15 (quinze) dias úteis** da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de **5 (cinco) dias úteis**, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de **20 (vinte) dias úteis**, contado do recebimento dos autos.

8.3.13. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de **15 (quinze) dias úteis**, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de **20 (vinte) dias úteis**, contado do seu recebimento.

8.3.14. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente;

8.3.15. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração à contratada, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente;

8.3.16. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei 14.133/2021 ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei 12.846, de 1º de agosto de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos na referida Lei.

8.3.17. A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos na Lei 14.133/2021 ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de

E-mail: compras.semads@gmail.com

Telefone: (95) 98413-6826

Avenida Major Williams, 1687 – Centro
Boa Vista-RR | CEP: 69.301-365

Documento assinado eletronicamente por MIGUEL FAUSTINO DE CARVALHO NETTO em 01/06/2026 às 09:21

Documento assinado eletronicamente por CLEICE MENDONÇA DA SILVA em 01/06/2026 às 08:41

Conforme decreto municipal nº 114/E de 02 de agosto de 2018 e decreto federal nº 8539, art. 7 de 08 de outubro de 2015

Verifique a autenticidade deste documento em <https://portalcidadao.prefeitura.boavista.br/verificacao.aspx> informando o código: 3242AF7FF

Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social (SEMADS)

Superintendência de Processos

Gerência de Compras



496

administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

8.3.18. No caso de aplicação de sanção de impedimento de contratar ou de declaração de inidoneidade enquanto ainda em curso prazo decorrente de sanção anteriormente imposta importará no somatório dos períodos, não sendo admitido qualquer tipo de compensação ou redução, exceto nos casos de reabilitação nos termos da Lei 14.133/2021.

8.3.19. Será admitida a reabilitação do licitante ou contratada perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, exigidos, cumulativamente, com o disposto nos incisos I ao V, do artigo 163, da Lei 14.133/2021.

8.3.20. A sanção pelas infrações previstas nos incisos VIII e XII do art. 155 da Lei 14.133/2021, exigirá, como condição de reabilitação do licitante ou contratada, a implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade pelo responsável;

8.4. DO GESTOR DO CONTRATO

8.4.1. A gestão do contrato será exercida por agente público formalmente designado pela Administração, nos termos do Decreto Municipal 14/2026 e da Lei 14.133/2021, competindo-lhe coordenar, supervisionar e assegurar a adequada execução contratual, em conformidade com as disposições pactuadas.

8.4.2. Compete ao gestor do contrato acompanhar a execução do ajuste sob os aspectos administrativos e operacionais, promovendo a integração entre as áreas envolvidas e a articulação com os fiscais designados, adotando as medidas necessárias à regular execução do objeto.

8.4.3. São atribuições do gestor do contrato, entre outras previstas na legislação e normativos aplicáveis:

- a)** Coordenar e supervisionar as atividades de fiscalização técnica, administrativa e, quando houver, setorial;
- b)** Adotar as providências necessárias à instrução processual de demandas relacionadas à execução contratual, tais como alterações, prorrogações, reequilíbrio econômico-financeiro, pagamentos, aplicação de sanções e extinção do contrato;
- c)** Encaminhar aos setores competentes a documentação necessária à formalização dos atos decorrentes da execução contratual;
- d)** Zelar pelo cumprimento das cláusulas contratuais e pela observância dos prazos, condições e obrigações pactuadas.

8.4.4. O gestor do contrato exercerá suas atribuições durante toda a vigência contratual, acompanhando a execução até a sua conclusão, podendo ser designado substituto para atuar em suas ausências, impedimentos ou afastamentos, mediante ato formal da Administração.

8.5. DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATOE-mail: compras.semads@gmail.com

Telefone: (95) 98413-6826

Avenida Major Williams, 1687 – Centro
Boa Vista-RR | CEP: 69.301-365

Documento assinado eletronicamente por MIGUEL FAUSTINO DE CARVALHO NETTO em 01/06/2026 às 09:21

Documento assinado eletronicamente por CLEICE MENDONÇA DA SILVA em 01/06/2026 às 08:41

Conforme decreto municipal nº 114/E de 02 de agosto de 2018 e decreto federal nº 8539, art. 7 de 08 de outubro de 2015

Verifique a autenticidade deste documento em <https://portalcidadadao.prefeitura.boavista.br/verificacao.aspx> informando o código: 3242AF7FF

Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social (SEMADS)

Superintendência de Processos

Gerência de Compras



497

8.5.1. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por fiscal(is) formalmente designado(s) pela Administração, ou pelos respectivos substitutos, nos termos do art. 117 da Lei 14.133/2021 e do Decreto Municipal 14/2026.

8.5.2. Compete ao fiscal do contrato acompanhar a execução do objeto, verificando o cumprimento das condições estabelecidas no instrumento contratual, no Termo de Referência e na proposta da contratada, quanto à qualidade, quantidade, prazos e demais requisitos exigidos.

8.5.3. O fiscal do contrato deverá registrar, em instrumento próprio, todas as ocorrências relacionadas à execução contratual, indicando eventuais irregularidades ou inconformidades e determinando as providências necessárias à sua regularização.

8.5.4. Sempre que a situação exigir decisão ou providência que ultrapasse sua competência, o fiscal do contrato deverá comunicar o fato ao gestor do contrato, em tempo hábil, para adoção das medidas cabíveis.

8.5.5. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, este deverá elaborar registro circunstanciado contendo as ocorrências, análises e conclusões acerca da execução contratual, encaminhando-o ao gestor do contrato para subsidiar o recebimento definitivo e demais providências administrativas pertinentes.

9. DO PAGAMENTO**9.1. DA LIQUIDAÇÃO**

9.1.1. A solicitação de pagamento deverá ser formalizada pela Contratada, por meio de pedido subscrito pelo seu representante legal, indicando o número do contrato administrativo e os dados para pagamento, instruído com os documentos listados a seguir:

I. Nota Fiscal/DANFE ou documento equivalente que ateste o cumprimento do objeto, indicando o valor e o período da prestação do serviço ou do fornecimento;

II. Certidão de regularidade fiscal perante a Fazenda Federal, estadual ou Municipal, quando for o caso;

III. Certidão de regularidade previdenciária e trabalhista.

9.1.2. Atestado o cumprimento do objeto do contrato pela fiscalização e a correta instrução do processo, após a autorização do ordenador, os autos deverão ser remetidos ao setor responsável pela liquidação da despesa e efetivação do pagamento.

9.1.3. Recebida a Nota Fiscal/DANFE ou documento equivalente, correrá o prazo de **10 (dez) dias úteis** para fins de liquidação, prorrogáveis por igual período.

9.1.4. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a Nota Fiscal/DANFE ou documento equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

a) O prazo de validade;

b) A data da emissão;

c) Os dados do contrato e do órgão contratante;

E-mail: compras.semads@gmail.com

Telefone: (95) 98413-6826

Avenida Major Williams, 1687 – Centro
Boa Vista-RR | CEP: 69.301-365

Documento assinado eletronicamente por MIGUEL FAUSTINO DE CARVALHO NETTO em 01/06/2026 às 09:21

Documento assinado eletronicamente por CLEICE MENDONÇA DA SILVA em 01/06/2026 às 08:41

Conforme decreto municipal nº 114/E de 02 de agosto de 2018 e decreto federal nº 8539, art. 7 de 08 de outubro de 2015

Verifique a autenticidade deste documento em <https://portalcidadadao.prefeitura.boavista.br/verificacao.aspx> informando o código: 3242AF7FF

Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social (SEMADS)

Superintendência de Processos

Gerência de Compras



498

d) O valor a pagar; e**e)** Eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

9.1.5. A Nota Fiscal/DANFE ou documento equivalente deverá vir em nome da Prefeitura Municipal de Boa Vista/RR, no endereço Palácio 09 de Julho – Rua General Penha Brasil, 1011 – São Francisco. CEP: 69.305-130, CNPJ: 05.943.030/0001-55, a qual deverá ser enviada para o e-mail: protocolosemges@hotmail.com.

9.1.5.1. A Nota Fiscal deverá ser emitida em conformidade com o Decreto Municipal 113/E, de 20 de outubro de 2025, que regulamenta o art. 175 da Lei Complementar 1.223, de 29 de dezembro de 2009, no que se refere à Nota Fiscal de Serviços Eletrônica (NFS-e), devendo atender a todos os requisitos legais e normativos aplicáveis no âmbito do Município de Boa Vista/RR.

9.1.6. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/DANFE ou documento equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que a contratada providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante.

9.1.7. A Nota Fiscal/DANFE ou documento equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei 14.133/2021.

9.1.7.1 Em caso de ausência de certidão de regularidade fiscal, a contratada deverá ser instada a se manifestar sobre a possibilidade de compensação do crédito com o débito existente, caso em que os autos deverão ser remetidos ao órgão fazendário para as providências cabíveis, com prévia oitiva da Procuradoria-Geral do Município em caso de débito inscrito em dívida ativa.

9.1.7.1.1. Em caso de não concordância com a compensação, imediatamente após o pagamento da contraprestação, os autos deverão ser remetidos à Procuradoria-Geral do Município para adoção das providências cabíveis para recuperação do crédito municipal.

9.1.8. Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

a) Verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

b) Identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

9.1.9. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de **5 (cinco) dias úteis**, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

9.1.10. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

E-mail: compras.semads@gmail.com

Telefone: (95) 98413-6826

Avenida Major Williams, 1687 – Centro
Boa Vista-RR | CEP: 69.301-365

Documento assinado eletronicamente por MIGUEL FAUSTINO DE CARVALHO NETTO em 01/06/2026 às 09:21

Documento assinado eletronicamente por CLEICE MENDONÇA DA SILVA em 01/06/2026 às 08:41

Conforme decreto municipal nº 114/E de 02 de agosto de 2018 e decreto federal nº 8539, art. 7 de 08 de outubro de 2015

Verifique a autenticidade deste documento em <https://portalcidadao.prefeitura.boavista.br/verificacao.aspx> informando o código: 3242AF7FF

Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social (SEMADS)

Superintendência de Processos

Gerência de Compras



499

9.1.11. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

9.1.12. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

9.2. DO PRAZO E FORMA PAGAMENTO

9.2.1. O pagamento será efetuado pelo Fundo Municipal de Assistência Social (FMAS/SEMADS), em até o **30 (trinta) dias corridos**, após a liquidação da Nota Fiscal/DANFE ou documento equivalente, mediante apresentação da documentação da empresa (Nota Fiscal/DANFE ou documento equivalente), devidamente atestada pelo(s) fiscal(is).

9.2.2. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos à contratada serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do IPCA de correção monetária.

9.2.3. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pela contratada.

9.2.4. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

9.2.5. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

9.2.5.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

9.2.6. A contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar 123/2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

9.3. DO REAJUSTE

9.3.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irredutíveis no prazo de um ano contado da data de 06/04/2026, referente ao orçamento estimado.

9.3.2. Após o interregno de um ano, os preços poderão ser reajustados, se houver solicitação ou ressalva ao direito de reajuste pela contratada, até antes da celebração do aditamento de vigência, sendo considerado o silêncio como renúncia ou preclusão lógica.

9.3.3. Em caso de solicitação de reajuste pela contratada, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

E-mail: compras.semads@gmail.com

Telefone: (95) 98413-6826

Avenida Major Williams, 1687 – Centro
Boa Vista-RR | CEP: 69.301-365

Documento assinado eletronicamente por MIGUEL FAUSTINO DE CARVALHO NETTO em 01/06/2026 às 09:21

Documento assinado eletronicamente por CLEICE MENDONÇA DA SILVA em 01/06/2026 às 08:41

Conforme decreto municipal nº 114/E de 02 de agosto de 2018 e decreto federal nº 8539, art. 7 de 08 de outubro de 2015

Verifique a autenticidade deste documento em <https://portalcidadao.prefeitura.boavista.br/verificacao.aspx> informando o código: 3242AF7FF

Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social (SEMADS)

Superintendência de Processos

Gerência de Compras



500

9.3.4. Deverão ser excluídos do cálculo do efeito financeiro do reajustamento eventuais parcelas cujo fornecimento se encontrem atrasadas por culpa da contratada.

9.3.5. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

9.3.6. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará à contratada a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

9.3.7. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

9.3.8. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

9.3.9. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

9.3.10. O reajuste será realizado por apostilamento, sem obrigatoriedade de remessa dos autos para consulta jurídica à Procuradoria-Geral do Município.

10. DOCUMENTOS NECESSÁRIOS À HABILITAÇÃO DOS LICITANTES

10.1. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos, nos termos dos artigos 62 a 70, da Lei 14.133/2021, e demais legislações correlatas:

10.1.1. HABILITAÇÃO JURÍDICA

a) Se Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede.

b) Se Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>.

c) Se Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores.

d) Se Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME 77, de 18 de março de 2020.

e) Se Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores.

E-mail: compras.semads@gmail.com

Telefone: (95) 98413-6826

Avenida Major Williams, 1687 – Centro
Boa Vista-RR | CEP: 69.301-365

Documento assinado eletronicamente por MIGUEL FAUSTINO DE CARVALHO NETTO em 01/06/2026 às 09:21

Documento assinado eletronicamente por CLEICE MENDONÇA DA SILVA em 01/06/2026 às 08:41

Conforme decreto municipal nº 114/E de 02 de agosto de 2018 e decreto federal nº 8539, art. 7 de 08 de outubro de 2015

Verifique a autenticidade deste documento em <https://portalcidadao.prefeitura.boavista.br/verificacao.aspx> informando o código: 3242AF7FF

Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social (SEMADS)

Superintendência de Processos

Gerência de Compras



501

f) Se Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.

g) Se Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei 5.764, de 16 de dezembro 1971.

10.1.1.1. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

10.1.1.2. JUSTIFICATIVA DA VEDAÇÃO DE PARTICIPAÇÃO DE PESSOA FÍSICA

A vedação à participação de pessoa física justifica-se em razão da natureza do objeto, que consiste na aquisição de bens diversos destinados às unidades vinculadas à Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social (SEMADS).

O fornecimento exige atividade comercial regular, com capacidade operacional para aquisição, armazenamento, transporte, entrega, substituição de itens e emissão de documentação fiscal adequada, requisitos próprios de pessoas jurídicas atuantes no ramo.

A participação de pessoa física poderia comprometer a execução contratual, especialmente quanto à logística, garantia dos produtos, regularidade fiscal e responsabilização pelo cumprimento das obrigações.

Dessa forma, a restrição às pessoas jurídicas do ramo pertinente mostra-se necessária para assegurar a adequada execução do contrato, a qualidade dos bens e a segurança jurídica da contratação.

10.1.2. HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA

a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) (pessoa jurídica).

b) Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional (Pessoa Jurídica).

c) Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) (Pessoa Jurídica).

d) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei 5.452, de 1º de maio de 1943 (Pessoa Jurídica).

E-mail: compras.semads@gmail.com

Telefone: (95) 98413-6826

Avenida Major Williams, 1687 – Centro
Boa Vista-RR | CEP: 69.301-365

Documento assinado eletronicamente por MIGUEL FAUSTINO DE CARVALHO NETTO em 01/06/2026 às 09:21

Documento assinado eletronicamente por CLEICE MENDONÇA DA SILVA em 01/06/2026 às 08:41

Conforme decreto municipal nº 114/E de 02 de agosto de 2018 e decreto federal nº 8539, art. 7 de 08 de outubro de 2015

Verifique a autenticidade deste documento em <https://portalcidadao.prefeitura.boavista.br/verificacao.aspx> informando o código: 3242AF7FF

Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social (SEMADS)

Superintendência de Processos

Gerência de Compras



502

e) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual (Pessoa Jurídica).

f) Prova de regularidade com a Fazenda Estadual e Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre (Pessoa Jurídica).

10.1.2.1. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual ou Municipal relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

10.1.2.2. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

10.1.2.3. Declaração do licitante de que não possui, em seu quadro de pessoal, empregado (s) com menos de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e, de 16 (dezesesseis) anos, em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, nos termos do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.

10.1.3. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

a) Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor (art. 69, inciso II, da Lei 14.133/2021).

10.1.4. DAS DECLARAÇÕES

a) Declaração do licitante de que atende aos requisitos de habilitação, e que responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da Lei (art. 63, inciso I, da Lei 14.133/2021).

b) Declaração do licitante de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em Lei e em outras normas específicas (art. 63, IV, da Lei 14.133/2021).

c) Declaração do licitante de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta, vigentes na data de entrega das propostas (art. 63, §1º, da Lei 14.133/2021).

d) Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.

10.1.5. DA PARTICIPAÇÃO DE EMPRESAS REUNIDAS EM CONSÓRCIO/ DA PARTICIPAÇÃO DE COOPERATIVAS/ DA PARTICIPAÇÃO E DOS BENEFÍCIOS DA MICROEMPRESA-ME E EMPRESA DE PEQUENO PORTE-EPP**10.1.5.1. DO CONSÓRCIO (ARTS. 15, DA LEI 14.133/2021)**E-mail: compras.semads@gmail.com

Telefone: (95) 98413-6826

Avenida Major Williams, 1687 – Centro
Boa Vista-RR | CEP: 69.301-365

Documento assinado eletronicamente por MIGUEL FAUSTINO DE CARVALHO NETTO em 01/06/2026 às 09:21

Documento assinado eletronicamente por CLEICE MENDONÇA DA SILVA em 01/06/2026 às 08:41

Conforme decreto municipal nº 114/E de 02 de agosto de 2018 e decreto federal nº 8539, art. 7 de 08 de outubro de 2015

Verifique a autenticidade deste documento em <https://portalcidadadao.prefeitura.boavista.br/verificacao.aspx> informando o código: 3242AF7FF

Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social (SEMADS)

Superintendência de Processos

Gerência de Compras



503

Será vedada a participação de empresas reunidas em consórcio, tendo em vista que o objeto licitado consiste na aquisição de bens diversos, caracterizados como bens comuns, amplamente disponíveis no mercado e cuja execução não apresenta complexidade técnica, operacional ou financeira que justifique a associação entre empresas.

As empresas que atuam individualmente no ramo pertinente possuem plena capacidade de atender às exigências técnicas, operacionais e econômico-financeiras estabelecidas, não sendo necessária a formação de consórcios para a adequada execução do objeto, tampouco para ampliação da competitividade do certame.

Nos termos do art. 15 da Lei 14.133/2021, a participação em consórcio pode ser admitida ou vedada pela Administração conforme a natureza da contratação. No presente caso, a vedação visa assegurar maior eficiência na condução do procedimento, simplificação da análise de habilitação, clareza na responsabilização contratual e facilitação da fiscalização.

Dessa forma, a restrição à participação de consórcios mostra-se adequada e proporcional à natureza do objeto, em observância aos princípios da eficiência, economicidade e interesse público.

10.1.5.2. DAS COOPERATIVAS (ART. 16, DA LEI 14.133/2021)

a) Será admitida a participação de profissionais organizados sob a forma de cooperativa, quando:

a.1) A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, § 2º a 6º da Lei 5.764, de 1971.

a.2) A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual (DRSCI), para cada um dos cooperados indicados.

a.3) A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à execução contratual.

a.4) O registro previsto na Lei 5.764, de 1971, art. 107.

a.5) A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato; e

a.6) Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa:

I) Ata de Fundação;

II) Estatuto Social com a Ata da Assembleia que o aprovou;

III) Regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia;

IV) Editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias;

V) Três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e

VI) Ata da Sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação.

E-mail: compras.semads@gmail.com

Telefone: (95) 98413-6826

Avenida Major Williams, 1687 – Centro
Boa Vista-RR | CEP: 69.301-365

Documento assinado eletronicamente por MIGUEL FAUSTINO DE CARVALHO NETTO em 01/06/2026 às 09:21

Documento assinado eletronicamente por CLEICE MENDONÇA DA SILVA em 01/06/2026 às 08:41

Conforme decreto municipal nº 114/E de 02 de agosto de 2018 e decreto federal nº 8539, art. 7 de 08 de outubro de 2015

Verifique a autenticidade deste documento em <https://portalcidadadao.prefeitura.boavista.br/verificacao.aspx> informando o código: 3242AF7FF



Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social (SEMADS)

Superintendência de Processos

Gerência de Compras



504

b.7) A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

10.1.5.3. DA MICROEMPRESAS (ME) E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE (EPP)

a) A presente contratação será destinada exclusivamente à participação de Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP), nos termos dos arts. 47 e 48 da Lei Complementar 123/2006, considerando que o valor estimado da contratação é inferior a R\$ 80.000,00.

a.1) Serão assegurados às Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP) os benefícios previstos no art. 4º da Lei 14.133/2021 e nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar 123/2006.

a.2) A fruição dos benefícios previstos na alínea “a.1” fica condicionada ao fato de que, no ano-calendário de realização da licitação, a Microempresa (ME) ou Empresa de Pequeno Porte (EPP) não tenha celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados ultrapassem o limite de receita bruta estabelecido para enquadramento como empresa de pequeno porte.

a.3) Nas contratações com prazo de vigência superior a 1 (um) ano, será considerado o valor anual do contrato para fins de verificação do atendimento aos limites previstos na alínea “a.2”.

11. DO VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO

11.1. O valor global estimado para eventual contratação do objeto é de R\$ 64.015,72 (sessenta e quatro mil quinze reais e setenta e dois centavos), conforme custos unitários e globais apurados por meio da pesquisa de preços constante no Anexo II deste Termo de Referência.

11.2. Considerando que a contratação será realizada por meio do Sistema de Registro de Preços, os valores registrados poderão ser revistos nas hipóteses previstas na legislação aplicável, especialmente quando ocorrer:

a) Força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, ou ainda em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da Ata de Registro de Preços nas condições originalmente pactuadas.

12. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

12.1. O custo da presente aquisição correrá à conta da seguinte dotação orçamentária:

a) GESTÃO DO ABRIGO DO IDOSO

Unidade Orçamentária: 31.01;

Funcional Programática: 08.241.0049;

Ação: 2466;

Natureza da Despesa: 3.3.90.30.00;

Natureza da Despesa: 4.4.90.52.00;

Fonte de Recursos: 500 – Recursos não vinculados.

b) SERVIÇO DE ACOLHIMENTO INFANTIL CONDOMÍNIO PEDRA PINTADA

Unidade Orçamentária: 31.01;

E-mail: compras.semads@gmail.com

Telefone: (95) 98413-6826

Avenida Major Williams, 1687 – Centro
Boa Vista-RR | CEP: 69.301-365

Documento assinado eletronicamente por MIGUEL FAUSTINO DE CARVALHO NETTO em 01/06/2026 às 09:21

Documento assinado eletronicamente por CLEICE MENDONÇA DA SILVA em 01/06/2026 às 08:41

Conforme decreto municipal nº 114/E de 02 de agosto de 2018 e decreto federal nº 8539, art. 7 de 08 de outubro de 2015

Verifique a autenticidade deste documento em <https://portalcidadadao.prefeitura.boavista.br/verificacao.aspx> informando o código: 3242AF7FF

Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social (SEMADS)

Superintendência de Processos

Gerência de Compras



505

Funcional Programática: 08.243.0049;

Ação: 2476;

Natureza da Despesa: 3.3.90.30.00

Natureza da Despesa: 4.4.90.52.00;

Fonte de Recursos: 500 – Recursos não vinculados.

12.2. Outras dotações orçamentárias poderão ser adicionadas durante a vigência da contratação, caso haja a captação ou disponibilização de novos recursos, inclusive provenientes de transferências voluntárias, recursos fundo a fundo ou emendas parlamentares, observada a devida formalização nos autos e a compatibilidade com o objeto contratado.

13. DO SISTEMA DE REGISTROS DE PREÇOS

13.1. Adotar-se-á o Sistema de Registro de Preços (SRP) para a presente contratação, considerando:

13.1.1. A possibilidade de aquisições conforme a necessidade das unidades vinculadas à Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social (SEMADS), sem obrigatoriedade de contratação imediata ou integral dos quantitativos estimados.

13.1.2. A conveniência administrativa de realizar as aquisições de forma parcelada ao longo da vigência da Ata de Registro de Preços, conforme a demanda das unidades beneficiárias.

13.1.3. A necessidade de garantir previsibilidade de preços e maior eficiência na gestão da aquisição de bens diversos, evitando a realização de múltiplos procedimentos licitatórios para objetos de mesma natureza.

13.2. DAS QUANTIDADES ESTIMADAS

13.2.1. As quantidades máximas estimadas para cada item constam em Anexo deste Termo de Referência, nos termos do art. 82, inciso I, da Lei 14.133/2021.

13.2.2. Os quantitativos indicados possuem caráter estimativo, não gerando para a Administração a obrigação de contratação integral, podendo as aquisições ocorrer conforme a efetiva necessidade durante a vigência da Ata de Registro de Preços.

13.3. Os preços registrados deverão ser únicos para cada item, não sendo admitidas variações em razão de local de entrega, forma de acondicionamento, tamanho de lote ou quaisquer outras condições que comprometam a uniformidade dos preços registrados.

13.4. DOS ÓRGÃOS GERENCIADOR E PARTICIPANTES

13.4.1. As regras referentes ao órgão gerenciador e aos órgãos participantes serão aquelas constantes na minuta padronizada de Ata de Registro de Preços.

13.5. DA ASSINATURA DA ATA

13.5.1. Homologado o resultado, o órgão gerenciador convocará os fornecedores classificados, respeitada a ordem de classificação e a quantidade de fornecedores a serem registrados, para assinatura da Ata de Registro de Preços no prazo de 5 (cinco) dias úteis, por meio de assinatura

E-mail: compras.semads@gmail.com

Telefone: (95) 98413-6826

Avenida Major Williams, 1687 – Centro
Boa Vista-RR | CEP: 69.301-365

Documento assinado eletronicamente por MIGUEL FAUSTINO DE CARVALHO NETTO em 01/06/2026 às 09:21

Documento assinado eletronicamente por CLEICE MENDONÇA DA SILVA em 01/06/2026 às 08:41

Conforme decreto municipal nº 114/E de 02 de agosto de 2018 e decreto federal nº 8539, art. 7 de 08 de outubro de 2015

Verifique a autenticidade deste documento em <https://portalcidadao.prefeitura.boavista.br/verificacao.aspx> informando o código: 3242AF7FF

Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social (SEMADS)

Superintendência de Processos

Gerência de Compras



506

digital disponibilizada no endereço eletrônico informado na convocação via <https://portalcidadao.prefeitura.boavista.br/>, ou mediante retirada do instrumento contratual via e-mail institucional, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei 14.133/2021.

13.5.2. O prazo para assinatura poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, desde que:

a) A solicitação seja apresentada dentro do prazo; e

b) A justificativa seja aceita pela Administração.

13.5.3. A existência de preços registrados não obriga a Administração a contratar, podendo ser realizada licitação específica para a aquisição pretendida, assegurada ao fornecedor registrado a preferência em igualdade de condições.

13.5.4. Na hipótese de o fornecedor convocado não assinar a Ata no prazo estabelecido, a Administração poderá convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para assinatura nas mesmas condições ofertadas pelo primeiro colocado.

13.5.5. A habilitação dos fornecedores que comporão o cadastro de reserva ocorrerá quando houver necessidade de contratação de fornecedor remanescente.

13.6. DA VIGÊNCIA DA ATA

13.6.1. A Ata de Registro de Preços terá vigência de 1 (um) ano, podendo ser prorrogada por igual período desde que comprovada a vantajosidade, nos termos do art. 84 da Lei 14.133/2021.

13.6.2. Em caso de prorrogação, poderá ser renovado o quantitativo originalmente registrado.

13.7. DA GESTÃO DA ATA

13.7.1. A gestão da Ata caberá ao órgão gerenciador, responsável por seu acompanhamento, controle de saldos, atualização, comunicação com fornecedores e demais atos administrativos necessários à regularidade do registro.

13.8. DA ADEÇÃO

13.8.1. Durante a vigência da Ata de Registro de Preços, órgãos ou entidades da Administração Pública de qualquer esfera que não participaram da IRP poderão solicitar adesão à ARP na condição de não participantes, desde que atendidos os requisitos previstos no Decreto Municipal 93-E/2025.

13.9. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO

13.9.1. O registro de preços poderá ser cancelado pelo órgão gerenciador quando verificado:

a) Descumprimento das condições previstas na Ata.

b) Recusa injustificada em assinar o instrumento contratual.

c) Não aceitação da redução de preços quando estes se tornarem superiores aos praticados no mercado.

d) Razões de interesse público.

e) Impossibilidade de execução por caso fortuito ou força maior.

f) Aplicação das sanções previstas nos incisos III ou IV do art. 156 da Lei 14.133/2021.

E-mail: compras.semads@gmail.com

Telefone: (95) 98413-6826

Avenida Major Williams, 1687 – Centro
Boa Vista-RR | CEP: 69.301-365

Documento assinado eletronicamente por MIGUEL FAUSTINO DE CARVALHO NETTO em 01/06/2026 às 09:21

Documento assinado eletronicamente por CLEICE MENDONÇA DA SILVA em 01/06/2026 às 08:41

Conforme decreto municipal nº 114/E de 02 de agosto de 2018 e decreto federal nº 8539, art. 7 de 08 de outubro de 2015

Verifique a autenticidade deste documento em <https://portalcidadao.prefeitura.boavista.br/verificacao.aspx> informando o código: 3242AF7FF



Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social (SEMADS)

Superintendência de Processos

Gerência de Compras



507

13.9.2. O cancelamento observará o contraditório e ampla defesa, sendo formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador.

14. DA PUBLICIDADE

14.1. Considerando que a Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social (SEMADS) deve garantir que os processos de contratação estejam aptos a receber recursos federais provenientes do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), de emendas parlamentares ou de outras fontes fundo a fundo, os quais podem ser disponibilizados durante o procedimento licitatório ou ao longo da execução contratual, determina-se que os Avisos de Licitação/Dispensa e demais atos pertinentes sejam também publicados no Diário Oficial da União (DOU), ainda que, inicialmente, o processo seja custeado com recursos próprios.

15. DAS CONSIDERAÇÕES FINAIS

15.1. O contrato poderá ser rescindido, por mútuo interesse entre as partes, atendidas a conveniência da Contratante, de forma imediata e independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, recebendo a Contratada o valor correspondente ao fornecimento efetivamente prestado.

Boa Vista-RR, data constante no sistema.

ELABORADO POR,

(assinado eletronicamente)

THAIONÁ PINHO CORRÊA DE MELO
Assistente Administrativo – SUPRO/GCOM
Matrícula: 29251

DE ACORDO,

(assinado eletronicamente)

CIRLENE GUERRA
Superintendente de Proteção Social Especial

APROVO,

(assinado eletronicamente)

GABRIEL SOUSA DE PAULA
Secretário Municipal Adjunto de Assistência e Desenvolvimento Social

E-mail: compras.semads@gmail.com

Telefone: (95) 98413-6826

Avenida Major Williams, 1687 – Centro
Boa Vista-RR | CEP: 69.301-365

Documento assinado eletronicamente por MIGUEL FAUSTINO DE CARVALHO NETTO em 01/06/2026 às 09:21

Documento assinado eletronicamente por CLEICE MENDONÇA DA SILVA em 01/06/2026 às 08:41

Conforme decreto municipal nº 114/E de 02 de agosto de 2018 e decreto federal nº 8539, art. 7 de 08 de outubro de 2015

Verifique a autenticidade deste documento em <https://portalcidadadao.prefeitura.boavista.br/verificacao.aspx> informando o código: 3242AF7FF



Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social (SEMADS)

Superintendência de Processos

Gerência de Compras



ANEXO I
DESCRIÇÕES, UNIDADES E QUANTITATIVOS

GRUPO I - ITENS DE ARTES E PINTURAS				
ITEM	CATMAT	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE
1	201888	CAVALETE FABRICADO EM MADEIRA DE PINUS, DESMONTÁVEL E COM ALTURA DA BASE DA TELA REGULÁVEL. ALTURA DA BASE DA TELA REGULÁVEL DE 50 A 100 CM.	UNIDADE	20
2	445049	PINCÊIS DE PINTURA PARA TELA, CONJUNTO COM 12 PINCÊIS, COM ESTOJO DE ARMAZENAMENTO. MATERIAL NYLON, MADEIRA. TIPO DE PINTURA: ÓLEO, ACRÍLICA, AQUARELA, GUACHE. PINCÊIS PROFIS-SIONAIS: 12 TAMANHOS, COMPRIMENTO: 17 CM A 20, 5 CM (6, 69 " A 8, 07"), CABO DE MADEIRA. MATERIAIS DURÁVEIS, NÃO AFROU-XAM OU DESMORONAM, PONTEIRAS ANTIFERRUGENS E ALÇAS RE-SISTENTES.	CONJUNTO	5
3	366899	TELA PARA PINTURA, DIMENSÕES: 40X50, TELA 100% ALGODÃO COM 2 CAMADAS DE GESSO ACRÍLICO.	UNIDADE	40
4	611686	TINTA ÓLEO PARA PINTURA EM TELA, 12 CORES, 20ML CADA BIS-NAGA. ALTA PIGMENTAÇÃO, PRODUZIDA COM PURO ÓLEO DE LI-NHAÇA PRENSADO À FRIO, APLICÁVEL EM DIVERSAS SUPERFÍCIES, COMO TELA, PAPEL, MADEIRA, METAL, ENTRE OUTRAS. DURÁVEL E RESISTENTE AO DESBOTAMENTO E AO ENVELHECIMENTO.	KIT	4
GRUPO II - ITENS NATALINOS				
ITEM	CATMAT	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE
5	610258	ÁRVORE PINHEIRO DE NATAL GIGANTE LUXO DINAMARQUÊS, COR VERDE, ALTURA 2,10M, 956 GALHOS. MEDIDAS DA ÁRVORE: 2,10X1,30CM. MATERIAL: METAL E PVC LINHA DE FIO DE POLIPROPI-LENO. BASE/PÉ: METAL. QUANTIDADE DE GALHOS: 525.	UNIDADE	2
6	465063	BOLAS DE NATAL NA COR DOURADA 6CM. QUANTIDADE: 24 BOLAS EM CADA KIT. DIÂMETRO: 6CM. MATERIAL: PLÁSTICO. MODELOS: METÁLICOS, FOSCAS E GLITTER COM CORDÕES PARA PENDURAR AS BOLAS INCLUSOS.	KIT	4
7	465063	BOLAS DE NATAL NA COR DOURADA 8CM. QUANTIDADE: 24 BOLAS EM CADA KIT. DIÂMETRO: 8CM. MATERIAL: PLÁSTICO. MODELOS: METÁLICOS, FOSCAS E GLITTER COM CORDÕES PARA PENDURAR AS BOLAS INCLUSOS.	KIT	2
8	465063	BOLAS DE NATAL NA COR VERMELHA 6CM. QUANTIDADE: 50 BOLAS EM CADA KIT. DIÂMETRO: 6CM. MATERIAL: PLÁSTICO. MODELOS: METÁLICOS, FOSCAS E GLITTER COM CORDÕES PARA PENDURAR AS BOLAS INCLUSOS.	KIT	4
9	465063	BOLAS DE NATAL NA COR VERMELHA 8CM. QUANTIDADE: 24 BOLAS EM CADA KIT. DIÂMETRO: 8CM. MATERIAL: PLÁSTICO. MODELOS: METÁLICOS, FOSCAS E GLITTER COM CORDÕES PARA PENDURAR AS BOLAS INCLUSOS.	KIT	2
10	448226	ENFEITE NATALINO CORDÃO DE BOLINHAS EM PLÁSTICO DE 1,8M NA COR DOURADA.	UNIDADE	5
11	448226	ENFEITE NATALINO CORDÃO DE BOLINHAS EM PLÁSTICO DE 1,8M NA COR VERMELHA.	UNIDADE	5
12	477073	ENFEITE NATALINO PAPAI NOEL NA ESCADA, PARA PENDURAR EM VARANDAS E SALAS DE ESTAR. PAPAI NOEL COM VESTIMENTAS EM NYLON, PREENCHIMENTO EM ESPUMA, MATERIAL DA ESCADA COM PRODUTO SEMELHANTE AO ALGODÃO E OS DEGRAUS EM PLÁSTICO. DIMENSÕES APROXIMADAS PAPAI NOEL: ALTURA: 40CM LARGURA:	UNIDADE	2

E-mail: compras.semads@gmail.com

Telefone: (95) 98413-6826

Avenida Major Williams, 1687 – Centro

Boa Vista-RR | CEP: 69.301-365

Documento assinado eletronicamente por MIGUEL FAUSTINO DE CARVALHO NETTO em 01/06/2026 às 09:21

Documento assinado eletronicamente por CLEICE MENDONÇA DA SILVA em 01/06/2026 às 08:41

Conforme decreto municipal nº 114/E de 02 de agosto de 2018 e decreto federal nº 8539, art. 7 de 08 de outubro de 2015

Verifique a autenticidade deste documento em <https://portalcidadao.prefeitura.boavista.br/verificacao.aspx> informando o código: 3242AF7FF

Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social (SEMADS)

Superintendência de Processos

Gerência de Compras



		20CM DIMENSÕES APROXIMADAS DA ESCADA: ALTURA: 60CM LARGURA: 20 CM CONTEÚDO DA EMBALAGEM: 01 PAPAÍ NOEL NA ESCADA.		
13	477073	ENFEITES DE NATAL PARA DECORAÇÃO, PERSONAGENS: BONECO DE NEVE, PAPAÍ NOEL E RENA. MATERIAL: ALGODÃO. CADA BONECO MEDE EM TORNO DE 60CM. PARA DECORAR MESAS, ESCADAS, LAZREIRA E ETC. KIT COM 3 BONECOS.	KIT	2
14	477073	ENFEITES DE PELÚCIA DE NATAL PARA DE ÁRVORE DE NATAL, PINGENTES DE NATAL, BONECO DE NEVE, URSO, RENA E PAPAÍ NOEL, PARA DECORAÇÃO DE FESTAS DE NATAL. O PACOTE INCLUI: ESTE CONJUNTO DE ENFEITES DE PELÚCIA DE NATAL INCLUI 8 PEÇAS DE PINGENTES, COMO PAPAÍ NOEL, BONECO DE NEVE, RENA, URSO, PARA ÁRVORE DE NATAL, SÃO FEITAS DE MATERIAL DE PELÚCIA COM ACABAMENTO FINO E ALTA QUALIDADE. DETALHES REQUINTADOS COM UMA CORDA PARA FACILITAR O USO. KIT COM 8 ITENS.	KIT	2
15	625154	FESTÃO NATALINO DOURADO. MATERIAL: PLÁSTICO E METAL. TAMANHO: DIÂMETRO: APROX. 9CM, COMPRIMENTO: 2M CONTEÚDO DA EMBALAGEM: 1 FESTÃO COM 2 METROS DE COMPRIMENTO.	UNIDADE	10
16	625154	FESTÃO NATALINO VERDE COM PONTA BRANCA. - MEDIDAS: 2M X 8CM - MATERIAL: PLÁSTICO.	UNIDADE	10
17	625154	FESTÃO NATALINO VERMELHO. MATERIAL: PLÁSTICO E METAL. TAMANHO: DIÂMETRO: APROX. 9CM, COMPRIMENTO: 2M CONTEÚDO DA EMBALAGEM: 1 FESTÃO COM 2 METROS DE COMPRIMENTO.	UNIDADE	10
18	463459	LAÇOS NATALINOS DE 14CM NA COR VERMELHA/DOURADO PARA DECORAÇÃO. MATERIAL: TECIDO. KIT COM 10 UNIDADES.	KIT	3
19	342655	VARAL LED ENFEITE DECORAÇÃO DE NATAL PISCA-PISCA 100 LUZES FIO COM 8 FUNÇÕES 127V LUZ BRANCO QUENTE.	UNIDADE	10
ITENS AVULSOS				
ITEM	CATMAT	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE
20	622154	ADEREÇOS PARA O CARNAVAL KIT COM NO MÍNIMO 150 ITENS, PODENDO SER DIVIDIDO PELO MENOS ENTRE: PULSEIRAS DE NEON, COLARES HAVAIANOS, ÓCULOS SORTIDOS, MASCARAS HOLOGRÁFICAS, MARABUS COM BRILHO, BIGODES E MARACAS.	KIT	2
21	600794	ALMOFADAS DECORATIVAS, KIT COM 4 UNIDADES. CORES: VARIADAS. DIMENSÕES DO PRODUTO: 45CM X 45CM.	KIT	10
22	235582	PUFF EM ESTILO BANQUINHO REDONDO DECORATIVO EM LINHO, PÉS EM MADEIRA MACIÇA, COR: BEGE. DIMENSÕES DO PRODUTO 35,1P X 35,1L X 45,7A CENTÍMETROS. CAPACIDADE DE PESO MÁXIMO DE 265 KG.	UNIDADE	18
23	326199	REDE PARA DORMIR COM COSTURA REFORÇADA. MATERIAL: ALGODÃO CORES: VARIADAS. DIMENSÕES DO PRODUTO: 42C X 33L CM PESO MÁXIMO RECOMENDADO: 180KG.	UNIDADE	30
24	217352	SUPORTE DE AÇO REFORÇADO 3/8 PARA REDE DE DESCANSO COM 12,4 CM DE LARGURA, 3,9 CM DE COMPRIMENTO E 14 CM DE ALTURA, O PAR DE SUPORTES ACOMPANHA PARAFUSOS SEXTAVADOS E BUCHA. PESO MÁXIMO SUPORTADO: 250KG.	PAR	15
25	630274	ARMÁRIO PARA BANHEIRO COM ESPELHO. POSSUI COMPARTIMENTO INTERNO COM 2 PRATELEIRAS DE VIDRO, PUXADOR REDONDO CROMADO, DOBRADIÇAS COM AMORTECEDOR. COR: BRANCO. DIMENSÕES: PROFUNDIDADE 13CM, ALTURA 46CM, LARGURA 58CM. MATERIAL: MADEIRA MDP 15MM.	UNIDADE	18
26	416253	PRATELEIRA DE CANTO ORGANIZADORA EM FORMATO DE L PARA BANHEIRO 25CM, KIT COM 2 PRATELEIRAS, MATERIAL: AÇO INOXIDÁVEL, ADAPTADO PARA LUGARES ÚMIDOS. CADA PRATELEIRA ACOMPANHA 2 ADESIVOS COM GANCHOS PARA FIXAR NA PAREDE. SUPORTA ATÉ 1KG. COR: PRETO. DIMENSÕES DO PRODUTO: 25,5P X 25,5L X 5,8A CENTÍMETROS.	KIT	15

E-mail: compras.semads@gmail.com

Telefone: (95) 98413-6826

Avenida Major Williams, 1687 – Centro
Boa Vista-RR | CEP: 69.301-365

Documento assinado eletronicamente por MIGUEL FAUSTINO DE CARVALHO NETTO em 01/06/2026 às 09:21

Documento assinado eletronicamente por CLEICE MENDONÇA DA SILVA em 01/06/2026 às 08:41

Conforme decreto municipal nº 114/E de 02 de agosto de 2018 e decreto federal nº 8539, art. 7 de 08 de outubro de 2015

Verifique a autenticidade deste documento em <https://portalcidadadao.prefeitura.boavista.br/verificacao.aspx> informando o código: 3242AF7FF

Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social (SEMADS)

Superintendência de Processos

Gerência de Compras



27	384409	KIT ACESSÓRIOS PARA BANHEIRO EM AÇO INOX. O KIT INCLUI 1 SABONETEIRA, 1 PORTA TOALHA DE ROSTO, 1 PORTA TOALHA DE BANHO, 1 PORTA-PAPEL E 1 GANCHO DUPLO, TODOS FABRICADOS EM AÇO INOX. INCLUI 10 PARAFUSOS E 10 BUCHAS PARA INSTALAÇÃO. MEDIDAS APROXIMADAS DOS ITENS DO KIT: SABONETEIRA: COMPRIMENTO: 9CM, LARGURA: 13CM E PROFUNDIDADE: 0,5CM. SUPORTE DE TOALHA DE ROSTO: DIÂMETRO DA ARGOLA: 16CM E ESPESSURA DA ARGOLA: 0,9CM. SUPORTE DE TOALHA DE BANHO: COMPRIMENTO DO SUPORTE: 45CM E ESPESSURA DO SUPORTE: 0,9CM. PORTA PAPEL: LARGURA DO ARAME: 11CM, ALTURA DA PLACA: 9,5CM E LARGURA DA PLACA: 12,5CM. SUPORTE PEQUENO: COMPRIMENTO DOS GANCHOS: 6,5CM, ESPESSURA DOS GANCHOS: 0,9CM E LARGURA ENTRE OS GANCHOS: 6CM.	KIT	18
28	611816	CABIDEIRO DE CHÃO PARA ROUPAS, CHAPÉU E BOLSAS. ESTRUTURA EM AÇO TUBULAR REFORÇADO, HASTES COM CAPACIDADE PARA ATÉ 5KG, PINTURA EM EPÓXI COM TRATAMENTO DE SUPERFÍCIE. DIMENSÕES DO PRODUTO 36P X 43L X 171A CM. POSSÍVEIS CORES: PRETO, BRANCO, CINZA.	UNIDADE	8
29	459451	COLCHÃO CASAL ORTOPÉDICO DUPLA FACE -138X188CM.	UNIDADE	2
30	613901	COLCHÃO SOLTEIRO COM MOLAS ENSACADAS, DIMENSÕES: ALTURA 20CM X 88CM X 188CM. DENSIDADE: 33.	UNIDADE	66
31	611883	EXTENSÃO MÚLTIPLA 3T 2P+T 10A 250V 3 METROS.	UNIDADE	15
32	437189	PISO PLÁSTICO PALLET TIPO ESTRADO PARA FREEZER. COR: PRETO. DIMENSÕES: 50X25X2,5CM.	UNIDADE	30
33	627125	VASOS DECORATIVOS PARA PLANTAS EM POLIETILENO N1, N2 E N3. KIT COM 3 VASOS. MATERIAL: POLIETILENO (PE). CARACTERÍSTICAS: LEVE, RESISTENTE A UV, RESISTENTE A INTEMPÉRIES. FORMATO DOS VASOS: REDONDO, CONE E BOJO.	KIT	5

E-mail: compras.semads@gmail.com

Telefone: (95) 98413-6826

Avenida Major Williams, 1687 – Centro
Boa Vista-RR | CEP: 69.301-365

Documento assinado eletronicamente por MIGUEL FAUSTINO DE CARVALHO NETTO em 01/06/2026 às 09:21

Documento assinado eletronicamente por CLEICE MENDONÇA DA SILVA em 01/06/2026 às 08:41

Conforme decreto municipal nº 114/E de 02 de agosto de 2018 e decreto federal nº 8539, art. 7 de 08 de outubro de 2015

Verifique a autenticidade deste documento em <https://portalcidadadao.prefeitura.boavista.br/verificacao.aspx> informando o código: 3242AF7FF

Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social (SEMADS)

Superintendência de Processos

Gerência de Compras



511

ANEXO II
DESCRIÇÕES, QUANTITATIVOS E ESTIMATIVA DE CUSTO DO OBJETO

GRUPO I - ITENS DE ARTES E PINTURAS						
ITEM	CATMAT	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	201888	CAVALETE FABRICADO EM MADEIRA DE PINUS, DESMONTÁVEL E COM ALTURA DA BASE DA TELA REGULÁVEL. ALTURA DA BASE DA TELA REGULÁVEL DE 50 A 100 CM.	UNIDADE	20	R\$ 151,33	R\$ 3.026,60
2	445049	PINCÉIS DE PINTURA PARA TELA, CONJUNTO COM 12 PINCÉIS, COM ESTOJO DE ARMAZENAMENTO. MATERIAL NYLON, MADEIRA. TIPO DE PINTURA: ÓLEO, ACRÍLICA, AQUARELA, GUACHE. PINCÉIS PROFISSIONAIS: 12 TAMANHOS, COMPRIMENTO: 17 CM A 20, 5 CM (6, 69 " A 8, 07"), CABO DE MADEIRA. MATERIAIS DURÁVEIS, NÃO AFROUXAM OU DESMORONAM, PONTEIRAS ANTIFERRUGENS E ALÇAS RESISTENTES.	CONJUNTO	5	R\$ 44,80	R\$ 224,00
3	366899	TELA PARA PINTURA, DIMENSÕES: 40X50, TELA 100% ALGODÃO COM 2 CAMADAS DE GESSO ACRÍLICO.	UNIDADE	40	R\$ 44,22	R\$ 1.768,80
4	611686	TINTA ÓLEO PARA PINTURA EM TELA, 12 CORES, 20ML CADA BISNAGA. ALTA PIGMENTAÇÃO, PRODUZIDA COM PURO ÓLEO DE LINHAÇA PENSADO À FRIJO, APLICÁVEL EM DIVERSAS SUPERFÍCIES, COMO TELA, PAPEL, MADEIRA, METAL, ENTRE OUTRAS. DURÁVEL E RESISTENTE AO DESBOTAMENTO E AO ENVELHECIMENTO.	KIT	4	R\$ 181,46	R\$ 725,84
VALOR TOTAL DO GRUPO I						R\$ 5.745,24
GRUPO II - ITENS NATALINOS						
ITEM	CATMAT	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
5	610258	ÁRVORE PINHEIRO DE NATAL GIGANTE LUXO DINAMARQUÊS, COR VERDE, ALTURA 2,10M, 956 GALHOS. MEDIDAS DA ÁRVORE: 2,10X1,30CM. MATERIAL: METAL E PVC LINHA DE FIO DE POLIPROPILENO. BASE/PÉ: METAL. QUANTIDADE DE GALHOS: 525.	UNIDADE	2	R\$ 919,18	R\$ 1.838,36
6	465063	BOLAS DE NATAL NA COR DOURADA 6CM. QUANTIDADE: 24 BOLAS EM CADA KIT. DIÂMETRO: 6CM. MATERIAL: PLÁSTICO. MODELOS: METÁLICOS, FOSCAS E GLITTER COM CORDÕES PARA PENDURAR AS BOLAS INCLUI- SIOS.	KIT	4	R\$ 67,07	R\$ 268,28
7	465063	BOLAS DE NATAL NA COR DOURADA 8CM. QUANTIDADE: 24 BOLAS EM CADA KIT. DIÂMETRO: 8CM. MATERIAL: PLÁSTICO. MODELOS: METÁLICOS, FOSCAS E GLITTER COM CORDÕES PARA PENDURAR AS BOLAS INCLUI- SIOS.	KIT	2	R\$ 143,33	R\$ 286,66
8	465063	BOLAS DE NATAL NA COR VERMELHA 6CM. QUANTIDADE: 50 BOLAS EM CADA KIT. DIÂMETRO: 6CM. MATERIAL: PLÁSTICO. MODELOS: METÁLICOS, FOSCAS E GLITTER COM	KIT	4	R\$ 97,97	R\$ 391,88

E-mail: compras.semads@gmail.com

Telefone: (95) 98413-6826

Avenida Major Williams, 1687 – Centro
Boa Vista-RR | CEP: 69.301-365

Documento assinado eletronicamente por MIGUEL FAUSTINO DE CARVALHO NETTO em 01/06/2026 às 09:21

Documento assinado eletronicamente por CLEICE MENDONÇA DA SILVA em 01/06/2026 às 08:41

Conforme decreto municipal nº 114/E de 02 de agosto de 2018 e decreto federal nº 8539, art. 7 de 08 de outubro de 2015

Verifique a autenticidade deste documento em <https://portalcidadadao.prefeitura.boavista.br/verificacao.aspx> informando o código: 3242AF7FF

Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social (SEMADS)

Superintendência de Processos

Gerência de Compras



		CORDÕES PARA PENDURAR AS BOLAS INCLUSOS.				
9	465063	BOLAS DE NATAL NA COR VERMELHA 8CM. QUANTIDADE: 24 BOLAS EM CADA KIT. DIÂMETRO: 8CM. MATERIAL: PLÁSTICO. MODELOS: METÁLICOS, FOSCAS E GLITTER COM CORDÕES PARA PENDURAR AS BOLAS INCLUSOS.	KIT	2	R\$ 95,02	R\$ 190,04
10	448226	ENFEITE NATALINO CORDÃO DE BOLINHAS EM PLÁSTICO DE 1,8M NA COR DOURADA.	UNIDADE	5	R\$ 9,77	R\$ 48,85
11	448226	ENFEITE NATALINO CORDÃO DE BOLINHAS EM PLÁSTICO DE 1,8M NA COR VERMELHA.	UNIDADE	5	R\$ 9,53	R\$ 47,65
12	477073	ENFEITE NATALINO PAPAI NOEL NA ESCADA, PARA PENDURAR EM VARANDAS E SALAS DE ESTAR. PAPAI NOEL COM VESTIMENTAS EM NYLON, PREENCHIMENTO EM ESPUMA, MATERIAL DA ESCADA COM PRODUTO SEMELHANTE AO ALGODÃO E OS DEGRAUS EM PLÁSTICO. DIMENSÕES APROXIMADAS PAPAI NOEL: ALTURA: 40CM LARGURA: 20CM DIMENSÕES APROXIMADAS DA ESCADA: ALTURA: 60CM LARGURA: 20 CM CONTEÚDO DA EMBALAGEM: 01 PAPAI NOEL NA ESCADA.	UNIDADE	2	R\$ 77,84	R\$ 155,68
13	477073	ENFEITES DE NATAL PARA DECORAÇÃO, PERSONAGENS: BONECO DE NEVE, PAPAI NOEL E RENA. MATERIAL: ALGODÃO. CADA BONECO MEDE EM TORNO DE 60CM. PARA DECORAR MESAS, ESCADAS, LAREIRA E ETC. KIT COM 3 BONECOS.	KIT	2	R\$ 224,33	R\$ 448,66
14	477073	ENFEITES DE PELÚCIA DE NATAL PARA DE ÁRVORE DE NATAL, PINGENTES DE NATAL, BONECO DE NEVE, URSO, RENA E PAPAI NOEL, PARA DECORAÇÃO DE FESTAS DE NATAL. O PACOTE INCLUI: ESTE CONJUNTO DE ENFEITES DE PELÚCIA DE NATAL INCLUI 8 PEÇAS DE PINGENTES, COMO PAPAI NOEL, BONECO DE NEVE, RENA, URSO, PARA ÁRVORE DE NATAL, SÃO FEITAS DE MATERIAL DE PELÚCIA COM ACABAMENTO FINO E ALTA QUALIDADE. DETALHES REQUINTADOS COM UMA CORDA PARA FACILITAR O USO. KIT COM 8 ITENS.	KIT	2	R\$ 60,67	R\$ 121,34
15	625154	FESTÃO NATALINO DOURADO. MATERIAL: PLÁSTICO E METAL. TAMANHO: DIÂMETRO: APROX. 9CM, COMPRIMENTO: 2M CONTEÚDO DA EMBALAGEM: 1 FESTÃO COM 2 METROS DE COMPRIMENTO.	UNIDADE	10	R\$ 11,24	R\$ 112,40
16	625154	FESTÃO NATALINO VERDE COM PONTA BRANCA. - MEDIDAS: 2M X 8CM - MATERIAL: PLÁSTICO.	UNIDADE	10	R\$ 18,64	R\$ 186,40
17	625154	FESTÃO NATALINO VERMELHO. MATERIAL: PLÁSTICO E METAL. TAMANHO: DIÂMETRO: APROX. 9CM, COMPRIMENTO: 2M CONTEÚDO DA EMBALAGEM: 1 FESTÃO COM 2 METROS DE COMPRIMENTO.	UNIDADE	10	R\$ 11,92	R\$ 119,20
18	463459	LAÇOS NATALINOS DE 14CM NA COR VERMELHA/DOURADO PARA DECORAÇÃO. MATERIAL: TECIDO. KIT COM 10 UNIDADES.	KIT	3	R\$ 81,26	R\$ 243,78

E-mail: compras.semads@gmail.com

Telefone: (95) 98413-6826

Avenida Major Williams, 1687 – Centro
Boa Vista-RR | CEP: 69.301-365

Documento assinado eletronicamente por MIGUEL FAUSTINO DE CARVALHO NETTO em 01/06/2026 às 09:21

Documento assinado eletronicamente por CLEICE MENDONÇA DA SILVA em 01/06/2026 às 08:41

Conforme decreto municipal nº 114/E de 02 de agosto de 2018 e decreto federal nº 8539, art. 7 de 08 de outubro de 2015

Verifique a autenticidade deste documento em <https://portalcidadadao.prefeitura.boavista.br/verificacao.aspx> informando o código: 3242AF7FF

Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social (SEMADS)

Superintendência de Processos

Gerência de Compras



19	342655	VARAL LED ENFEITE DECORAÇÃO DE NATAL PISCA-PISCA 100 LUZES FIO COM 8 FUNÇÕES 127V LUZ BRANCO QUENTE.	UNIDADE	10	R\$ 20,87	R\$ 208,70
VALOR TOTAL DO GRUPO II						R\$ 4.667,88
ITENS AVULSOS						
ITEM	CATMAT	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
20	622154	ADEREÇOS PARA O CARNAVAL KIT COM NO MÍNIMO 150 ITENS, PODENDO SER DIVIDO PELO MENOS ENTRE: PULSEIRAS DE NEON, COLARES HAVAIANOS, ÓCULOS SORTIDOS, MASCARAS HOLOGRÁFICAS, MARABUS COM BRILHO, BIGODES E MARACAS.	KIT	2	R\$ 204,24	R\$ 408,48
VALOR DO ITEM 20						R\$ 408,48
21	600794	ALMOFADAS DECORATIVAS, KIT COM 4 UNIDADES. CORES: VARIADAS. DIMENSÕES DO PRODUTO: 45CM X 45CM.	KIT	10	R\$ 53,51	R\$ 535,10
VALOR DO ITEM 21						R\$ 535,10
22	235582	PUFF EM ESTILO BANQUINHO REDONDO DECORATIVO EM LINHO, PÉS EM MADEIRA MACIÇA, COR: BEGE. DIMENSÕES DO PRODUTO 35,1P X 35,1L X 45,7A CENTÍMETROS. CAPACIDADE DE PESO MÁXIMO DE 265 KG.	UNIDADE	18	R\$ 135,44	R\$ 2.437,92
VALOR DO ITEM 22						R\$ 2.437,92
23	326199	REDE PARA DORMIR COM COSTURA REFORÇADA. MATERIAL: ALGODÃO CORES: VARIADAS. DIMENSÕES DO PRODUTO: 42C X 33L CM PESO MÁXIMO RECOMENDADO: 180KG.	UNIDADE	30	R\$ 145,44	R\$ 4.363,20
VALOR DO ITEM 23						R\$ 4.363,20
24	217352	SUPORTE DE AÇO REFORÇADO 3/8 PARA REDE DE DESCANSO COM 12,4 CM DE LARGURA, 3,9 CM DE COMPRIMENTO E 14 CM DE ALTURA, O PAR DE SUPORTES ACOMPANHA PARAFUSOS SEXTAVADOS E BUCHA. PESO MÁXIMO SUPORTADO: 250KG.	PAR	15	R\$ 62,34	R\$ 935,10
VALOR DO ITEM 24						R\$ 935,10
25	630274	ARMÁRIO PARA BANHEIRO COM ESPELHO. POSSUI COMPARTIMENTO INTERNO COM 2 PRATELEIRAS DE VIDRO, PUXADOR REDONDO CROMADO, DOBRADIÇAS COM AMORTECEDOR. COR: BRANCO. DIMENSÕES: PROFUNDIDADE 13CM, ALTURA 46CM, LARGURA 58CM. MATERIAL: MADEIRA MDP 15MM.	UNIDADE	18	R\$ 204,00	R\$ 3.672,00
VALOR DO ITEM 25						R\$ 3.672,00
26	416253	PRATELEIRA DE CANTO ORGANIZADORA EM FORMATO DE L PARA BANHEIRO 25CM, KIT COM 2 PRATELEIRAS, MATERIAL: AÇO INOXIDÁVEL, ADAPTADO PARA LUGARES ÚMIDOS. CADA PRATELEIRA ACOMPANHA 2 ADESIVOS COM GANCHOS PARA FIXAR NA PAREDE. SUPORTA ATÉ 1KG. COR: PRETO. DIMENSÕES DO PRODUTO: 25,5P X 25,5L X 5,8A CENTÍMETROS.	KIT	15	R\$ 62,14	R\$ 932,10
VALOR DO ITEM 26						R\$ 932,10
27	384409	KIT ACESSÓRIOS PARA BANHEIRO EM AÇO INOX. O KIT INCLUI 1 SABONETEIRA, 1 PORTA TOALHA DE ROSTO, 1 PORTA TOALHA DE BANHO, 1 PORTA-PAPEL E 1 GANCHO DUPLO,	KIT	18	R\$ 37,75	R\$ 679,50

E-mail: compras.semads@gmail.com

Telefone: (95) 98413-6826

Avenida Major Williams, 1687 – Centro
Boa Vista-RR | CEP: 69.301-365

Documento assinado eletronicamente por MIGUEL FAUSTINO DE CARVALHO NETTO em 01/06/2026 às 09:21

Documento assinado eletronicamente por CLEICE MENDONÇA DA SILVA em 01/06/2026 às 08:41

Conforme decreto municipal nº 114/E de 02 de agosto de 2018 e decreto federal nº 8539, art. 7 de 08 de outubro de 2015

Verifique a autenticidade deste documento em <https://portalcidadado.prefeitura.boavista.br/verificacao.aspx> informando o código: 3242AF7FF

Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social (SEMADS)

Superintendência de Processos

Gerência de Compras



		TODOS FABRICADOS EM AÇO INOX. INCLUI 10 PARAFUSOS E 10 BUCHAS PARA INSTALAÇÃO. MEDIDAS APROXIMADAS DOS ITENS DO KIT: SABONETEIRA: COMPRIMENTO: 9CM, LARGURA: 13CM E PROFUNDIDADE: 0,5CM. SUPORTE DE TOALHA DE ROSTO: DIÂMETRO DA ARGOLA: 16CM E ESPESSURA DA ARGOLA: 0,9CM. SUPORTE DE TOALHA DE BANHO: COMPRIMENTO DO SUPORTE: 45CM E ESPESSURA DO SUPORTE: 0,9CM. PORTA PAPEL: LARGURA DO ARAME: 11CM, ALTURA DA PLACA: 9,5CM E LARGURA DA PLACA: 12,5CM. SUPORTE PEQUENO: COMPRIMENTO DOS GANCHOS: 6,5CM, ESPESSURA DOS GANCHOS: 0,9CM E LARGURA ENTRE OS GANCHOS: 6CM.				
VALOR DO ITEM 27						R\$ 679,50
28	611816	CABIDEIRO DE CHÃO PARA ROUPAS, CHAPÉU E BOLSAS. ESTRUTURA EM AÇO TUBULAR REFORÇADO, HASTES COM CAPACIDADE PARA ATÉ 5KG, PINTURA EM EPÓXI COM TRATAMENTO DE SUPERFÍCIE. DIMENSÕES DO PRODUTO 36P X 43L X 171A CM. POSSÍVEIS CORES: PRETO, BRANCO, CINZA.	UNIDADE	8	R\$ 172,35	R\$ 1.378,80
VALOR DO ITEM 28						R\$ 1.378,80
29	459451	COLCHÃO CASAL ORTOPÉDICO DUPLA FACE - 138X188CM.	UNIDADE	2	R\$ 1.251,27	R\$ 2.502,54
VALOR DO ITEM 29						R\$ 2.502,54
30	613901	COLCHÃO SOLTEIRO COM MOLAS ENSACADAS, DIMENSÕES: ALTURA 20CM X 88CM X 188CM. DENSIDADE: 33.	UNIDADE	66	R\$ 499,31	R\$ 32.954,46
VALOR DO ITEM 30						R\$ 32.954,46
31	611883	EXTENSÃO MÚLTIPLA 3T 2P+T 10A 250V 3 METROS.	UNIDADE	15	R\$ 39,53	R\$ 592,95
VALOR DO ITEM 31						R\$ 592,95
32	437189	PISO PLÁSTICO PALLET TIPO ESTRADO PARA FREEZER. COR: PRETO. DIMENSÕES: 50X25X2,5CM.	UNIDADE	30	R\$ 48,48	R\$ 1.454,40
VALOR DO ITEM 32						R\$ 1.454,40
33	627125	VASOS DECORATIVOS PARA PLANTAS EM POLIETILENO N1, N2 E N3. KIT COM 3 VASOS. MATERIAL: POLIETILENO (PE). CARACTERÍSTICAS: LEVE, RESISTENTE A UV, RESISTENTE A INTEMPÉRIES. FORMATO DOS VASOS: REDONDO, CONE E BOJO.	KIT	5	R\$ 151,21	R\$ 756,05
VALOR DO ITEM 33						R\$ 756,05
VALOR TOTAL						R\$ 64.015,72

E-mail: compras.semads@gmail.com

Telefone: (95) 98413-6826

Avenida Major Williams, 1687 – Centro
Boa Vista-RR | CEP: 69.301-365

Documento assinado eletronicamente por MIGUEL FAUSTINO DE CARVALHO NETTO em 01/06/2026 às 09:21

Documento assinado eletronicamente por CLEICE MENDONÇA DA SILVA em 01/06/2026 às 08:41

Conforme decreto municipal nº 114/E de 02 de agosto de 2018 e decreto federal nº 8539, art. 7 de 08 de outubro de 2015

Verifique a autenticidade deste documento em <https://portalcidadadao.prefeitura.boavista.br/verificacao.aspx> informando o código: 3242AF7FF

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA
SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E COMPRAS - SMLIC
SUPERINTENDÊNCIA DE CENTRALIZAÇÃO DE DEMANDA -SUCED
DIVISÃO DE EDITAIS E INSTRUMENTOS CONVOCATÓRIOS
UASG: 980301



ANEXO II – MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS/PMBV
Nº ____/2026.
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90059/2026
OBJETO: EVENTUAL AQUISIÇÃO DE BENS
DIVERSOS.

O **MUNICÍPIO DE BOA VISTA – RR**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no C.G.C./MF sob o nº 05.943.030/0001 – 55, com sede no Palácio 9 de Julho, situada na rua General Penha Brasil nº 1011 – São Francisco, nesta cidade, por intermédio da **SECRETARIA MUNICIPAL DE _____** (SIGLA DA SECRETARIA), neste ato representada pelo(a) Secretário(a) Municipal de _____, o(a) Senhor(a) _____, matrícula nº _____, residente e domiciliado(a) nesta Capital, doravante denominada **ÓRGÃO GERENCIADOR**, e a Empresa _____, com sede na _____, nº _____, bairro _____, inscrita no CNPJ nº _____, doravante denominada **FORNECEDORA REGISTRADA**, neste ato representado pelo(a) seu(ua) sócio(a) administrador(a), o(a) Sr(a) _____, conforme atos constitutivos da empresa, tendo em vista o que consta no **PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 001849/2026 - SEMADS** e em observância às disposições da Lei Federal n. 14.133/2021, do Decreto Municipal n. 083/E, de 11 de agosto de 2025, do Decreto Municipal n. 093/E, de 26 de agosto de 2025, e demais normas aplicáveis, resolvem celebrar a presente **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PMBV/00000-(SIGLA DA SECRETARIA)/2026**, decorrente do **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90059/2026**, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO:

1.1 – A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços para a EVENTUAL AQUISIÇÃO DE BENS DIVERSOS, de acordo com os quantitativos e especificações constantes na proposta vencedora e no Termo de Referência, Anexo I do Edital do Pregão Eletrônico supracitado, os quais integram a presente Ata.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS:

2.1 O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

Item do TR	Fornecedor (razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante)						
X	Especificação	Marca (se exigida no edital)	Modelo (se exigido no edital)	Unidade	Quantidade Máxima	Valor Un.	Prazo garantia ou validade

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA - SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E COMPRAS – UASG: 980301.
Palácio 9 de julho, Rua General Penha Brasil, 1011. Boa Vista - RR



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA
SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E COMPRAS - SMLIC
SUPERINTENDÊNCIA DE CENTRALIZAÇÃO DE DEMANDA -SUCED
DIVISÃO DE EDITAIS E INSTRUMENTOS CONVOCATÓRIOS
UASG: 980301



2.2 A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata. (art.101, Decreto Municipal nº 083/2025).

CLÁUSULA TERCEIRA – DO ÓRGÃO GERENCIADOR

3.1 – A presente Ata será gerenciada pelo(a):

Órgão Gerenciador
Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social - SEMADS

3.2 – A especificação do objeto e quantitativos, a serem adquiridos pelo ÓRGÃO GERENCIADOR, serão os constantes na proposta vencedora e no Termo de Referência, Anexo I do Edital, do(a) **Pregão Eletrônico nº 90059/2026**, os quais integram a presente Ata;

3.3 – É vedada a participação do órgão ou entidade em mais de uma ata de registro de preços com o mesmo objeto no prazo de validade daquela de que já tiver participado, salvo na ocorrência de ata que tenha registrado quantitativo inferior ao máximo previsto no edital, nos termos do artigo 82, inciso VIII, da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA QUARTA – DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:

4.1 - Durante a vigência da ata, os órgãos e/ou entidades que não participaram do procedimento de Intenção de Registro de Preços - IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

- a) apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;
- b) demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23, da Lei nº 14.133/2021; e
- c) consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.

4.2 - A utilização de ata de registro de preço por órgão não participante está sujeita à prévia autorização do órgão gerenciador, o qual levará em consideração a observância dos limites individual e global previstos no Decreto Municipal nº 093/E2025, além da necessidade de garantia da capacidade de fornecimento e observância da economia de escala;

4.2.1 - A garantia da capacidade de fornecimento deverá ser demonstrada por meio de expressa autorização do fornecedor ou prestador de serviço registrado na qual esteja consignada o compromisso de não descontinuar ou prejudicar a concretização do quantitativo registrado a despeito da adesão solicitada.

4.3 - As solicitações de adesão deverão ser formalizadas por meio de requerimento específico instruído em processo administrativo próprio com os seguintes documentos:

- a) documento que ateste a equivalência do objeto registrado com a necessidade administrativa do órgão não participante por meio do ETP;
- b) nota de reserva orçamentária do recurso necessário a fazer face à despesa decorrente da adesão;
- c) autorização expressa do órgão gerenciador;
- d) autorização expressa do fornecedor ou prestador de serviço registrado nos moldes previstos no item 4.2.1;
- e) justificativa da vantajosidade de adesão;
- f) demonstrativo da vantajosidade dos preços registrados;

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA - SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E COMPRAS – UASG: 980301.
 Palácio 9 de julho, Rua General Penha Brasil, 1011. Boa Vista - RR

Documento assinado eletronicamente por MIGUEL FAUSTINO DE CARVALHO NETTO em 01/06/2026 às 09:21

Documento assinado eletronicamente por CLEICE MENDONÇA DA SILVA em 01/06/2026 às 08:41

Conforme decreto municipal nº 114/E de 02 de agosto de 2018 e decreto federal nº 8539, art. 7 de 08 de outubro de 2015

Verifique a autenticidade deste documento em <https://portalcidadao.prefeitura.boavista.br/verificacao.aspx> informando o código: 3242AF7FF



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA
SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E COMPRAS - SMLIC
SUPERINTENDÊNCIA DE CENTRALIZAÇÃO DE DEMANDA -SUCED
DIVISÃO DE EDITAIS E INSTRUMENTOS CONVOCATÓRIOS
UASG: 980301



g) justificativa da adesão de item isolado pertencente a um grupo.

4.3.1 - A solicitação de adesão deverá estabelecer de forma clara o quantitativo do objeto que se pretende contratar, com base em técnicas estimativas que considerarão, quando possível, o histórico de consumo e a perspectiva de aumento ou redução da demanda.

4.4 - Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou a entidade não participante efetivará a aquisição ou a contratação solicitada em até **quarenta e cinco dias**, observado o prazo de vigência da ata, conforme §8º do art. 54 do Decreto Municipal n.º 093/E de 26 de agosto de 2025;

4.4.1 - O prazo previsto no **item 4.4** poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

Dos limites para as adesões

4.5 - As aquisições ou as contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a **50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens** do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o órgão ou a entidade gerenciadora e para os órgãos ou as entidades participantes;

4.5.1- Observada a justificativa de excepcionalidade mencionada no §1º do art. 55 Decreto Municipal n.º 093/E de 26 de agosto de 2025, os órgãos e entidades municipais não participantes poderão aderir, até cem por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ARP.

4.6 - O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na **totalidade**, ao **dobro do quantitativo** de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão ou a entidade gerenciadora e os órgãos ou as entidades participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços;

4.6.1 - Para aquisição emergencial de medicamentos e de material de consumo médico-hospitalar por órgãos e entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal, a adesão à ata de registro de preços gerenciada pelo Ministério da Saúde não estará sujeita ao limite de que trata o **item 4.6**.

4.7 - A adesão à ata de registro de preços por órgãos e entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal poderá ser exigida para fins de transferências voluntárias, hipótese em que não ficará sujeita ao limite de que trata o **item 4.6**, desde que:

- a) seja destinada à execução descentralizada de programa ou projeto federal;
- b) seja comprovada a compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado, na forma prevista no art. 23 da Lei nº 14.133/2021.

Vedação a acréscimo de quantitativos

4.8 - É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

CLÁUSULA QUINTA – VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA:

5.1 – O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de **1 (um) ano**, a contar da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado por igual período, caso exista saldo a ser contratado na ata, desde que comprovada a vantajosidade do preço registrado, mediante pesquisa de preços que leve em consideração os parâmetros fixados no art. 17, inciso IV, do Decreto Municipal nº 093/2025;

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA - SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E COMPRAS – UASG: 980301.
Palácio 9 de julho, Rua General Penha Brasil, 1011. Boa Vista - RR

Documento assinado eletronicamente por MIGUEL FAUSTINO DE CARVALHO NETTO em 01/06/2026 às 09:21

Documento assinado eletronicamente por CLEICE MENDONÇA DA SILVA em 01/06/2026 às 08:41

Conforme decreto municipal nº 114/E de 02 de agosto de 2018 e decreto federal nº 8539, art. 7 de 08 de outubro de 2015

Verifique a autenticidade deste documento em <https://portalcidadao.prefeitura.boavista.br/verificacao.aspx> informando o código: 3242AF7FF



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA
SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E COMPRAS - SMLIC
SUPERINTENDÊNCIA DE CENTRALIZAÇÃO DE DEMANDA -SUCED
DIVISÃO DE EDITAIS E INSTRUMENTOS CONVOCATÓRIOS
UASG: 980301



5.2 – Os prazos de vigência dos eventuais contratos decorrentes do registro de preço observarão os limites previstos no Capítulo V, do Título III, da Lei nº 14.133/2021;

5.3 - Na formalização do contrato ou do instrumento hábil para a assunção efetiva do compromisso, será exigida a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos. (artigo 31, § 2º, do Decreto Municipal nº 083/2025);

5.4 - A contratação com os fornecedores ou prestadores de serviço registrados será formalizada pelo órgão ou entidade demandante, por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento similar, conforme o disposto no art. 95 da Lei 14.133/2021;

5.5 - A não utilização de ata de registro vigente deverá ser devidamente justificada pelo órgão ou entidade demandante ao órgão gerenciador com fundamento na superveniente perda da vantajosidade dos preços registrados ou inadequação do objeto à necessidade administrativa atual;

5.6 - Homologado o resultado da licitação, o órgão gerenciador, respeitada a ordem de classificação e a quantidade de fornecedores a serem registrados, convocará os interessados para assinatura da ata de registro de preços, observando-se o seguinte:

a) o preço registrado e a indicação dos respectivos fornecedores serão divulgados nos meios eletrônicos oficiais e ficarão disponibilizados durante a vigência da ata de registro de preços;

b) quando das contratações decorrentes do registro de preços deverá ser respeitada a ordem de classificação das empresas constantes da ata; e

c) os órgãos não participantes do registro de preços, quando da necessidade de contratação, deverão recorrer ao órgão gerenciador da ata de registro de preços, para que este proceda a indicação do fornecedor e respectivos preços a serem praticados.

5.7 - Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes que aceitarem cotar bens, obras ou serviços com preços iguais aos do licitante vencedor, para formação de cadastro de reserva, respeitada a sequência da classificação do certame;

5.8 - O **cadastro de reserva**, quando houver, será incluído na ARP, na forma de anexo, com o registro: (art. 25, §1º do Decreto Municipal nº 093/2025).

a) dos licitantes ou dos fornecedores que aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação na licitação; e

b) dos licitantes ou dos fornecedores que mantiverem sua proposta original.

5.8.1 - Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores de que trata a alínea “a” antecederão aqueles de que trata a alínea “b” do item 5.8 desta Ata de Registro de Preços.

5.9 - A habilitação dos fornecedores que comporão o cadastro de reserva será conferida quando houver necessidade de contratação de fornecedor remanescente;

5.10 - Na hipótese de nenhum dos licitantes aceitar assinar a ata de registro de preços nos termos do **item 5.7**, a Secretaria Municipal de Licitações e Compras - SMLIC ou entidade da Administração Municipal poderá convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura da ata nas condições ofertadas por estes, desde que o valor seja igual ou inferior ao orçamento estimado para a contratação.

CLÁUSULA SEXTA – ALTERAÇÃO, ATUALIZAÇÃO E NEGOCIAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS:

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA - SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E COMPRAS – UASG: 980301.
Palácio 9 de julho, Rua General Penha Brasil, 1011. Boa Vista - RR

Documento assinado eletronicamente por MIGUEL FAUSTINO DE CARVALHO NETTO em 01/06/2026 às 09:21

Documento assinado eletronicamente por CLEICE MENDONÇA DA SILVA em 01/06/2026 às 08:41

Conforme decreto municipal nº 114/E de 02 de agosto de 2018 e decreto federal nº 8539, art. 7 de 08 de outubro de 2015

Verifique a autenticidade deste documento em <https://portalcidadao.prefeitura.boavista.br/verificacao.aspx> informando o código: 3242AF7FF



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA
SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E COMPRAS - SMLIC
SUPERINTENDÊNCIA DE CENTRALIZAÇÃO DE DEMANDA -SUCED
DIVISÃO DE EDITAIS E INSTRUMENTOS CONVOCATÓRIOS
UASG: 980301



6.1 – Além do disposto no art. 24 em diante do Decreto Municipal nº 093/E 2025, também serão aplicados os seguintes procedimentos;

6.2 – O preço registrado poderá ser revisto em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução tal como pactuado, observada a instrução processual respectiva, cabendo ao órgão gerenciador da ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores;

6.3 - As eventuais alterações da ata de registro de preços não poderão acarretar aumento dos quantitativos registrados, inclusive, nas hipóteses previstas no art. 124 da Lei 14.133/2021;

6.4 - A alteração dos preços registrados não altera automaticamente os preços dos contratos decorrentes do sistema de registro de preços, cuja revisão deverá ser feita pelo órgão contratante, observadas as disposições legais incidentes sobre os contratos;

6.5 - Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado o órgão gerenciador deverá convocar o fornecedor visando a negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;

6.6 - Os fornecedores que não aceitarem reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado serão liberados dos compromissos assumidos, sem aplicação de penalidades administrativas;

6.7 - A redução do preço registrado será comunicada pelo órgão gerenciador aos órgãos contratantes que tiverem formalizado contratos com fundamento no respectivo registro, para que avaliem a necessidade de efetuar a revisão dos preços contratados;

6.8 - A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação obtida originalmente na licitação;

6.9 - Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não puder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador, antes do pedido de fornecimento, a atualização do preço registrado, mediante requerimento devidamente instruído com a comprovação de fato superveniente que tenha ensejado a elevação dos preços que inviabilize o cumprimento das obrigações contidas na ata, e desde que observados os requisitos:

a) a possibilidade da atualização dos preços registrados seja aventada pelo fornecedor ou prestador signatário da ata de registro de preços;

b) a modificação seja substancial nas condições registradas, de forma que seja caracterizada alteração desproporcional entre os encargos do fornecedor ou prestador signatário da ata de registro de preços e da Administração Pública;

c) seja demonstrado nos autos a desatualização dos preços registrados, por meio de apresentação de planilha de custos e documentação comprobatória correlata que demonstre que os preços registrados se tornaram inviáveis nas condições inicialmente pactuadas.

6.9.1 - A iniciativa e o encargo da demonstração da necessidade de atualização de preço serão do fornecedor ou prestador signatário da ata de registro de preços, cabendo ao órgão gerenciador a análise e deliberação a respeito do pedido;

6.9.2 - Se não houver prova efetiva da desatualização dos preços registrados e da existência de fato superveniente, o pedido será indeferido pelo órgão gerenciador e o fornecedor continuará obrigado a cumprir os compromissos pelo valor registrado na ata, sob pena de cancelamento do registro de preços e de aplicação das penalidades administrativas previstas em lei e no edital;

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA - SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E COMPRAS – UASG: 980301.
Palácio 9 de julho, Rua General Penha Brasil, 1011. Boa Vista - RR

Documento assinado eletronicamente por MIGUEL FAUSTINO DE CARVALHO NETTO em 01/06/2026 às 09:21

Documento assinado eletronicamente por CLEICE MENDONÇA DA SILVA em 01/06/2026 às 08:41

Conforme decreto municipal nº 114/E de 02 de agosto de 2018 e decreto federal nº 8539, art. 7 de 08 de outubro de 2015

Verifique a autenticidade deste documento em <https://portalcidadao.prefeitura.boavista.br/verificacao.aspx> informando o código: 3242AF7FF



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA
SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E COMPRAS - SMLIC
SUPERINTENDÊNCIA DE CENTRALIZAÇÃO DE DEMANDA -SUCED
DIVISÃO DE EDITAIS E INSTRUMENTOS CONVOCATÓRIOS
UASG: 980301



6.9.3 - Na hipótese do cancelamento do registro de preços prevista no **subitem 6.9.2**, o órgão gerenciador poderá convocar os demais fornecedores integrantes do cadastro de reserva para que manifestem interesse em assumir o fornecimento dos bens, a execução das obras ou dos serviços, pelo preço registrado na ata;

6.9.4 - Comprovada a desatualização dos preços registrados decorrente de fato superveniente que prejudique o cumprimento da ata, o órgão gerenciador poderá efetuar a atualização do preço registrado, adequando-o aos valores praticados no mercado;

6.9.5 - Como alternativa à atualização prevista no **subitem 6.9.4**, o órgão gerenciador poderá liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação de qualquer penalidade;

6.9.6 - Liberado o fornecedor na forma do **subitem 6.9.5**, o órgão gerenciador poderá convocar os integrantes do cadastro de reserva, para que manifestem interesse em assumir o fornecimento dos bens, a execução das obras ou dos serviços, pelo preço registrado;

6.9.7- Na hipótese de não haver cadastro de reserva, o órgão gerenciador poderá convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para negociação e assinatura da ata no máximo nas condições ofertadas por estes, desde que o valor seja igual ou inferior ao orçamento estimado para a contratação, inclusive quanto aos preços atualizados, nos termos do instrumento convocatório;

6.9.8- Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando de imediato as medidas cabíveis para a satisfação da necessidade administrativa.

CLÁUSULA SÉTIMA – REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:

7.1 - As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços. (artigo 48, do Decreto Municipal nº 093/E 2025);

7.2 - O remanejamento somente poderá ser feito:

- a) de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou
- b) de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

7.3 - O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento de que trata a **alínea “a”**;

7.4 - Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos nos §2º e §3º, do art. 48, do Decreto Municipal Nº 093/E - 2025;

7.5 - Para fins do disposto na **alínea “b”**, competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados;

7.6 - Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades de Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA - SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E COMPRAS – UASG: 980301.
Palácio 9 de julho, Rua General Penha Brasil, 1011. Boa Vista - RR

Documento assinado eletronicamente por MIGUEL FAUSTINO DE CARVALHO NETTO em 01/06/2026 às 09:21

Documento assinado eletronicamente por CLEICE MENDONÇA DA SILVA em 01/06/2026 às 08:41

Conforme decreto municipal nº 114/E de 02 de agosto de 2018 e decreto federal nº 8539, art. 7 de 08 de outubro de 2015

Verifique a autenticidade deste documento em <https://portalcidadao.prefeitura.boavista.br/verificacao.aspx> informando o código: 3242AF7FF



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA
SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E COMPRAS - SMLIC
SUPERINTENDÊNCIA DE CENTRALIZAÇÃO DE DEMANDA -SUCED
DIVISÃO DE EDITAIS E INSTRUMENTOS CONVOCATÓRIOS
UASG: 980301



CLÁUSULA OITAVA – CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS:

8.1 - O registro de preços do fornecedor ou prestador do serviço será cancelado quando:

- a)** for atestado o descumprimento das condições previstas na ata de registro de preços, sem motivo justificado;
- b)** o contrato ou documento equivalente não for firmado no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa razoável;
- c)** o fornecedor ou prestador de serviço registrado não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior aos preços praticados no mercado;
- d)** estiverem presentes razões de interesse público;
- e)** restar caracterizada a impossibilidade de concretização do objeto registrado em razão de caso fortuito ou força maior;
- f)** sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV, do caput, do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.1.1 - Na hipótese prevista no inciso IV do caput, da referida Lei, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas novas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção;

8.1.2 - O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas no **item 8.1**, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador;

8.1.3 - Na hipótese do cancelamento do registro de preços do fornecedor ou prestador de serviços, o órgão gerenciador poderá convocar os demais fornecedores/prestadores de serviços integrantes do cadastro de reserva para que manifestem interesse em assumir o fornecimento dos bens, a execução das obras ou dos serviços, pelo preço registrado na ata, sem prejuízo da prévia negociação para obtenção de condições mais vantajosas para a Administração. (artigo 25, I c/c art. 26 Caput, todos do Decreto Municipal nº 093/E de 2025).

CLÁUSULA NONA - DAS PENALIDADES:

9.1 O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no **Termo de Referência** (Anexo I do Edital) e no **Edital de Licitação Pregão Eletrônico para Registro de Preços**;

9.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

9.2 É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço, exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade. (art. 61 do Decreto Municipal nº 093/E de 2025);

9.3 O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no **item 8.1**, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor. (art. 35, § 4, do Decreto Municipal nº 093/E de 2025).

CLÁUSULA DÉCIMA – CONDIÇÕES GERAIS

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA - SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E COMPRAS – UASG: 980301.
Palácio 9 de julho, Rua General Penha Brasil, 1011. Boa Vista - RR

Documento assinado eletronicamente por MIGUEL FAUSTINO DE CARVALHO NETTO em 01/06/2026 às 09:21

Documento assinado eletronicamente por CLEICE MENDONÇA DA SILVA em 01/06/2026 às 08:41

Conforme decreto municipal nº 114/E de 02 de agosto de 2018 e decreto federal nº 8539, art. 7 de 08 de outubro de 2015

Verifique a autenticidade deste documento em <https://portalcidadao.prefeitura.boavista.br/verificacao.aspx> informando o código: 3242AF7FF



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA
SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E COMPRAS - SMLIC
SUPERINTENDÊNCIA DE CENTRALIZAÇÃO DE DEMANDA -SUCED
DIVISÃO DE EDITAIS E INSTRUMENTOS CONVOCATÓRIOS
UASG: 980301



10.1 As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no **Termo de Referência** (Anexo I do Edital) e no **Edital de Licitação Pregão Eletrônico para Registro de Preços**;

10.2 No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em ____ (____) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes (se houver).

Boa Vista – RR, ____ de _____ de 2026.

ÓRGÃO GERENCIADOR:

PELA FORNECEDORA REGISTRADA:

TESTEMUNHAS:

1. CIC:
2. CIC:

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA - SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E COMPRAS – UASG: 980301.
Palácio 9 de julho, Rua General Penha Brasil, 1011. Boa Vista - RR

Documento assinado eletronicamente por MIGUEL FAUSTINO DE CARVALHO NETTO em 01/06/2026 às 09:21
Documento assinado eletronicamente por CLEICE MENDONÇA DA SILVA em 01/06/2026 às 08:41
Conforme decreto municipal nº 114/E de 02 de agosto de 2018 e decreto federal nº 8539, art. 7 de 08 de outubro de 2015
Verifique a autenticidade deste documento em <https://portalcidadao.prefeitura.boavista.br/verificacao.aspx> informando o código: 3242AF7FF



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA
SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E COMPRAS - SMLIC
SUPERINTENDÊNCIA DE CENTRALIZAÇÃO DE DEMANDA -SUCED
DIVISÃO DE EDITAIS E INSTRUMENTOS CONVOCATÓRIOS
UASG: 980301



ANEXO I – CADASTRO DE RESERVA

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que aceitaram cotar os itens com preços iguais ao adjudicatário:

Item do TR	Fornecedor (razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante)						
X	Especificação	Marca (se exigida no edital)	Modelo (se exigido no edital)	Unidade	Quantidade Máxima	Valor Un	Prazo garantia ou validade

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que mantiveram sua proposta original:

Item do TR	Fornecedor (razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante)						
X	Especificação	Marca (se exigida no edital)	Modelo (se exigido no edital)	Unidade	Quantidade Máxima	Valor Un	Prazo garantia ou validade

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA - SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E COMPRAS – UASG: 980301.
Palácio 9 de julho, Rua General Penha Brasil, 1011. Boa Vista - RR

Documento assinado eletronicamente por MIGUEL FAUSTINO DE CARVALHO NETTO em 01/06/2026 às 09:21
Documento assinado eletronicamente por CLEICE MENDONÇA DA SILVA em 01/06/2026 às 08:41
Conforme decreto municipal nº 114/E de 02 de agosto de 2018 e decreto federal nº 8539, art. 7 de 08 de outubro de 2015
Verifique a autenticidade deste documento em <https://portalcidadao.prefeitura.boavista.br/verificacao.aspx> informando o código: 3242AF7FF



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA
SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E COMPRAS - SMLIC
SUPERINTENDÊNCIA DE CENTRALIZAÇÃO DE DEMANDA -SUCED
DIVISÃO DE EDITAIS E INSTRUMENTOS CONVOCATÓRIOS
UASG: 980301



ANEXO III – MINUTA DO CONTRATO

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº
____/____, QUE FAZEM ENTRE SI O
MUNICÍPIO DE BOA VISTA, POR
INTERMÉDIO DO(A) _____ E
_____.

O **MUNICÍPIO DE BOA VISTA – RR**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CGC/MF sob o nº 05.943.030/0001 – 55, com sede no Palácio 9 de Julho, situada na rua General Penha Brasil nº 1011, nesta cidade, representada pelo Excelentíssimo Senhor Prefeito **MARCELO ZEITOUNE**, mediante interveniência da (SECRETARIA), representada pelo seu Secretário titular, nomeado(a) pela Portaria nº ____/____, de ____ de ____ de 20____, o Sr. (Nome), (Matrícula Funcional nº ____), doravante denominado CONTRATANTE, e o(a) _____, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº _____, sediado(a) na _____, doravante designado CONTRATADO, neste ato representado(a) por (nome e função no contratado), conforme atos constitutivos da empresa **OU** procuração apresentada nos autos, tendo em vista o que consta no **Processo nº 001849/2026 - SEMADS** e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, Decreto Municipal nº 083/2025 e demais legislações aplicáveis, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do **Pregão Eletrônico n. 90059/2026**, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1– CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO (ART. 92, I E II)

1.1. O objeto do presente instrumento é a **EVENTUAL AQUISIÇÃO DE BENS DIVERSOS**, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.2. Objeto da contratação:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QTDE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1						
2						
3						
...						

1.3. Fundamenta-se a presente contratação nos termos dispostos na Lei Federal 14.133/2021), pela Lei Complementar nº 123/2006, pelo Decreto Municipal nº 083/2025, pela IN SEGES/ME nº 73/2022 e suas alterações. **Processo administrativo nº. 001849/2026 - SEMADS**. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.3.1 O Termo de Referência;

1.3.2 O Edital da Licitação;

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA - SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E COMPRAS - UASG: 980301.
Palácio 9 de julho, Rua General Penha Brasil, 1011. Boa Vista - RR

Documento assinado eletronicamente por MIGUEL FAUSTINO DE CARVALHO NETTO em 01/06/2026 às 09:21

Documento assinado eletronicamente por CLEICE MENDONÇA DA SILVA em 01/06/2026 às 08:41

Conforme decreto municipal nº 114/E de 02 de agosto de 2018 e decreto federal nº 8539, art. 7 de 08 de outubro de 2015

Verifique a autenticidade deste documento em <https://portalcidadao.prefeitura.boavista.br/verificacao.aspx> informando o código: 3242AF7FF



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA
SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E COMPRAS - SMLIC
SUPERINTENDÊNCIA DE CENTRALIZAÇÃO DE DEMANDA -SUCED
DIVISÃO DE EDITAIS E INSTRUMENTOS CONVOCATÓRIOS
UASG: 980301



1.3.3 A Proposta do contratado;

1.3.4 Eventuais anexos dos documentos supracitados.

2- CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. A vigência contratual será estabelecida de forma distinta, em razão da natureza dos objetos licitados, observando-se o disposto na Lei 14.133/2021;

2.1.1. GRUPO I – ITENS DE ARTES E PINTURAS: Terá vigência inicial de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogada sucessivamente, nos termos dos arts. 106 e 107 da Lei 14.133/2021, por se tratar de fornecimento contínuo necessário à manutenção das atividades da Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social (SEMADS), conforme consta no **subitem 8.1.1.1 do Termo de Referência** (Anexo I do Edital);

2.1.1.1. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado.

2.1.2. O contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual;

2.1.3. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo;

O contrato não poderá ser prorrogado quando o contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação;

2.1.2. GRUPO II – ITENS NATALINOS E ITENS AVULSOS (ITENS 20 A 33): Terão vigência de 12 (doze) meses, contados da data de assinatura do contrato, por se tratar de aquisições de natureza pontual, destinadas ao atendimento de demandas específicas e eventuais da Administração, nos termos do art. 105 da Lei 14.133/2021, conforme consta no **subitem 8.1.1.2 do Termo de Referência** (Anexo I do Edital);

2.1.2.1. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do contratado, previstas neste instrumento;

2.1.2.2. A despeito da previsão acima, a autoridade demandante e a gestão contratual deverão diligenciar para que seja formalizado termo aditivo de prorrogação previamente à extinção do prazo contratual.

2.1.3. Deverão ser observadas as demais regras estabelecidas no Termo de Referência (Anexo I do Edital).

3- CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (ART. 92, IV, VII E XVIII)

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no **TERMO DE REFERÊNCIA** (Anexo I do Edital).

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA - SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E COMPRAS - UASG: 980301.
Palácio 9 de julho, Rua General Penha Brasil, 1011. Boa Vista - RR

Documento assinado eletronicamente por MIGUEL FAUSTINO DE CARVALHO NETTO em 01/06/2026 às 09:21

Documento assinado eletronicamente por CLEICE MENDONÇA DA SILVA em 01/06/2026 às 08:41

Conforme decreto municipal nº 114/E de 02 de agosto de 2018 e decreto federal nº 8539, art. 7 de 08 de outubro de 2015

Verifique a autenticidade deste documento em <https://portalcidadao.prefeitura.boavista.br/verificacao.aspx> informando o código: 3242AF7FF



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA
SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E COMPRAS - SMLIC
SUPERINTENDÊNCIA DE CENTRALIZAÇÃO DE DEMANDA -SUCED
DIVISÃO DE EDITAIS E INSTRUMENTOS CONVOCATÓRIOS
UASG: 980301



4- CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual, conforme **subitem 6.1 e subitens do Termo de Referência** (Anexo I do edital).

5- CLÁUSULA QUINTA - PREÇO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO (ART. 92, V E VI)

5.1. DO PREÇO

5.1.1. O valor desta contratação é de R\$ _____ (_____).

5.1.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.2. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

5.2.1. O pagamento será efetuado pelo Fundo Municipal de Assistência Social (FMAS/SEMADS), em até o **30 (trinta) dias corridos**, após a liquidação da Nota Fiscal/DANFE ou documento equivalente, mediante apresentação da documentação da empresa (Nota Fiscal/DANFE ou documento equivalente), devidamente atestada pelo(s) fiscal(is), conforme consta no **subitem 9.2.1 do Termo de Referência** (Anexo I do Edital);

5.2.2. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação equivalente;

5.2.3. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, nos documentos pertinentes à contratação ou circunstância que impeça a liquidação da despesa como, por exemplo, obrigação financeira pendente por parte da Contratada, decorrente de inadimplência ou penalidade imposta, o pagamento ficará sobrestado até que sejam providenciadas as medidas saneadoras;

5.2.4. Nas hipóteses previstas no **item 5.2.1**, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação por parte da Contratada, não acarretando ônus à Contratante;

5.2.5. Quaisquer valores devidos pela CONTRATANTE, não pagos nas datas de seus respectivos vencimentos, por sua culpa, serão atualizados financeiramente desde a data devida até a data do efetivo pagamento, tendo como base o artigo 406 do Código Civil, pro rata tempore, mediante a aplicação da seguinte fórmula:

EM = [(Taxa SELIC/30) x N] x VP, onde:

EM = Encargos Moratórios;

Taxa SELIC = Sistema Especial de Liquidação e Custódia;

30 = número de dias do mês civil;

N = número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA
SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E COMPRAS - SMLIC
SUPERINTENDÊNCIA DE CENTRALIZAÇÃO DE DEMANDA -SUCED
DIVISÃO DE EDITAIS E INSTRUMENTOS CONVOCATÓRIOS
UASG: 980301



5.2.6. Deverão ser observadas as demais regras estabelecidas no **Termo de Referência** (Anexo I deste Edital).

6 – CLÁUSULA SEXTA - REAJUSTE (ART. 92, V)

- 6.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da **data do orçamento estimado em 06/04/2026**, conforme **subitem 9.3.1 do Termo de Referência** (Anexo I do Edital);
- 6.2. Após o interregno de um ano, os preços poderão ser reajustados, se houver solicitação ou ressalva ao direito de reajuste pelo contratado, até antes da celebração do aditamento de vigência, sendo considerado o silêncio como renúncia ou preclusão lógica;
- 6.3. Em caso de solicitação de reajuste pelo contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do **Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA**, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade;
- 6.4. Deverão ser excluídos do cálculo do efeito financeiro do reajustamento eventuais parcelas cujo fornecimento se encontrem atrasadas por culpa do contratado;
- 6.5. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste;
- 6.6. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s);
- 6.7. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s);
- 6.8. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor;
- 6.9. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo;
- 6.10. O reajuste será realizado por apostilamento, sem obrigatoriedade de remessa dos autos para consulta jurídica à Procuradoria-Geral do Município;
- 6.11. Deverão ser observadas as demais regras estabelecidas no **Termo de Referência** (Anexo I do Edital).

7 – CLÁUSULA SÉTIMA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (ART. 92, X, XI E XIV)

- 7.1. São obrigações do Contratante:
- 7.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;
- 7.3. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA - SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E COMPRAS - UASG: 980301.
Palácio 9 de julho, Rua General Penha Brasil, 1011. Boa Vista - RR

Documento assinado eletronicamente por MIGUEL FAUSTINO DE CARVALHO NETTO em 01/06/2026 às 09:21
Documento assinado eletronicamente por CLEICE MENDONÇA DA SILVA em 01/06/2026 às 08:41
Conforme decreto municipal nº 114/E de 02 de agosto de 2018 e decreto federal nº 8539, art. 7 de 08 de outubro de 2015
Verifique a autenticidade deste documento em <https://portalciadao.prefeitura.boavista.br/verificacao.aspx> informando o código: 3242AF7FF



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA
SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E COMPRAS - SMLIC
SUPERINTENDÊNCIA DE CENTRALIZAÇÃO DE DEMANDA -SUCED
DIVISÃO DE EDITAIS E INSTRUMENTOS CONVOCATÓRIOS
UASG: 980301



- 7.4. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;
- 7.5. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;
- 7.6. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;
- 7.7. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;
- 7.8. Cientificar a Procuradoria-Geral do Município para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;
- 7.9. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste;
- 7.10. A Administração terá o prazo de **1 (UM MÊS)**, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período;
- 7.11. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de **1 (UM MÊS)**;
- 7.12. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados;
- 7.13. Deverão ser observadas as demais regras estabelecidas no **Termo de Referência** (Anexo I do Edital).

8- CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (ART. 92, XIV, XVI E XVII)

- 8.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato, Termo de Referência e demais anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:
- 8.2. Sujeitar-se a mais ampla e irrestrita fiscalização por parte da Contratante, prestando todos os esclarecimentos necessários, atendendo às reclamações formuladas e cumprindo todas as orientações e Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual;
- 8.3. Excepcionalmente, a contratada poderá solicitar prorrogação do prazo de entrega, mediante justificativa formal, a ser encaminhada por e-mail ou protocolada junto à Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social (SEMADS), com **antecedência mínima de 10 (dez) dias** do término do prazo originalmente estabelecido, ficando a análise e decisão a critério da Administração, conforme **subitem 7.3.2 do Termo de Referência** (Anexo I do Edital);

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA - SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E COMPRAS - UASG: 980301.
Palácio 9 de julho, Rua General Penha Brasil, 1011. Boa Vista - RR

Documento assinado eletronicamente por MIGUEL FAUSTINO DE CARVALHO NETTO em 01/06/2026 às 09:21
Documento assinado eletronicamente por CLEICE MENDONÇA DA SILVA em 01/06/2026 às 08:41
Conforme decreto municipal nº 114/E de 02 de agosto de 2018 e decreto federal nº 8539, art. 7 de 08 de outubro de 2015
Verifique a autenticidade deste documento em <https://portalcidadadao.prefeitura.boavista.br/verificacao.aspx> informando o código: 3242AF7FF



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA
SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E COMPRAS - SMLIC
SUPERINTENDÊNCIA DE CENTRALIZAÇÃO DE DEMANDA -SUCED
DIVISÃO DE EDITAIS E INSTRUMENTOS CONVOCATÓRIOS
UASG: 980301



- 8.4.** Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- 8.5.** Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 8.6.** Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;
- 8.7.** Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;
- 8.8.** Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021);
- 8.9.** Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021);
- 8.10.** Deverão ser observadas as demais regras estabelecidas no **Termo de Referência** (Anexo I do Edital).

9 - CLÁUSULA NONA– GARANTIA DE EXECUÇÃO (ART. 92, XII)

- 9.1.** Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133/2021, pelas razões constantes no **subitem 6.2 e subitem do Termo de Referência** (Anexo I do Edital).

10-CLÁUSULA DÉCIMA – DA GARANTIA DO OBJETO (ART. 92, XIII)

- 10.1.** O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor);
- 10.2.** Deverão ser observadas as demais regras estabelecidas no **Termo de Referência** (Anexo I do Edital) e na **Minuta do Contrato** (Anexo III do Edital).

11 - CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (ART. 92, XIV)

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA - SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E COMPRAS - UASG: 980301.
 Palácio 9 de julho, Rua General Penha Brasil, 1011. Boa Vista - RR

Documento assinado eletronicamente por MIGUEL FAUSTINO DE CARVALHO NETTO em 01/06/2026 às 09:21
 Documento assinado eletronicamente por CLEICE MENDONÇA DA SILVA em 01/06/2026 às 08:41
 Conforme decreto municipal nº 114/E de 02 de agosto de 2018 e decreto federal nº 8539, art. 7 de 08 de outubro de 2015
 Verifique a autenticidade deste documento em <https://portalcidadao.prefeitura.boavista.br/verificacao.aspx> informando o código: 3242AF7FF



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA
SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E COMPRAS - SMLIC
SUPERINTENDÊNCIA DE CENTRALIZAÇÃO DE DEMANDA -SUCED
DIVISÃO DE EDITAIS E INSTRUMENTOS CONVOCATÓRIOS
UASG: 980301



11.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que praticar quaisquer das ações descritas nos incisos do artigo 155 da Lei nº 14.133/2021:

11.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações citadas as seguintes sanções:

I – Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);

II – Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas II a VII do caput do artigo 155 sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);

III – Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas VIII a XII do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas II a VII, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

IV – Multa:

1. Moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias corridos;

I. O atraso superior a **30 (trinta) dias corridos** autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

2. Compensatória, de 0,5% a 30% do valor do Contrato, estabelecida por decisão da autoridade máxima do órgão.

11.3. A multa poderá ser aplicada cumulativamente com as outras modalidades de sanções. Além disso, a aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021);

11.3.1. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.4. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar;

11.5. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante;

11.6. Deverão ser observadas as demais regras estabelecidas no **Termo de Referência** (Anexo I do Edital).

12 - CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (ART. 92, XIX)

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA - SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E COMPRAS - UASG: 980301.
 Palácio 9 de julho, Rua General Penha Brasil, 1011. Boa Vista - RR

Documento assinado eletronicamente por MIGUEL FAUSTINO DE CARVALHO NETTO em 01/06/2026 às 09:21

Documento assinado eletronicamente por CLEICE MENDONÇA DA SILVA em 01/06/2026 às 08:41

Conforme decreto municipal nº 114/E de 02 de agosto de 2018 e decreto federal nº 8539, art. 7 de 08 de outubro de 2015

Verifique a autenticidade deste documento em <https://portalcidadao.prefeitura.boavista.br/verificacao.aspx> informando o código: 3242AF7FF



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA
SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E COMPRAS - SMLIC
SUPERINTENDÊNCIA DE CENTRALIZAÇÃO DE DEMANDA -SUCED
DIVISÃO DE EDITAIS E INSTRUMENTOS CONVOCATÓRIOS
UASG: 980301



12.1. Para o GRUPO I – ITENS DE ARTES E PINTURAS:

12.1.1. O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes;

12.1.1.1. O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o Contratante, quando este não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem;

12.1.1.2. A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do contratado pelo contratante nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia;

12.1.1.3. Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.

12.1.2. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

12.1.2.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei;

12.1.2.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato;

12.1.2.3. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva;

12.1.3. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).

12.2. Para o GRUPO II – ITENS NATALINOS E ITENS AVULSOS (ITENS 20 A 33):

12.2.1. O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto;

12.2.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

12.2.1.1. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas.

12.3. Deverão ser observadas as demais regras estabelecidas no **Termo de Referência** (Anexo I do Edital).

13 - CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (ART. 92, VIII)

13.1. O custo da presente aquisição correrá pela seguinte dotação orçamentária:

GESTÃO DO ABRIGO DO IDOSO

Unidade Orçamentária: 31.01;

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA - SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E COMPRAS - UASG: 980301.
Palácio 9 de julho, Rua General Penha Brasil, 1011. Boa Vista - RR

Documento assinado eletronicamente por MIGUEL FAUSTINO DE CARVALHO NETTO em 01/06/2026 às 09:21

Documento assinado eletronicamente por CLEICE MENDONÇA DA SILVA em 01/06/2026 às 08:41

Conforme decreto municipal nº 114/E de 02 de agosto de 2018 e decreto federal nº 8539, art. 7 de 08 de outubro de 2015

Verifique a autenticidade deste documento em <https://portalcidadadao.prefeitura.boavista.br/verificacao.aspx> informando o código: 3242AF7FF



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA
SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E COMPRAS - SMLIC
SUPERINTENDÊNCIA DE CENTRALIZAÇÃO DE DEMANDA -SUCED
DIVISÃO DE EDITAIS E INSTRUMENTOS CONVOCATÓRIOS
UASG: 980301



Funcional Programática: 08.241.0049;

Ação: 2466;

Natureza da Despesa: 3.3.90.30.00;

Natureza da Despesa: 4.4.90.52.00;

Fonte de Recursos: 500 – Recursos não vinculados.

SERVIÇO DE ACOLHIMENTO INFANTIL CONDOMÍNIO PEDRA PINTADA

Unidade Orçamentária: 31.01;

Funcional Programática: 08.243.0049;

Ação: 2476;

Natureza da Despesa: 3.3.90.30.00

Natureza da Despesa: 4.4.90.52.00;

Fonte de Recursos: 500 – Recursos não vinculados.

Tendo sido emitida as Notas de Empenho nº. ___, de ___/___/202___, no valor de R\$ _____
(_____);

13.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

14 - CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS (ART. 92, III)

14.1. Os casos omissos serão decididos pelo Município de Boa Vista, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, Decreto Municipal nº 083/2025 e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

15 - CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – ALTERAÇÕES

15.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021;

15.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato;

15.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da Procuradoria-Geral do Município, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021);

15.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA - SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E COMPRAS - UASG: 980301.

Palácio 9 de julho, Rua General Penha Brasil, 1011. Boa Vista - RR

Documento assinado eletronicamente por MIGUEL FAUSTINO DE CARVALHO NETTO em 01/06/2026 às 09:21

Documento assinado eletronicamente por CLEICE MENDONÇA DA SILVA em 01/06/2026 às 08:41

Conforme decreto municipal nº 114/E de 02 de agosto de 2018 e decreto federal nº 8539, art. 7 de 08 de outubro de 2015

Verifique a autenticidade deste documento em <https://portalcidadadao.prefeitura.boavista.br/verificacao.aspx> informando o código: 3242AF7FF



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA
SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E COMPRAS - SMLIC
SUPERINTENDÊNCIA DE CENTRALIZAÇÃO DE DEMANDA -SUCED
DIVISÃO DE EDITAIS E INSTRUMENTOS CONVOCATÓRIOS
UASG: 980301



16- CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO

16.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

16.2. Compete ao gestor do contrato providenciar a publicação do extrato de eventuais termos aditivos nos meios eletrônicos oficiais, bem como o lançamento dos dados respectivos no Portal Nacional de Contratações Públicas. (art. 129 do Decreto Municipal nº 083/2025).

17- CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA– FORO (ART. 92, §1º)

17.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Boa Vista para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

[Local], [dia] de [mês] de [ano]

Representante legal do CONTRATANTE

Representante legal do CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

1 _____

2 _____



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA
SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E COMPRAS - SMLIC
SUPERINTENDÊNCIA DE CENTRALIZAÇÃO DE DEMANDA -SUCUDE
DIVISÃO DE EDITAIS E INSTRUMENTOS CONVOCATÓRIOS
UASG: 980301



ANEXO IV - MODELO DE PLANILHA / PROPOSTA DE PREÇO

PROCESSO N.º 001849/2026 – SEMADS
PREGÃO ELETRÔNICO N.º 90059/2026

OBJETO: EVENTUAL AQUISIÇÃO DE BENS DIVERSOS.

GRUPO I - ITENS DE ARTES E PINTURAS – EXCLUSIVO PARA MICROEMPRESA - ME E EMPRESA E PEQUENO PORTE - EPP						
ITEM	MARCA	DESCRIÇÃO	UND.	QUANT.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1		CAVALETE FABRICADO EM MADEIRA DE PINUS, DESMONTÁVEL E COM ALTURA DA BASE DA TELA REGULÁVEL. ALTURA DA BASE DA TELA REGULÁVEL DE 50 A 100 CM.	UNIDADE	20		
2		PINCÊIS DE PINTURA PARA TELA, CONJUNTO COM 12 PINCÊIS, COM ESTOJO DE ARMAZENAMENTO. MATERIAL NYLON, MADEIRA. TIPO DE PINTURA: ÓLEO, ACRÍLICA, AQUARELA, GUACHE. PINCÊIS PROFISSIONAIS: 12 TAMANHOS, COMPRIMENTO: 17 CM A 20, 5 CM (6, 69 " A 8, 07"), CABO DE MADEIRA. MATERIAIS DURÁVEIS, NÃO AFROUXAM OU DESMORONAM, PONTEIRAS ANTIFERRUGENS E ALÇAS RESISTENTES.	CONJUNTO	5		
3		TELA PARA PINTURA, DIMENSÕES: 40X50, TELA 100% ALGODÃO COM 2 CAMADAS DE GESSO ACRÍLICO.	UNIDADE	40		
4		TINTA ÓLEO PARA PINTURA EM TELA, 12 CORES, 20ML CADA BISNAGA. ALTA PIGMENTAÇÃO, PRODUZIDA COM PURO ÓLEO DE LINHAÇA PRENSADO À FRIJO, APLICÁVEL EM DIVERSAS SUPERFÍCIES, COMO TELA, PAPEL, MADEIRA, METAL, ENTRE OUTRAS. DURÁVEL E RESISTENTE AO	KIT	4		

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA - SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E COMPRAS - UASG: 980301.

Documento assinado eletronicamente por MIGUEL FAUSTINO DE CARVALHO NETTO em 01/06/2026 às 09:21

Documento assinado eletronicamente por CLEICE MENDONÇA DA SILVA em 01/06/2026 às 08:41

Conforme decreto municipal nº 114/E de 02 de agosto de 2018 e decreto federal nº 8539, art. 7 de 08 de outubro de 2015

Verifique a autenticidade deste documento em <https://portalcidadao.prefeitura.boavista.br/verificacao.aspx> informando o código: 3242AF7FF



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA
SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E COMPRAS - SMLIC
SUPERINTENDÊNCIA DE CENTRALIZAÇÃO DE DEMANDA -SUCDE
DIVISÃO DE EDITAIS E INSTRUMENTOS CONVOCATÓRIOS
UASG: 980301



		DESBOTAMENTO E AO ENVELHECIMENTO.				
VALOR TOTAL DO GRUPO I						RS
GRUPO II - ITENS NATALINOS – EXCLUSIVO PARA MICROEMPRESA - ME E EMPRESA E PEQUENO PORTE - EPP						
ITEM	MARCA	DESCRIÇÃO	UND.	QUANT.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
5		ÁRVORE PINHEIRO DE NATAL GIGANTE LUXO DINAMARQUÊS, COR VERDE, ALTURA 2,10M, 956 GALHOS. MEDIDAS DA ÁRVORE: 2,10X1,30CM. MATERIAL: METAL E PVC LINHA DE FIO DE POLIPROPILENO. BASE/PÉ: METAL. QUANTIDADE DE GALHOS: 525.	UNIDADE	2		
6		BOLAS DE NATAL NA COR DOURADA 6CM. QUANTIDADE: 24 BOLAS EM CADA KIT. DIÂMETRO: 6CM. MATERIAL: PLÁSTICO. MODELOS: METÁLICOS, FOSCAS E GLITTER COM CORDÕES PARA PENDURAR AS BOLAS INCLUSOS.	KIT	4		
7		BOLAS DE NATAL NA COR DOURADA 8CM. QUANTIDADE: 24 BOLAS EM CADA KIT. DIÂMETRO: 8CM. MATERIAL: PLÁSTICO. MODELOS: METÁLICOS, FOSCAS E GLITTER COM CORDÕES PARA PENDURAR AS BOLAS INCLUSOS.	KIT	2		
8		BOLAS DE NATAL NA COR VERMELHA 6CM. QUANTIDADE: 50 BOLAS EM CADA KIT. DIÂMETRO: 6CM. MATERIAL: PLÁSTICO. MODELOS: METÁLICOS, FOSCAS E GLITTER COM CORDÕES PARA PENDURAR AS BOLAS INCLUSOS.	KIT	4		
9		BOLAS DE NATAL NA COR VERMELHA 8CM. QUANTIDADE: 24 BOLAS EM CADA KIT. DIÂMETRO: 8CM. MATERIAL: PLÁSTICO. MODELOS: METÁLICOS, FOSCAS E GLITTER COM CORDÕES PARA PENDURAR AS BOLAS INCLUSOS.	KIT	2		

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA - SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E COMPRAS - UASG: 980301.

Documento assinado eletronicamente por MIGUEL FAUSTINO DE CARVALHO NETTO em 01/06/2026 às 09:21

Documento assinado eletronicamente por CLEICE MENDONÇA DA SILVA em 01/06/2026 às 08:41

Conforme decreto municipal nº 114/E de 02 de agosto de 2018 e decreto federal nº 8539, art. 7 de 08 de outubro de 2015

Verifique a autenticidade deste documento em <https://portalcidadao.prefeitura.boavista.br/verificacao.aspx> informando o código: 3242AF7FF



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA
SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E COMPRAS - SMLIC
SUPERINTENDÊNCIA DE CENTRALIZAÇÃO DE DEMANDA -SUCUDE
DIVISÃO DE EDITAIS E INSTRUMENTOS CONVOCATÓRIOS
UASG: 980301



10		ENFEITE NATALINO CORDÃO DE BOLINHAS EM PLÁSTICO DE 1,8M NA COR DOURADA.	UNIDADE	5		
11		ENFEITE NATALINO CORDÃO DE BOLINHAS EM PLÁSTICO DE 1,8M NA COR VERMELHA.	UNIDADE	5		
12		ENFEITE NATALINO PAPAI NOEL NA ESCADA, PARA PENDURAR EM VARANDAS E SALAS DE ESTAR. PAPAI NOEL COM VESTIMENTAS EM NYLON, PREENCHIMENTO EM ESPUMA, MATERIAL DA ESCADA COM PRODUTO SEMELHANTE AO ALGODÃO E OS DEGRAUS EM PLÁSTICO. DIMENSÕES APROXIMADAS PAPAI NOEL: ALTURA: 40CM LARGURA: 20CM DIMENSÕES APROXIMADAS DA ESCADA: ALTURA: 60CM LARGURA: 20 CM CONTEÚDO DA EMBALAGEM: 01 PAPAI NOEL NA ESCADA.	UNIDADE	2		
13		ENFEITES DE NATAL PARA DECORAÇÃO, PERSONAGENS: BONECO DE NEVE, PAPAI NOEL E RENA. MATERIAL: ALGODÃO. CADA BONECO MEDE EM TORNO DE 60CM. PARA DECORAR MESAS, ESCADAS, LAREIRA E ETC. KIT COM 3 BONECOS.	KIT	2		
14		ENFEITES DE PELÚCIA DE NATAL PARA DE ÁRVORE DE NATAL, PINGENTES DE NATAL, BONECO DE NEVE, URSO, RENA E PAPAI NOEL, PARA DECORAÇÃO DE FESTAS DE NATAL. O PACOTE INCLUI: ESTE CONJUNTO DE ENFEITES DE PELÚCIA DE NATAL INCLUI 8 PEÇAS DE PINGENTES, COMO PAPAI NOEL, BONECO DE NEVE, RENA, URSO, PARA ÁRVORE DE NATAL, SÃO FEITAS DE MATERIAL DE PELÚCIA COM ACABAMENTO FINO E ALTA QUALIDADE. DETALHES REQUINTADOS COM UMA CORDA PARA FACILITAR O USO. KIT COM 8 ITENS.	KIT	2		
15		FESTÃO NATALINO DOURADO. MATERIAL: PLÁSTICO E METAL. TAMANHO: DIÂMETRO: APROX. 9CM,	UNIDADE	10		

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA - SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E COMPRAS - UASG: 980301.

Documento assinado eletronicamente por MIGUEL FAUSTINO DE CARVALHO NETTO em 01/06/2026 às 09:21

Documento assinado eletronicamente por CLEICE MENDONÇA DA SILVA em 01/06/2026 às 08:41

Conforme decreto municipal nº 114/E de 02 de agosto de 2018 e decreto federal nº 8539, art. 7 de 08 de outubro de 2015

Verifique a autenticidade deste documento em <https://portalcidadao.prefeitura.boavista.br/verificacao.aspx> informando o código: 3242AF7FF



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA
SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E COMPRAS - SMLIC
SUPERINTENDÊNCIA DE CENTRALIZAÇÃO DE DEMANDA -SUCUDE
DIVISÃO DE EDITAIS E INSTRUMENTOS CONVOCATÓRIOS
UASG: 980301



		COMPRIMENTO: 2M CONTEÚDO DA EMBALAGEM: 1 FESTÃO COM 2 METROS DE COMPRIMENTO.				
16		FESTÃO NATALINO VERDE COM PONTA BRANCA. - MEDIDAS: 2M X 8CM - MATERIAL: PLÁSTICO.	UNIDADE	10		
17		FESTÃO NATALINO VERMELHO. MATERIAL: PLÁSTICO E METAL. TAMANHO: DIÂMETRO: APROX. 9CM, COMPRIMENTO: 2M CONTEÚDO DA EMBALAGEM: 1 FESTÃO COM 2 METROS DE COMPRIMENTO.	UNIDADE	10		
18		LAÇOS NATALINOS DE 14CM NA COR VERMELHA/DOURADO PARA DECORAÇÃO. MATERIAL: TECIDO. KIT COM 10 UNIDADES.	KIT	3		
19		VARAL LED ENFEITE DECORAÇÃO DE NATAL PISCA-PISCA 100 LUZES FIO COM 8 FUNÇÕES 127V LUZ BRANCO QUENTE.	UNIDADE	10		
VALOR TOTAL DO GRUPO II						R\$
POR ITEM						
ITEM	MARCA	DESCRIÇÃO	UND.	QUANT.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
20		ADEREÇOS PARA O CARNAVAL KIT COM NO MÍNIMO 150 ITENS, PODENDO SER DIVIDO PELO MENOS ENTRE: PULSEIRAS DE NEON, COLARES HAVAIANOS, ÓCULOS SORTIDOS, MÁSCARAS HOLOGRÁFICAS, MARABUS COM BRILHO, BIGODES E MARACAS. EXCLUSIVO PARA MICROEMPRESA - ME E EMPRESA E PEQUENO PORTE – EPP	KIT	2		
21		ALMOFADAS DECORATIVAS, KIT COM 4 UNIDADES. CORES: VARIADAS. DIMENSÕES DO PRODUTO: 45CM X 45CM.	KIT	10		

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA - SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E COMPRAS - UASG: 980301.

Documento assinado eletronicamente por MIGUEL FAUSTINO DE CARVALHO NETTO em 01/06/2026 às 09:21

Documento assinado eletronicamente por CLEICE MENDONÇA DA SILVA em 01/06/2026 às 08:41

Conforme decreto municipal nº 114/E de 02 de agosto de 2018 e decreto federal nº 8539, art. 7 de 08 de outubro de 2015

Verifique a autenticidade deste documento em <https://portalcidadao.prefeitura.boavista.br/verificacao.aspx> informando o código: 3242AF7FF



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA
SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E COMPRAS - SMLIC
SUPERINTENDÊNCIA DE CENTRALIZAÇÃO DE DEMANDA -SUCUDE
DIVISÃO DE EDITAIS E INSTRUMENTOS CONVOCATÓRIOS
UASG: 980301



		EXCLUSIVO PARA MICROEMPRESA - ME E EMPRESA E PEQUENO PORTE – EPP				
22		PUFF EM ESTILO BANQUINHO REDONDO DECORATIVO EM LINHO, PÉS EM MADEIRA MACIÇA, COR: BEGE. DIMENSÕES DO PRODUTO 35,1P X 35,1L X 45,7A CENTÍMETROS. CAPACIDADE DE PESO MÁXIMO DE 265 KG. EXCLUSIVO PARA MICROEMPRESA - ME E EMPRESA E PEQUENO PORTE – EPP	UNIDADE	18		
23		REDE PARA DORMIR COM COSTURA REFORÇADA. MATERIAL: ALGODÃO CORES: VARIADAS. DIMENSÕES DO PRODUTO: 42C X 33L CM PESO MÁXIMO RECOMENDADO: 180KG. EXCLUSIVO PARA MICROEMPRESA - ME E EMPRESA E PEQUENO PORTE – EPP	UNIDADE	30		
24		SUPORTE DE AÇO REFORÇADO 3/8 PARA REDE DE DESCANSO COM 12,4 CM DE LARGURA, 3,9 CM DE COMPRIMENTO E 14 CM DE ALTURA, O PAR DE SUPORTES ACOMPANHA PARAFUSOS SEXTAVADOS E BUCHA. PESO MÁXIMO SUPORTADO: 250KG. EXCLUSIVO PARA MICROEMPRESA - ME E EMPRESA E PEQUENO PORTE – EPP	PAR	15		
25		ARMÁRIO PARA BANHEIRO COM ESPELHO. POSSUI COMPARTIMENTO INTERNO COM 2 PRATELEIRAS DE VIDRO, PUXADOR REDONDO CROMADO, DOBRADIÇAS COM AMORTECEDOR. COR: BRANCO. DIMENSÕES: PROFUNDIDADE 13CM, ALTURA 46CM, LARGURA 58CM. MATERIAL: MADEIRA MDP 15MM.	UNIDADE	18		
26		PRATELEIRA DE CANTO ORGANIZADORA EM	KIT	15		

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA - SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E COMPRAS - UASG: 980301.

Documento assinado eletronicamente por MIGUEL FAUSTINO DE CARVALHO NETTO em 01/06/2026 às 09:21

Documento assinado eletronicamente por CLEICE MENDONÇA DA SILVA em 01/06/2026 às 08:41

Conforme decreto municipal nº 114/E de 02 de agosto de 2018 e decreto federal nº 8539, art. 7 de 08 de outubro de 2015

Verifique a autenticidade deste documento em <https://portalcidadao.prefeitura.boavista.br/verificacao.aspx> informando o código: 3242AF7FF



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA
SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E COMPRAS - SMLIC
SUPERINTENDÊNCIA DE CENTRALIZAÇÃO DE DEMANDA -SUCUDE
DIVISÃO DE EDITAIS E INSTRUMENTOS CONVOCATÓRIOS
UASG: 980301



		<p>FORMATO DE L PARA BANHEIRO 25CM, KIT COM 2 PRATELEIRAS, MATERIAL: AÇO INOXIDÁVEL, ADAPTADO PARA LUGARES ÚMIDOS. CADA PRATELEIRA ACOMPANHA 2 ADESIVOS COM GANCHOS PARA FIXAR NA PAREDE. SUPORTA ATÉ 1KG. COR: PRETO. DIMENSÕES DO PRODUTO: 25,5P X 25,5L X 5,8A CENTÍMETROS.</p> <p>EXCLUSIVO PARA MICROEMPRESA - ME E EMPRESA E PEQUENO PORTE – EPP</p>				
27		<p>KIT ACESSÓRIOS PARA BANHEIRO EM AÇO INOX. O KIT INCLUI 1 SABONETEIRA, 1 PORTA TOALHA DE ROSTO, 1 PORTA TOALHA DE BANHO, 1 PORTA-PAPEL E 1 GANCHO DUPLO, TODOS FABRICADOS EM AÇO INOX. INCLUI 10 PARAFUSOS E 10 BUCHAS PARA INSTALAÇÃO.</p> <p>MEDIDAS APROXIMADAS DOS ITENS DO KIT: SABONETEIRA: COMPRIMENTO: 9CM, LARGURA: 13CM E PROFUNDIDADE: 0,5CM. SUPORTE DE TOALHA DE ROSTO: DIÂMETRO DA ARGOLA: 16CM E ESPESSURA DA ARGOLA: 0,9CM. SUPORTE DE TOALHA DE BANHO: COMPRIMENTO DO SUPORTE: 45CM E ESPESSURA DO SUPORTE: 0,9CM. PORTA PAPEL: LARGURA DO ARAME: 11CM, ALTURA DA PLACA: 9,5CM E LARGURA DA PLACA: 12,5CM. SUPORTE PEQUENO: COMPRIMENTO DOS GANCHOS: 6,5CM, ESPESSURA DOS GANCHOS: 0,9CM E LARGURA ENTRE OS GANCHOS: 6CM.</p> <p>EXCLUSIVO PARA MICROEMPRESA - ME E EMPRESA E PEQUENO PORTE – EPP</p>	KIT	18		
28		<p>CABIDEIRO DE CHÃO PARA ROUPAS, CHAPÉU E BOLSAS. ESTRUTURA EM AÇO TUBULAR</p>	UNIDADE	8		

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA - SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E COMPRAS - UASG: 980301.

Documento assinado eletronicamente por MIGUEL FAUSTINO DE CARVALHO NETTO em 01/06/2026 às 09:21

Documento assinado eletronicamente por CLEICE MENDONÇA DA SILVA em 01/06/2026 às 08:41

Conforme decreto municipal nº 114/E de 02 de agosto de 2018 e decreto federal nº 8539, art. 7 de 08 de outubro de 2015

Verifique a autenticidade deste documento em <https://portalcidadao.prefeitura.boavista.br/verificacao.aspx> informando o código: 3242AF7FF



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA
SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E COMPRAS - SMLIC
SUPERINTENDÊNCIA DE CENTRALIZAÇÃO DE DEMANDA -SUCUDE
DIVISÃO DE EDITAIS E INSTRUMENTOS CONVOCATÓRIOS
UASG: 980301



		REFORÇADO, HASTES COM CAPACIDADE PARA ATÉ 5KG, PINTURA EM EPÓXI COM TRATAMENTO DE SUPERFÍCIE. DIMENSÕES DO PRODUTO 36P X 43L X 171A CM. POSSÍVEIS CORES: PRETO, BRANCO, CINZA. EXCLUSIVO PARA MICROEMPRESA - ME E EMPRESA E PEQUENO PORTE – EPP				
29		COLCHÃO CASAL ORTOPÉDICO DUPLA FACE - 138X188CM. EXCLUSIVO PARA MICROEMPRESA - ME E EMPRESA E PEQUENO PORTE – EPP	UNIDADE	2		
30		COLCHÃO SOLTEIRO COM MOLAS ENSACADAS, DIMENSÕES: ALTURA 20CM X 88CM X 188CM. DENSIDADE: 33. EXCLUSIVO PARA MICROEMPRESA - ME E EMPRESA E PEQUENO PORTE – EPP	UNIDADE	66		
31		EXTENSÃO MÚLTIPLA 3T 2P+T 10A 250V 3 METROS. EXCLUSIVO PARA MICROEMPRESA - ME E EMPRESA E PEQUENO PORTE – EPP	UNIDADE	15		
32		PISO PLÁSTICO PALLET TIPO ESTRADO PARA FREEZER. COR: PRETO. DIMENSÕES: 50X25X2,5CM. EXCLUSIVO PARA MICROEMPRESA - ME E EMPRESA E PEQUENO PORTE – EPP	UNIDADE	30		
33		VASOS DECORATIVOS PARA PLANTAS EM POLIETILENO N1, N2 E N3. KIT COM 3 VASOS. MATERIAL: POLIETILENO (PE). CARACTERÍSTICAS: LEVE, RESISTENTE A UV, RESISTENTE A INTEMPÉRIES. FORMATO DOS VASOS: REDONDO,	KIT	5		

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA - SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E COMPRAS - UASG: 980301.

Documento assinado eletronicamente por MIGUEL FAUSTINO DE CARVALHO NETTO em 01/06/2026 às 09:21

Documento assinado eletronicamente por CLEICE MENDONÇA DA SILVA em 01/06/2026 às 08:41

Conforme decreto municipal nº 114/E de 02 de agosto de 2018 e decreto federal nº 8539, art. 7 de 08 de outubro de 2015

Verifique a autenticidade deste documento em <https://portalcidadao.prefeitura.boavista.br/verificacao.aspx> informando o código: 3242AF7FF



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA
SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E COMPRAS - SMLIC
SUPERINTENDÊNCIA DE CENTRALIZAÇÃO DE DEMANDA -SUCUDE
DIVISÃO DE EDITAIS E INSTRUMENTOS CONVOCATÓRIOS
UASG: 980301



		CONE E BOJO.				
		EXCLUSIVO PARA MICROEMPRESA - ME E EMPRESA E PEQUENO PORTE – EPP				
VALOR TOTAL DOS ITENS						R\$
VALOR GLOBAL GRUPO I, GRUPO II, E ITENS						R\$

Local de Entrega:	
Prazo de Validade Proposta:	
Prazo para o fornecimento:	
Banco:	Agência: C/C:
Boa Vista-RR, / / 2026	
Ass. e Carimbo do Proponente:	

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA - SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E COMPRAS - UASG: 980301.

Documento assinado eletronicamente por MIGUEL FAUSTINO DE CARVALHO NETTO em 01/06/2026 às 09:21
Documento assinado eletronicamente por CLEICE MENDONÇA DA SILVA em 01/06/2026 às 08:41
Conforme decreto municipal nº 114/E de 02 de agosto de 2018 e decreto federal nº 8539, art. 7 de 08 de outubro de 2015
Verifique a autenticidade deste documento em <https://portalcidadao.prefeitura.boavista.br/verificacao.aspx> informando o código: 3242AF7FF

